



Vendas no comércio retomam crescimento e têm alta de 2,5%

Nascido em Paraisópolis, banco quer ser “BNDES da favela”

Página 3

Governo e montadoras debatem produção de carros bioelétricos no Brasil

Página 30

Entenda a nova tributação de investimentos no exterior

Obrigadas a pagar 15% de Imposto de Renda (IR) sobre o lucro do ano anterior, as empresas de investimento no exterior, conhecidas como offshores, passaram a ter normas sobre o tratamento dos ativos fora do país. A Receita Federal publicou na quarta-feira (13) instrução normativa que regulamenta a Lei 14.754/2023, que taxou os rendimentos no exterior.

A partir desta sexta-feira (15) e até 31 de maio, as pessoas físicas que moram no Brasil e mantêm aplicações financeiras, lucros e dividendos de empresas controladas no exterior poderão regularizar os bens. O prazo também vale para quem embolsa rendimentos e ganhos de capital associados a trustes, empresas cujo dono transfere bens para terceiros administrarem em outros países.

Desde o início do ano, esses cidadãos são obrigados a pagar 15% Imposto de Renda sobre rendimentos auferidos (ganhos) no exterior. Anteriormente, o tributo só incidia sobre o ganho de capital se o dinheiro voltasse para o Brasil. Nesse caso, a tributação ocorria de forma progressiva, variando de 0% a 27,5% conforme o tamanho do rendimento.

A lei dos fundos exclusivos e das offshores estabeleceu que quem antecipasse o pagamento do Imposto de Renda sobre o estoque dos rendimentos até o fim do ano passado pagasse 8% de alíquota em quatro vezes, com a primeira parcela em dezembro de 2023. Quem decidiu não antecipar pagará 15% de IR a partir de maio de 2024, em 24 vezes. A instrução normativa regulou tanto o pagamento dos estoques como a tributação do dinheiro que renderá a partir deste ano.

A própria lei estabeleceu duas situações em que os rendimentos ficarão isentos de IR, caso pessoas que mantenham dinheiro no exterior fora de aplicações financeiras lucrem com uma eventual desvalorização do real. A variação cambial de depósitos não remunerados, como contas-correntes, cartão de débito e de crédito fora do país, não pagará imposto. Eventuais ganhos de capital de moeda em espécie até o valor de US\$ 5 mil também continuarão isentos.

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,98
Venda: 4,98

Turismo
Compra: 5,00
Venda: 5,18

EURO

Compra: 5,43
Venda: 5,43

IDH do Brasil sobe em 2022, mas país cai 2 posições em ranking da ONU



Foto: Tania Régio/ABR

Página 26

Decisão sobre Brumadinho causa indignação a parentes de vítimas

A decisão dos desembargadores da 2ª turma do Tribunal Regional Federal da 6ª região (TRF-6) de conceder habeas corpus ao ex-presidente da Vale, Fábio Schvartsman, indignou movimentos sociais que representam familiares de vítimas do rompimento,

no dia 25 de janeiro de 2019, da barragem Mina Córrego do Feijão, na cidade de Brumadinho, Minas Gerais, pertencente à empresa.

“É com perplexidade que recebemos a notícia da votação sobre o habeas corpus do ex-presidente da Vale, Fábio Schvartsman. Página 26

Plano Plurianual do Estado é aprovado na Alesp

Página 2

Esporte

Copa Truck renomeia categorias e têm 36 pilotos no grid em 2024

A temporada 2024 da Copa Truck terá início em Campo Grande (MS) neste final de semana com o maior grid anotado em uma etapa de abertura: serão 36 inscritos divididos em duas classes que foram renomeadas: a classe principal passa a se chamar Super Truck Pro, com a classe de acesso sendo a Super Truck Elite.

Neste ano, o formato permanece inalterado com as duas classes treinando em separado e correndo em conjunto, mas espaçadas por um intervalo de segurança. Ambas as classes possuem 18 caminhões inscritos. Esse crescimento já está fazendo a organização pensar em realizar corridas separadas a partir do ano que vem.

Do ano passado para cá, tivemos 14 movimentações interessantes. Quatro pilotos farão sua estreia (Marcio Giordano e Pedro Perdoncini na ASG, Leo Rufino e Lucas Bornemann na Tiger), enquanto outros quatro retornam após uma temporada fora (Glauco Barros, agora na Vannucci, Maicon Roncem, novo nome da

FF, Hiro Yano, em um Mercedes da Elettric Truck, e Regis Boessio, com equipe própria).

Outros três pilotos trocaram de equipe: Ricardo Alvarez, que era da PP, e Evandro Camargo, então da Tiger, trocam de lugar entre si, com Daniel Kelemen passando a competir com estrutura própria na DMais. Por fim, três pilotos deixaram o grid: Caio Castro (sem rumo definido), Felipe Gama (disputará a Copa HB20) e Djalma Fogaça (que será chefe da equipe FF).

O resto das equipes permanece inalterada. Confira abaixo a relação completa de inscritos:

R9 Competições (Volkswagen)
Felipe Giffone; Beto Monteiro; André Marques; Paulo Salustiano; Debora Rodrigues; Thiago Rizzo; João Augusto*; Danilo Alamiini*
ASG Motorsport (Mercedes-Benz)
Roberval Andrade; Bia Figueiredo*; Jaídon Zini; Raphael Abbatte; Luiz Lopes; Marcio Giordano*; Pedro Perdoncini*
Tiger Team Race (Mercedes-Benz)



Copa Truck: 36 caminhões no grid

Victor Franzoni; Leo Rufino*; Lucas Bornemann*; Ricardo Alvarez*
Iveco Usual Racing (Iveco)
Wellington Cirino; Djalma Pivetta*; Danilo Dirani.
Vannucci Racing (Volvo/Iveco)
Leandro Totti; Rodrigo Tabor da*; Glauco Barros*
PP Motorsport (Mercedes-Benz)
Pedro Paulo Fernandes*; Evan-

dro Camargo; Juca Bala*.
FF Motorsport (Mercedes-Benz)
Fábio Fogaça; Maicon Roncem*
GT Oil Electric (Scania)
Kleber Elettric*; Hiro Yano*.
Dakar Motorsport (Iveco)
Felipe Tozzo*
AJ5 Eco Sport (Mercedes-Benz)
Adalberto Jardim
DMais Motorsport (Mer-

cedes-Benz)
Daniel Kelemen*
Boessio Competições (Volvo)
Regis Boessio
*—pilotos da categoria Super Elite
Programação Divulgada - Foi divulgada oficialmente nesta segunda-feira a programação oficial da etapa de Campo Grande, que marca o início das temporadas de 2024 da Copa Truck, NASCAR Brasil e Copa Hyundai HB20, que volta a integrar o evento após três anos.

A programação descrita abaixo está no horário de Brasília - Campo Grande e o Mato Grosso do Sul têm um fuso horário de uma hora a menos. O cronograma no horário local está em anexo.

Por marcar o retorno ao Autódromo Internacional de Campo Grande após cinco anos e por ser também a primeira etapa da temporada, a quinta-feira terá atividades de pista com treinos extras.

Enquanto a sexta é reservada aos treinos livres, no sábado acontecem a classificação e se iniciam as corridas, que só terminam no meio da tarde do domingo.

SM Kart Competition confirma sua grandiosidade na segunda etapa em Interlagos

A segunda etapa do SM Kart Competition no Kartódromo de Interlagos, no último fim de semana, voltou a confirmar que o campeonato é o maior de Rental Kart de São Paulo. Afinal, foram 246 inscritos se dividindo nas 13 corridas realizadas e concorrendo a 400 brindes e prêmios.

Novidade neste ano são as disputas em duplas – além da individual –, mas em corridas separadas, nas categorias Sênior e Super Sênior, Estreantes Feminina e Speed Angels Light Feminina, e Speed Angels Mista. Nes-

tas três disputas em duplas foram sorteados macacões ULV, e o parceiro do sorteado recebeu desconto para comprar o segundo macacão da equipe por apenas R\$ 600.

Fora das pistas vários desafios e brincadeiras divertiram os pilotos e o público, como o pódio rotativo para os vencedores. No evento todo foram sorteados sete macacões ULV – sendo um exclusivo entre as mulheres em homenagem ao mês delas – e quatro pares de luvas DKR.

O ponto alto do evento foi o noivado entre os pilotos Taline e

Ricardo, que se conheceram justamente no SM Kart Competition.

O SM Kart Competition tem apoio de Aboissa Commodity Brokers, Adelante Sports, AKSP, Albarelli Sistemas, Aldeia da Serra Biscoitos, Alpie Escola de Pilotagem, Alvorada Pets, Aqui jaz, Artmix, Banda Gozi, Banda Rolichos Selvagens, Bar Lounge 97, Box4Cars, Braúna Investimentos, Bunny Burger, Caio Andrade Teto Baixo Tatoo, Cantina 1020, Carlos Masso Terapias Corporais e Energética, Cento e Onze Design, Cervejaria Paulistânia, Clínica de Olhos

AS, Directa Imóveis, Divando com Andy Fani, DKR Luvas e Macacões, Dra Karla Gurgel, Dra Deise Mitaki, Dr Pablo Magalhães, Doce do Conde, ECPA, Energy, Espaço Ita Wegman, Estética LS, Família Presto Pizzaria e Restaurante, Filé Restaurante e Bar, Flávia Sorrentino Estética, Floricultura Jardim dos Amores, FuteRock, Grakar, Gigia Pastel do Mercado, Gym Free Tensores para Treinamento, Harder Than, Infinity, Itália no box, Jacaré Vitaminas, Jornal O Dia SP, K-Burguer 97, K’Cakes Confeitaria Artesanal, Loba Eventos, Laurelli Esco-

la de Pilotagem, LR Interlagos, MasterMídia Marketing, Meg Star Speedwear, Monster English, Nicoboco, Nova Aclimasom, Padaria Karol 97, Pierri’s, PFox Informática, Philadelphia Confeções, Planet Photo, Powerfull Teacher, School Fighter, SM Renovadora de Veículos, SOS Veterinária, Speed Angels Kart Racing Girls, Studio JZ Danças e Teatro, Sky Pizze, Surah Korean Cuisine, Trip ‘n’ Ride, TriploNet Internet Fibra Óptica, ULV, VF Simuladores, W.I.S Secret, Wise Up, Zio Vito Pizza e Pasta.

Plano Plurianual do Estado é aprovado na Alesp

A Assembleia Legislativa aprovou na quarta-feira (13) o PPA 2024-2027. Elaborado pelo Governo do Estado, o Plano Plurianual reúne diretrizes, objetivos estratégicos e programas governamentais com recursos, indicadores e metas para o próximo quadriênio.

O projeto agora segue para análise técnica e jurídica pelo governador Tarcísio de Freitas e posterior sanção.

Este Plano Plurianual tem formato inédito e prioriza gestão orientada por dados e otimização de metas. O texto se baseia na premissa do PPA base zero, com diagnóstico por regiões do Estado e análises que permitiram a identificação de novos desafios e oportunidades, o aprimoramento de programas bem-sucedidos e a criação de novas ações.

A elaboração da proposta foi coordenada pelas Secretarias da Casa Civil e da Fazenda e Planejamento, com a participação dos secretários de Estado e também da população, por meio de 18 audiências públicas realizadas ao longo de 2023 em todas as regiões administrativas e metropolitanas paulistas.

Como resultado desse trabalho coletivo, o novo PPA contém 12 Objetivos Estratégicos que representam a transformação social mediante a execução dos programas estaduais até 2027. As propostas refletem os compromissos da gestão e visam a redução da vulnerabilidade social; o fortalecimento do empreendedorismo e da competitividade do setor produtivo; e a modernização da política fiscal e tributária (confira a lista completa abaixo).

A nova modelagem do PPA

também possibilitou a eliminação de ações duplicadas e sobrepostas e a busca pela complementariedade e integração setorial, fundamentais à eficácia e à eficiência das políticas públicas.

Entre as prioridades da atual gestão, destacam-se a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho contemplando a população economicamente ativa, além da população em situação de vulnerabilidade; promoção de políticas públicas para as mulheres; e ampliação do combate ao crime organizado.

O acompanhamento do PPA 2024-2027 pela população pode ser feito no site: planejamento.sp.gov.br/ppa/#prestando

A construção e a execução dos programas é apoiada nas diretrizes desta gestão: diálogo e inovação para uma administração

pública descentralizada, inovadora e tecnológica, direcionada ao atendimento rápido e desburocratizado; dignidade e comprometimento com a participação social, o equilíbrio das contas públicas, a valorização das pessoas, o cumprimento de prazos, o desenvolvimento de ações que gerem resultados econômicos e sociais e a sustentabilidade ambiental; desenvolvimento e técnica para a implementação de modelo de gestão com ênfase em resultados, planejamento, propósito e criatividade, voltado ao cuidado com as pessoas, à geração de oportunidades, à garantia dos direitos individuais e coletivos e ao respeito ao meio ambiente.

1. Educação Pública com Efetividade, Qualidade e Acesso Ampliados para Geração de Oportunidades e Redução das Desigualdades

2. Saúde Pública com Maior Acesso, Qualidade, Resolutividade e Tecnologia para Enfrentamento das Principais Causas de Problemas de Saúde

3. Segurança Pública Fortalecida e Integrada para uma Sociedade Protegida e com Menor Incidência de Crimes

4. Menor Vulnerabilidade Social, com Redução das Desigualdades, da Pobreza e do Contingente de Pessoas em Vivendo em Situação de Rua

5. Infraestrutura e Mobilidade Urbana Expandidas, para Melhoria da Vida dos Cidadãos e para um Ambiente de Negócios Favorável à Atração de Investimentos

6. Moradia Digna com Expansão da Regularização Fundiária, Revitalização e Reurbanização, com Destaque para o Centro da Capital

7. Meio Ambiente e Recursos Naturais Preservados, com Garantia de sua Integridade e Equilíbrio para Manutenção das Funções Ecológicas Essenciais à Vida

8. Setor Produtivo Competitivo e Empreendedorismo Fortalecido, com Capital Humano Qualificado, Geração de Empregos e Ambiente Propício à Inovação

9. Agronegócio com Produção Diversificada e Atrélado à Sustentabilidade e ao Desenvolvimento dos Pequenos Produtores

10. Turismo, Esporte, Cultura e Economia Criativa Aliados ao Desenvolvimento e Voltados para o Futuro

11. Gestão Pública Ágil para um Governo Digital, Transparente, Ético, Técnico e Focado em Excelência dos Serviços

12. Política Fiscal e Tributária Modernas e Continuamente Avaliadas

Semil abre inscrições para mais de 160 vagas de estágio

A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) abriu as inscrições para mais de 160 vagas de estágio em diversos municípios paulistas. A seleção ocorre em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).

As vagas estão disponíveis para estudantes do ensino médio, técnico e de mais de 20 cursos do ensino superior.

A jornada de trabalho dos estagiários varia de 20 horas semanais para alunos do ensino

médio, 20 a 30 horas para o nível técnico, e 30 horas semanais para estudantes do ensino superior. Os estagiários receberão bolsas que variam de R\$475,05 a R\$937,59, além de benefícios como vale-transporte e auxílio refeição.

Interessados devem se inscrever no site do CIEE e realizar uma prova online, gratuitamente. O período de inscrição vai até às 12h do dia 01/04. Para participar do processo seletivo é necessário manter frequência

efetiva na instituição de ensino e estar em dia com as obrigações eleitorais.

A oferta de vagas abrange mais de 20 cidades em todo o estado de São Paulo.

Na avaliação do secretário-executivo da Semil, Anderson Oliveira, o processo seletivo apresenta uma importante estratégia para formação de novos profissionais, renovação de conhecimentos, contribuição para políticas públicas, ampliação da presença institucional e promo-

ção da igualdade de oportunidades no Estado de São Paulo.

“Ao envolver jovens estudantes em estágios relacionados a políticas públicas ambientais, de infraestrutura e logística, a Semil fortalece o compromisso do governo Tarcísio de Freitas com essas áreas. Os estagiários podem contribuir com ideias e projetos que vão promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população paulista”, finaliza.

Governo de SP e Ministério de Portos lançam consulta pública do túnel Santos-Guarujá

O Governo de São Paulo, em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos, lançou na quarta-feira (13) a consulta pública do projeto de concessão patrocinada do túnel imerso Santos-Guarujá. O governador Tarcísio de Freitas, o secretário estadual de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini, e o ministro Silvío Costa Filho participaram da solenidade em Brasília (DF). O projeto é estimado em aproximadamente R\$ 6 bilhões, que serão custeados por três frentes: o Governo de São Paulo, a União e o setor privado.

“O túnel é possível. Existem empresas nacionais e estrangeiras capazes de tocar este desafio, não há um obstáculo intransponível do ponto de vista de engenharia. A gente vai fazer a obra, mas é importante garantir a manutenção dos dispositivos e da infraestrutura ao longo do tempo. Nós transformamos a concessão em uma PPP, vencemos os desafios técnico e financeiro e transpusemos o desafio político. Estamos fazendo história. Agora é hora de trabalhar em conjunto e fazer a diferença, porque é isso o que a população está esperando de nós”, disse o governador.

“É um passo definitivo na direção do sucesso, nós vamos ter

este sonho realizado. O que nós vamos construir aqui é um legado que vai ficar para sempre na Baixada Santista. Parabéns a todos que fizeram muito esforço para tornar este empreendimento uma realidade, e ele começa a nascer no dia de hoje”, reforçou Tarcísio.

Qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP) e integrado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o projeto do túnel imerso prevê investimento total de R\$ 5,96 bilhões. Deste total, 86% deverão vir de aporte público dividido igualmente entre o Governo de São Paulo e a União, além de participação da iniciativa privada.

A futura parceira privada será responsável pela construção, operação e manutenção do túnel que vai solucionar um dos maiores gargalos logísticos do país. A ligação entre as duas principais cidades da Baixada Santista vai permitir o tráfego de veículos de passeio, caminhões e transporte público, além de bicicletas e pedestres em vias segregadas. A solução viária também amplia possibilidades de desenvolvimento e expansão do Porto de Santos.

Com projeto executivo elaborado pelo Governo de São Paulo,

o empreendimento é uma demanda centenária da população da Baixada Santista e vai reduzir o tempo de deslocamento entre os dois municípios. Atualmente, mais de 21 mil veículos cruzam diariamente as duas margens utilizando barcos de pequeno porte (catraias) e as balsas, além de 7,7 mil ciclistas e 7,6 mil pedestres.

O túnel imerso Santos-Guarujá será executado por meio de uma parceria entre o Governo de São Paulo e o Ministério de Portos e Aeroportos, com participação da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e da Autoridade Portuária de Santos (APS).

Participação social

A partir da quinta (14), a Artesp abriu consulta pública para contribuições e sugestões ao projeto. As manifestações poderão ser feitas até às 18h do dia 3 de maio, por pessoas físicas ou jurídicas, por meio de formulário eletrônico disponível no site da agência reguladora do Estado de São Paulo, assim como toda a documentação técnica.

Durante o mês de abril, haverá três audiências públicas pre-

enciais para colher sugestões sobre o projeto do túnel imerso. A primeira delas será feita em Santos, no dia 17 de abril. Um dia depois, a participação popular será em Guarujá. Por fim, no dia 19, a Autoridade Portuária de Santos será sede da última sessão. Os detalhes sobre as audiências públicas estão disponíveis no site da Artesp.

A participação será aberta a todos os interessados. Quem quiser fazer manifestações orais deverá efetuar cadastro prévio, entre os dias 15 de março e 15 de abril.

PPI-SP

O Programa de Parcerias de Investimentos de São Paulo tem como objetivo ampliar as oportunidades de investimento, emprego, desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e industrial em São Paulo. Ao todo, são 20 projetos qualificados e uma carteira de mais de R\$ 220 bilhões.

A atuação da iniciativa é baseada em sustentabilidade dos projetos, segurança jurídica, estabilidade das normas e observação das melhores práticas nacionais e internacionais. Esses pilares norteiam a relação entre o Governo do Estado e as empresas parceiras.

Prefeitura inicia obras para implantação do quinto hospital veterinário público da cidade

O prefeito Ricardo Nunes assinou a ordem de serviço para início das obras do quinto hospital veterinário público da cidade de São Paulo, o segundo da Zona Leste, na quinta-feira (14), na Avenida Nordestina. Iniciativa faz parte das ações do Programa Prefeitura Presente em São Miguel Paulista e contará com investimento de R\$ 10,8 milhões. O prazo para conclusão dos trabalhos é de 18 meses.

“O rico leva seu animal na clínica particular, já o pobre vê seu animal sofrer sem ter o que fazer, mas agora vai ter. A gente volta aqui no ano que vem para inaugurar esse hospital”, garantiu o prefeito Ricardo Nunes destacando que a Prefeitura de São Paulo executa uma série de ações para o atendimento dos animais da cidade.

Os hospitais veterinários municipais realizam atendimento clínico e cirúrgico aos animais de

estimação da população de baixa renda, exclusivos para residentes na capital, com serviços gratuitos de consultas, cirurgias gerais, oncológicas e ortopédicas, exames laboratoriais, raio X, ultrassonografia, eletrocardiograma e internação. São oito especialidades disponíveis: oftalmologia, cardiologia, endocrinologia, neurologia, oncologia, ortopedia, odontologia e dermatologia.

“Nós escolhemos São Miguel Paulista pois é uma região com um grande número de animais que precisam ser cuidados e a população precisa andar 5 km para chegar até o hospital veterinário mais próximo, além de muitas vezes ter dificuldade para transportar esses animais”, explicou o secretário municipal de Saúde, Luiz Carlos Zamarco.

Quando pronta, a nova unidade realizará cerca de 4 mil atendimentos mensais, com cerca de 75 profissionais, entre médicos ve-

terinários e equipe de apoio. “Essa unidade vai ajudar muito, pois a demanda por atendimento veterinário na Zona Leste é muito alta”, ressaltou a primeira-dama do município e grande defensora da causa animal, Regina Nunes.

Para a copeira Elisa Amélia Gomes da Silva, 59 anos, tutora de quatro cachorros, o novo hospital vai facilitar muito para levá-los a tratamentos. “Vai ser muito bom, porque hoje eu levo no Tatuapé, que é bem mais longe e muito demorado, porque são muitos cachorros. Aí eu fico o dia inteiro”, disse.

Analy Xavier, coordenadora da Cosap, disse que todo o projeto foi desenvolvido de forma técnica. “A cidade de São Paulo é precursora desse tipo atendimento, pensando sempre na população de baixa renda, que não teria como dar suporte aos seus animais, animais que fazem parte da vida das pessoas, da cidade. Este hospital é

uma conquista que deixa a todos da equipe técnica muito emocionados. É uma grande conquista”.

O município já possui quatro hospitais veterinários e os atendimentos são realizados conforme disponibilidade de vaga e com priorização dos casos de urgência e emergência, que seguem critérios médicos. Casos de urgência e emergência são atendidos durante o funcionamento da unidade sem a necessidade de retirar senhas. Atendimentos novos, de baixa e média complexidade, são atendidos conforme ordem de chegada, mediante distribuição de senhas, que acontece a partir de 6h30, de segunda a sexta-feira.

Todas as unidades têm triagem social porque o serviço é voltado a população de baixa renda. O horário de funcionamento das unidades: de segunda a sexta-feira, das 7h às 17h, mas os dias e horários para os serviços de rotina são diferentes nas unidades.

CESAR
NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Vereadores - ainda no PSDB - que querem apoiar a reeleição do Ricardo Nunes (MDB), com evento dia 19 março 2024, terão a companhia dos familiares do ex-prefeito - falecido no cargo - Bruno Covas e do ex-governador Franco Montoro

PREFEITURA (São Paulo)

Empolgado com as pesquisas, o candidato à reeleição Ricardo Nunes (MDB) confirmou que deve comparecer ao evento no qual as famílias de Franco Montoro e Bruno Covas apoiarão a parte do PSDB que quer apoiar a recandidatura do prefeito

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Hoje completa-se o 1º ano da Mesa Diretora, presidida pelo deputado André Prado (PL). A má notícia é não ter nenhuma mulher ocupando qualquer um dos demais cargos naquele que é o maior e mais importante parlamento estadual do Brasil

GOVERNO (São Paulo)

A possível saída - do Republicanos em 2025 - do governador Tarcísio não quer dizer que possa se filiar ao PP (ex-Arena), como chegou a ser cogitado. A conversa é com o PL do Costa Neto, incluindo o apoio explícito do ex-presidente Bolsonaro

CONGRESSO (Brasil)

15 março é dia do consumidor. Na Câmara Deputados, o federal que mais se reelege em cima do tema é Celso Russomanno (Republicanos). Seu programa - na rede Record tv - tem sido base pras suas campanhas sequenciais nestes 7 mandatos

PRESIDÊNCIA (Brasil)

O vice-presidente Alckmin (ex-PSDB, no PSB) trabalha tão na miúda, que um dos cenários 2026 é a possibilidade de se tornar candidato ao governo de São Paulo, com apoio do Lula (PT). Alckmin é o mais eleito e reeleito da história pro cargo

PARTIDOS (Brasil)

Afastamento e possível expulsão do agora ex-dono e defenestrado Bivar do União (fusão de PSL com DEM) abre as portas - nos Estados - pra tomadas de diretórios que ainda sejam dominados pelos que eram seus aliados. Assim é o poder ...

JUSTIÇAS (Brasil)

Após um mês da fuga - de 2 condenados cumprindo pena no presídio que até então era considerado de ‘segurança máxima’ de Mossoró (RN) - o ex-ministro (Supremo) Lewandowski segue no papel que jamais caberia a um ministro (Justiça)

ANO 32

O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu a Medalha Anchieta (Câmara de São Paulo) e o Colar de Honra ao Mérito (Assembleia do Estado São Paulo), como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

Vendas no comércio retomam crescimento e têm alta de 2,5%

As vendas no comércio cresceram 2,5% em janeiro na comparação com dezembro. É o primeiro crescimento significativo desde setembro de 2023. Na época, o avanço fora de 0,8%.

É também a melhor evolução entre meses seguidos desde janeiro de 2023, quando a alta tinha sido igualmente de 2,5%. Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio, divulgada na quinta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado do primeiro mês de 2024 ajuda a compensar a queda de 1,4% de dezembro de 2023. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, janeiro apresenta alta de 4,1%. Já no acumulado de 12 meses, o resultado é positivo em 1,8%.

Com os novos números, o varejo brasileiro se encontra 5,7% acima do patamar pré-pandemia da covid-19, de fevereiro de 2020, porém 0,8% abaixo de nível recorde,

alcançado em outubro de 2020. “O comércio varejista veio de 2 meses mais fracos, em que os resultados foram bastante abaixo do que poderíamos ter visto. Esse é um comportamento que foi observado não só em 2024, mas também em outros anos, quando, por exemplo, houve queda nas vendas no fim de 2022 e uma recuperação em janeiro”, explica o gerente da pesquisa, Cristiano Santos.

Efeito Black Friday

Cinco das oito atividades pesquisadas avançaram em janeiro deste ano. Os destaques foram as de tecidos, vestuário e calçados (8,5%) e de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (6,1%), que tiveram as principais influências sobre o resultado.

O pesquisador do IBGE explica que a evolução significativa de janeiro é também um efeito estatístico da *Black Friday*, que

antecipou para novembro vendas que seriam realizadas em dezembro.

“Setorialmente, os resultados vieram com muita amplitude de crescimento em setores que tiveram queda grande no Natal, depois de concentrar as vendas na Black Friday. Isso aconteceu em tecidos, vestuário e calçados, móveis e eletrodomésticos; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; e outros artigos de uso pessoal e doméstico, que, juntos, puxaram o crescimento do varejo em janeiro”.

As vendas de tecidos, vestuário e calçados caíram 6,9% no último mês de 2023. No caso de móveis e eletrodomésticos, o tombo foi ainda maior, 7,4%.

Os números de janeiro são comparados com uma base mais baixa de dezembro, sem contar que janeiro é também mês tradicional de queimas de estoque, que estimulam vendas.

Outro setor que teve amplia-

ção de vendas em janeiro foi o de hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que cresceu 0,9%. O comportamento desse segmento do varejo é importante, pois é o de maior peso na pesquisa, 55,5%. Janeiro foi o terceiro mês seguido no campo positivo, o que deixou o setor 9,9% acima do patamar pré-pandemia.

Campo negativo

Três atividades ficaram no campo negativo em janeiro: livros, jornais, revistas e papeleria (3,6%); artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (1,1%), terceira de maior peso na pesquisa; e combustíveis e lubrificantes (0,2%).

O IBGE identificou que as vendas do varejo em janeiro tiveram alta em 24 das 27 unidades da federação. Em queda, apenas Santa Catarina (1%), Minas Gerais (0,1%) e Maranhão (0,1%). (Agencia Brasil)

Nascido em Paraisópolis, banco quer ser “BNDES da favela”

O G10 Bank, instituição financeira criada em Paraisópolis, favela da zona sul paulistana, vai abrir agências físicas em quatro estados. A primeira começou a funcionar mês passado dentro da comunidade onde o projeto foi iniciado.

Oferecendo contas digitais e empréstimos, o CEO do G10, Gilson Rodrigues, diz que a proposta da instituição é ser um banco de desenvolvimento, apoiando principalmente os empreendedores das favelas. “É como se fosse um BNDES da favela, desburocratizando o acesso ao crédito”, explica, comparando com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que oferece crédito com juros abaixo do mercado a empresas.

Um dos principais diferenciais do banco é ter flexibilidade para lidar com as condições de vida com pouca formalidade, que dificultam a apresentação de documentação exigida corriqueiramente pelos bancos tradicionais, como comprovantes de residência e renda.

A avaliação de crédito é medida por critérios que passam pela relação com a comunidade, o nível de planejamento para os investimentos e a renda, levando em consideração as possíveis instabilidades financeiras. A metodologia foi, segundo Rodrigues, desenvolvida com apoio do Banco Central. “Ele foi criado para que as pessoas na informalidade possam ter acesso”, enfatiza o CEO.

Entre os moradores de favelas, 32% se queixam da demora de aprovação de crédito por bancos e 29% têm dificuldades em acessar empréstimos pelo histórico financeiro. Os dados fazem parte da pesquisa Persona Favela – Bancarização, realizado pelo NÓS Pesquisas. O trabalho ouviu 2,7 mil moradores de favelas com conta bancária de todo o país e indicou ainda que 77% dessa população já teve que negociar dívidas em atraso para tirar o nome do cadastro negativo.

Consórcio e conta digital

A ideia inicial, conta Rodrigues, era criar uma instituição que emitisse uma moeda local, para circulação em Paraisópolis, a exemplo de outros bancos comunitários. No entanto, a ideia foi abandonada devido aos riscos de falta de lastro e de falsificação. “A gente decidiu não fazer a moeda, mas pensamos em criar um cartão. Criamos um cartão de crédito chamado Nova Paraisópolis. Esse cartão já não existe mais. Mas a gente chegou a operar esse cartão. Tinha 11 mil pessoas com acesso ao crédito com média de R\$ 300”, lembra.

A partir da experiência, é desenvolvido o projeto do banco, que está organizado a partir de quatro pessoas jurídicas para oferecer serviços diversos, como consórcio, conta digital e crédito. “A gente está modelando os consórcios a partir dos desejos que a gente percebe que os moradores têm, que por vezes não são realizados”, explica e cita como exemplo viagens, cirurgias e compra de aparelhos celulares, motos e carros.

A casa própria é o desejo de 34% dos residentes em favelas, segundo a pesquisa Persona Favela. Acreditam que precisam organizar a aposentadoria, 33%, e 24% não tem uma fonte de renda segura.

Inclusão

Atualmente, o G10 Bank

tem cerca de 5 mil clientes, com a meta de atingir 20 mil pessoas até o fim do semestre. Em crédito já foram disponibilizados, de acordo com o CEO, R\$ 1 milhão para 200 empreendedores.

O plano de abertura de agências faz parte tanto da estratégia para ampliar o número de clientes como da filosofia de inclusão do projeto. “Nós percebemos que o digital é o futuro, mas nós precisamos criar um espaço de degustação, podemos dizer assim, onde o morador sinta confiança, que ele possa ir lá conversar com o gerente, que ele possa ter um relacionamento de fato”, justifica sobre a decisão que vai “na contramão” dos grandes bancos, que têm reduzido o atendimento presencial.

Entre os moradores de favelas, 2% nunca usam o aplicativo do banco e 1% ainda não fazem pagamentos com o Pix, de acordo com a pesquisa do NÓS – Pesquisas. Porém, 61% dessa população têm conta digital e 60% fazem transferências Pix diariamente. Apenas 9% retiram dinheiro diariamente de caixas eletrônicos.

Proximidade

As quatro comunidades que receberam agências do banco foram escolhidas, segundo Rodrigues, pela presença do G10, articulação de lideranças de favelas. Os pontos de atendimento previstos deverão ser abertos em Heliópolis, maior favela paulistana; Sol Nascente, maior favela do país que fica no Distrito Federal; Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte (MG); Casa Amarela, em Recife (PE).

Entre os empreendimentos que já são clientes do G10 Bank está o Costurando Sonhos. O projeto surgiu em 2017 com a proposta de capacitar mulheres para trabalhar como costureiras. “Depois que a gente capacitou as primeiras 40 mulheres, a gente sentiu a dificuldade de inseri-las no mercado de trabalho. E aí, como alternativa, a gente resolveu empreender”, conta a fundadora do projeto, Suéli Feio.

“O primeiro banco que nos ajudou foi o G10 Bank, com os R\$ 15 mil que nos emprestou. Isso possibilitou a gente comprar máquinas para ampliar o nosso negócio”, diz a empreendedora que tinha dificuldades de captar crédito em bancos tradicionais. “Tinha o CNPJ, mas a estrutura era muito informal. A gente não tinha o contador, o banco pedia balanço, pedia várias coisas. Pedia faturamento, pedia comprovante de endereço”, relata.

O negócio tem, atualmente, 15 funcionários fixos, além de outros que são acionados por demanda. A relação com o G10 facilita, segundo Suéli, vai até o fechamento de negócios. “Uma grande empresa queria contratar a gente. Eles queriam documento para comprovação bancária”, conta a empreendedora. “O banco não me deu, levou meses para me dar o documento, porque não era um documento que o banco estava acostumado”, acrescenta.

Esse tipo de situação é, segundo Suéli, facilmente contornada com o apoio da instituição voltada a atender o público da favela. “No G10 Bank é diferente. Ele sabe que eu não estou mentindo, que eu não vou forjar o documento. Porque ele me conhece, porque os funcionários conhecem. Ele está muito perto da gente. Essas coisas facilitam muito”, diz. (Agencia Brasil)

Preço do arroz deve cair cerca de 20% nas próximas semanas

O governo federal espera uma queda em torno de 20% no preço do arroz nas próximas semanas. Na quinta-feira (14), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve reunião com ministros para tratar da alta dos preços dos alimentos aos consumidores no fim de 2023 e início deste ano.

Entre novembro e janeiro, o grupo de alimentação e bebidas foi o que mais pesou no cálculo da inflação, no bolso dos brasileiros. As questões climáticas, como as altas temperaturas e o maior volume de chuvas em diferentes regiões do país influenciaram a produção dos alimentos e, consequentemente, os preços.

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, reforçou que foi um aumento sazonal. “É uma preocupação do presidente que a comida chegue barata na mesa do povo brasileiro. Todas as evidências é que já baixou. Teve uma diminuição de preço ao produtor e terá uma diminuição ainda maior de preços ao produtor”, disse.

Segundo o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, o governo espera que a baixa de preços seja repassada na mesma medida para os consu-

midores pelas empresas atacadistas, que fazem a distribuição ao consumidor. No caso do arroz, isso deve acontecer na virada do mês de março para abril, à medida que haja reposição de estoques a preços menores.

“O Rio Grande do Sul produz praticamente 85% do arroz consumido no Brasil e tivemos enchentes no Rio Grande do Sul exatamente nas áreas produtoras, o que deu certa instabilidade. O fato é que estamos com a colheita em torno de 10% no Rio Grande do Sul e os preços aos produtores já desceram de R\$ 120 para em torno de R\$ 100 a saca. O que esperamos é que se transfira essa baixa dos preços, os atacadistas abaixem também na gôndola do supermercado, que é onde as pessoas compram”, disse.

“A gente espera, então, que com o caminhar da colheita, que chegamos a 50% e 60% nos próximos dias, da colheita de arroz, esse preço ainda ceda um pouco mais”, acrescentou Fávaro.

Plano safra 2024/25

Os ministros também discutiram com o presidente Lula as mudanças que serão feitas no próximo plano safra para incentivar a produção de alimentos e

redução de preços, em especial de arroz, feijão, milho, trigo e mandioca.

Segundo o ministro Carlos Fávaro, houve uma quebra na produção de feijão de cerca de 3,5%, mas que deve ser recuperada com o terceiro ciclo de plantio, que está acontecendo agora. O trigo também é uma preocupação pois há um aumento da produção de cevada em substituição ao trigo, principalmente no Paraná, com a instalação de grandes indústrias cervejeiras.

“É bom a diversificação, mas a gente vai tomar medidas para que haja um incentivo da produção de arroz, feijão, trigo, milho e mandioca”, disse.

Fávaro citou, como exemplo, a desconcentração das regiões produtoras. “O incremento de área plantada, em segunda safra, de arroz em Mato Grosso, no Centro-Oeste é algo muito significativo, algo em torno de 20%”, contou. “O Brasil é quase autossuficiente na produção de arroz, só que isso é concentrado no Sul do país. Então, quando a gente estimula o plantio de segunda a safra do Centro-Oeste, do Matopiba, região produtora entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, estamos incentivando a ter ar-

alimentos e bebidas, refletindo a alta nos preços de alimentos no domicílio, especialmente em itens importantes da cesta de consumo, como arroz (3,7%), feijão (5,1%), batata (6,8%), cenoura (9,1%), ovos (2,4%) e leite (3,5%). Em menor intensidade, o grupo transporte também impactou a inflação dos segmentos de menor renda, repercutindo os reajustes das passagens de ônibus urbano (1,9%) e do transporte público por integração (9,4%).

Já para as classes de renda

média, média alta e alta, o foco de pressão inflacionária em fevereiro, veio do grupo educação, influenciado pelo aumento de 6,1% das mensalidades escolares. No caso dos transportes, embora os reajustes da gasolina (2,9%) e do etanol (4,5%) também tenham contribuído positivamente para a inflação das famílias dos estratos mais elevados de renda, em fevereiro, a queda de 10,7% das passagens aéreas gerou um forte alívio sobre a inflação nesta faixa. (Agencia Brasil)

Inflação acelera para todas as faixas de renda em fevereiro

A inflação no mês de fevereiro acelerou para todas as faixas de renda. As famílias de renda média alta foram as que mais sentiram a alta nos preços, que afetou as mensalidades escolares e o preço dos combustíveis.

Os dados estão no Indicador Ipea de Inflação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

De janeiro para fevereiro, a inflação no segmento de média alta subiu 0,88% – a maior alta no período. Já a menor inflação para o período, de 0,78%, foi registra-

da na classe de renda muito baixa, impactada pelo aumento dos alimentos no domicílio e das tarifas de ônibus urbano e de integração.

No acumulado em 12 meses até fevereiro, enquanto as famílias de renda muito baixa tiveram a menor taxa de inflação (3,56%), a faixa de renda alta registrou a taxa mais elevada (5,44%).

Em fevereiro, pelo terceiro mês consecutivo, o principal impacto para as classes com rendas mais baixas veio do grupo

Há 11 meses sem receber salário, trabalhadores ocupam pátio da Avibras

Trabalhadores da Avibras, empresa fabricante de armamentos militares localizada em Jacareí, interior de São Paulo, ocuparam na quinta-feira (14) o pátio da fábrica. A decisão foi tomada após a direção da Avibras se recusar a abrir os portões para os metalúrgicos realizarem uma assembleia.

Há 11 meses sem receber salários, os operários da Avibras estavam na expectativa de uma reunião entre a empresa e o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, agendada para hoje, mas o encontro foi desmarcado. Os trabalhadores pretendem permanecer no pátio até que a empresa ofereça uma solução para o problema.

“Os trabalhadores estão angustiados com o desrespeito contínuo da Avibras. São profissio-

nais com altíssima qualificação sem salários. Ao longo desses 11 meses, muitos foram obrigados a ir para a informalidade para tentar manter o sustento de suas famílias. Desesperados, decidiram ocupar o pátio”, afirma o presidente do sindicato, Weller Gonçalves.

A companhia, que integra a Base Industrial de Defesa (BID) do Brasil, foi criada em 1964. É fabricante de armamentos como mísseis, lançadores de foguetes e bombas inteligentes, além de insumos para combustível sólido. Tem cerca de 1,2 mil trabalhadores, que estão em greve há um ano e meio. A paralisação começou em setembro de 2022, devido a sucessivos atrasos nos salários.

A dívida total da Avibras, até abril do ano passado, estava em R\$ 376 milhões. Em março de 2022,

foi feito um pedido de recuperação judicial. Naquela data foram demitidos 420 trabalhadores.

Posteriormente, os cortes foram cancelados pela Justiça, em resposta a ação movida pelo Sindicato. Então os trabalhadores foram transferidos para o regime de *layoff* (suspensão ou exclusão temporária de uma vaga de emprego). A suspensão dos contratos de trabalho já foi renovada quatro vezes desde então. Em fevereiro deste ano, o pedido de recuperação judicial foi homologado pela 2ª vara cível de Jacareí.

Em nota, a Avibras se diz empenhada em várias frentes, incluindo o plano de recuperação que está em execução e o processo de entrada de um investidor estratégico que se encontra em fase final e irá capitalizar



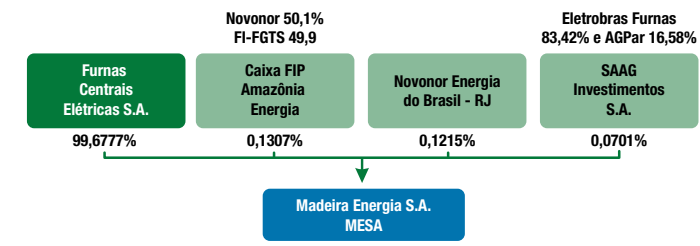
Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integrações dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal>

MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA E SUA CONTROLADA

CNPJ 09.068.805/0001-41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Madeira Energia S.A. ("Companhia" ou "MESA") submete à apreciação dos acionistas e demais interessados o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A MESA é uma holding que detém 100% das ações ordinárias da Santo Antônio Energia S.A. ("Controlada" ou "SAE"), concessionária responsável pela condução de todas as atividades necessárias à operação e manutenção da UHE Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia. A composição acionária da MESA em 31 de dezembro de 2023 era:



Considerando o alto grau de alavancagem e buscando uma solução definitiva da situação financeira da empresa, foi realizada a reestruturação da dívida, o que melhorou o crédito da Companhia e garantiu sua perenidade e viabilidade econômica. O processo de reestruturação da dívida foi conduzido da seguinte forma: Em 09 de novembro de 2023, foi aprovado em AGE o aumento de capital no montante de R\$ 2.042 milhões, para realização do pré-pagamento dos bancos repassadores do contrato de BNDES FINEM. Em 13 de novembro, foi realizada a assunção da dívida do BNDES FINEM no montante de R\$ 11,5 bilhões para Eletrobras, fazendo com que ela passasse a ser credora da Santo Antônio Energia, o que resultou na extinção do crédito por confusão entre credor e devedor, considerando que eles foram capitalizados em Eletrobras Furnas e, em seguida, na Madeira Energia, finalizando na Santo Antônio Energia. Após a reestruturação, a Eletrobras Furnas passou a deter 99,73% da MESA, que detém 100% das ações da Santo Antônio Energia. Após subscrito e integralizado, o capital social da MESA é de R\$24.794 milhões dividido em 1.801.134.793,836 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023, a UHE Santo Antônio contava com 50 unidades geradoras com capacidade instalada de 3.568 MW e 2.424 MWh de garantia física. A UHE Santo Antônio teve sua construção iniciada em 2008, as primeiras unidades geradoras entraram em operação comercial em 2012 e concluiu a motorização em 2016. Inicialmente tinha duração de 35 anos a partir de sua assinatura, efetuada em 13 de junho de 2008, porém, em 2021, através da aplicação da Lei 14.052/2020, foi ampliada em 4 anos e 3 meses passando para 13 de setembro de 2047.

MENSAGEM DO CONTROLADOR

Gostaria de compartilhar o resultado do primeiro ano de operação do novo modelo de governança e negócios da Eletrobras. Acreditemos que tudo o mais que a Eletrobras faz se subordina a uma cultura de alta performance, pautada pela segurança das pessoas, ativos e do meio ambiente, o que é negociável. O CAPEX da Eletrobras consolidada, que atingiu R\$ 9 bilhões, um crescimento superior a 60% em relação a 2022 e quase o dobro em relação a 2021. Estamos concluindo projetos importantes com as obras da linha de transmissão Manaus Boa Vista, com investimento total de R\$ 3,3 bilhões e o parque eólico de Coxilha Negra, o maior investimento em geração da Companhia, de cerca de R\$ 2,1 bilhões, composto por 72 aerogeradores e com 302,4 MW de capacidade instalada, já iniciou a operação em fase de testes. Além disso temos 199 empreendimentos de transmissão de grande porte em implantação, prevendo mais R\$ 6,3 bilhões em CAPEX até 2027. Com a nossa capacidade de investimentos ampliada, participamos de forma ativa do calendário de leilões de transmissão do setor em 2023. No leilão de junho, fomos o único participante que fez lances nos novos lotes, sempre de forma competitiva e com disciplina de capital. Da mesma forma, nos próximos leilões, as decisões de investimento considerarão sempre o planejamento estratégico, sinergias e a criação de valor, com os retornos adequados para o risco de execução de cada lote, garantindo que o conjunto dos nossos ativos continue sendo de alta qualidade, contribuindo para uma efetiva transição energética e para o

desenvolvimento da infraestrutura do país. O ano passado foi marcado pelo avanço significativo no processo de simplificação da estrutura societária. A incorporação de Furnas foi recentemente aprovada na Assembleia Geral Extraordinária e estamos aguardando as anuências necessárias para sua efetivação. Destaque para a conclusão de transações importantes como a aquisição de Retiro Baixo Energética e a consolidação de 100% de Teles Pires e da UHE Baguari. Tivemos avanços na otimização da estrutura de capital de Santo Antônio Energia, que passou pelo processo de reestruturação de suas dívidas, trazendo uma solução definitiva à situação financeira da empresa, com a melhoria do perfil de crédito garantindo sua perenidade e viabilidade econômica. A melhoria da alocação de capital está sendo implementada através da gestão de portfólio, dos ativos, destacando-se o início do processo de venda de térmicas a gás do Grupo Eletrobras, iniciativa que materializa o compromisso de sermos uma empresa com matriz de geração 100% renovável. Em 2024 foi concluída a alienação da UTE Candia, único ativo de geração utilizando carvão do grupo, responsável por aproximadamente um terço das emissões totais, representando importante marco para a Eletrobras na busca pela redução das emissões de CO2 e em linha com a meta net zero em 2030, de acordo com as diretrizes do Science Based Targets Initiative. Queremos que a Eletrobras seja referência e líder reconhecida na transição energética. Os resultados financeiros da Santo Antônio Energia no ano de 2023 mostraram a busca pela apresentarmos sólidos resultados financeiros mostrando a disciplina de capital e pela maior eficiência de custos e despesas. As despesas de pessoal, material, serviços e outros tiveram uma redução de 15,9% em relação a 2022. O EBITDA ajustado totalizou R\$ 2.240 milhões, 4,4% maior que R\$ 2.145 milhões de 2022. O lucro líquido anual atingiu R\$ 1,6 bilhões devido, principalmente, ao reconhecimento do lucro diferido (R\$ 2.454) apurado em decorrência da assunção da dívida, ante o prejuízo de R\$ 2.921 milhões em 2022. A disciplina financeira e na alocação de capital possibilitou a Eletrobras uma proposta de distribuição de dividendos cerca de R\$ 2 bilhões, adicionando ao montante de R\$ 2,1 bilhões com o programa de recompra de ações realizadas em 2023. Ao mesmo tempo, temos avançado na construção da Eletrobras do futuro. Os pilares da nossa visão são três: cultura e segurança, clientes e uma atuação empresarial responsável. Esses são os valores sobre os quais a Eletrobras construiu uma empresa resiliente, engajada e capaz de entregar valor para a sociedade e seus acionistas. O mercado de energia tem passado por constantes mudanças. A comercialização de energia no ambiente de mercado livre ganhou tração e será acelerada em 2024. Somente nos meses de janeiro e fevereiro, cerca de 3.900 consumidores migraram para essa modalidade. Estamos construindo uma Companhia voltada para o atendimento do cliente. Nesse contexto é fundamental que sejamos uma empresa orientada ao mercado, que desenvolva soluções adaptadas às suas demandas e alinha seus processos para expandir constantemente a sua base. Avançamos na estrutura da área de comercialização de energia, agora atua no mercado de forma integrada e coordenada pela holding. A Eletrobras possui um ciclo de comercialização anual com base em metas e diretrizes de aprovação da estratégia, nível de contratação dos ativos, decisões orçamentárias e de planejamento. Chegamos a uma base de cerca de 400 clientes no mercado livre, desse total, cerca de 270 representam consumidores finais, um avanço de 484% quando comparado aos 46 consumidores finais de 2022. Num cenário de melhoria dos preços de energia, como o que se desenha atualmente, o impacto dessas iniciativas deve ser ainda mais visível nos resultados da Companhia. Estamos comprometidos em promover a transformação cultural da Eletrobras. Ao longo de 2024, a atração de novos talentos, a valorização daqueles que estão conosco e a garantia que temos um time engajado, aliado à melhoria constante dos indicadores de segurança serão as prioridades na pauta de pessoas. A responsabilidade em cuidar do planeta segue como foco das ações ESG. Em 2023, a Eletrobras continuou tendo suas práticas reconhecidas - permanecemos no S&P Global Sustainability Best e no Vorkap 2024 pelo 4º ano consecutivo, estamos no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 e avançamos para a categoria de Leader nas dimensões de Climate Change e Water Security do CDP. Mas o compromisso é incorporar a visão ESG na tomada de decisões de negócio. Isso já se materializa, por exemplo, com o fortalecimento das relações com comunidades e povos indígenas. Destaque para aprovação pelo Conselho de Administração das diretrizes estratégicas para o hidrogênio verde, com foco em suprir a demanda elétrica da cadeia produtiva com energia limpa e estabelecer parcerias com o objetivo de aumentar a competitividade de projetos de produção de hidrogênio verde de tal forma que possamos oferecer soluções para parceiros que queiram migrar para uma matriz energética limpa. Esta estratégia nos permitirá, inclusive, aumentar o nível de eletrificação, gerando novas fontes de demanda. Estamos preparados e animados com os desafios na jornada para criação de valor sustentável para a Eletrobras. Há muito a fazer, mas percebemos com satisfação, que todos os dias, a Eletrobras avança de forma consistente com a visão que hoje une seu Conselho de Administração e corpo executivo. Agradecemos o apoio, dedicação e esforço dos nossos colaboradores

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Ativo	Controladora				Consolidado			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	4	330	454	355.501	923.600	355.501	923.600	923.600
Contas a receber	5	—	—	546.977	474.234	546.977	474.234	474.234
Caixa restrito	6	—	—	125.181	135.323	125.181	135.323	135.323
Imposto de renda e contribuição social	145	145	127	24.195	25.865	24.195	25.865	25.865
Impostos e Contribuições	—	—	—	4.948	4.949	4.948	4.949	4.949
Estoques	—	—	—	93.257	91.215	93.257	91.215	91.215
Despesas pagas antecipadamente	7	—	—	35.658	37.193	35.658	37.193	37.193
Outros ativos	8	—	—	89.651	126.649	89.651	126.649	126.649
Total do ativo circulante	—	475	581	1.275.368	1.818.828	1.275.368	1.818.828	1.818.828
Não Circulante								
Caixa restrito	6	—	—	214.422	37.314	214.422	37.314	37.314
Imposto de renda e contribuição social	—	—	—	12.776	12.034	12.776	12.034	12.034
Impostos e Contribuições	—	—	—	94	92	94	92	92
Despesas pagas antecipadamente	7	—	—	9.969	37.978	9.969	37.978	37.978
Outros ativos	8	—	—	16.987	7.974	16.987	7.974	7.974
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	—	—	4.531.856	2.077.782	4.531.856	2.077.782	2.077.782
—	—	—	—	4.786.103	2.173.174	4.786.103	2.173.174	2.173.174
Investimento em controlada	10	16.288.579	1.099.362	—	—	16.288.579	1.099.362	1.099.362
Imobilizado	11	—	—	17.125.565	17.665.327	17.125.565	17.665.327	17.665.327
Intangível	12	—	—	1.091.704	1.110.837	1.091.704	1.110.837	1.110.837
Total do ativo não circulante	—	16.288.579	1.099.362	23.003.372	20.949.138	16.288.579	1.099.362	23.003.372
Total do Ativo	—	16.288.054	1.099.943	24.278.740	22.767.966	16.288.054	1.099.943	24.278.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Saldo em 1º de Janeiro de 2022	Controladora				Consolidado			
	Nota	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2022
Capital Integralizado em 02.06.2022	—	—	—	—	—	—	—	—
Capital Integralizado em 09.06.2022	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultado do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo em 1º de Janeiro de 2023	—	—	—	—	—	—	—	—
Provisão para Futura Devolução de Capital	—	—	—	—	—	—	—	—
Capital Integralizado em 09.11.2023	—	—	—	—	—	—	—	—
Capital Integralizado em 13.11.2023	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultado do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	—	—	—	—	—	—	—	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

1. Contexto Operacional: 1.1. A Companhia: A Madeira Energia S.A. - MESA ("Companhia", "Controladora" ou "MESA") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, com sede no município de São Paulo, e é a controladora da empresa Santo Antônio Energia S.A. ("Controlada", "SAE" ou "SAESA"), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio ("UHE") e de seu sistema de transmissão, em trecho do rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. Em 29 de setembro de 2008, a Companhia obteve anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para transferir a concessão de geração de energia para sua subsidiária integral, Santo Antônio Energia S.A., hoje responsável pela operação da usina e das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora. Desde julho de 2022, a Companhia é controlada diretamente pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A., que por sua vez é controlado pela companhia Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras. A Controlada tem como segmento de negócio a geração e comercialização de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, localizada no rio Madeira, município de Porto Velho-RO, na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. O prazo do Contrato de Concessão é de 39 anos e 04 meses, com vigência até outubro de 2047 (prazo original: 35 anos, prazo adicional Lei 14.052/2020: 04 anos e 04 meses), contados a partir da data de assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008. **1.2. Capacidade de geração:** A Usina Hidrelétrica ("UHE") Santo Antônio (controlada) tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo "bulbo" que operam em rio de baixa queda e grande vazão de água. A Licença de Operação vigente (nº 1044/2011 - 2ª Renovação - 2ª Retificação) foi publicada em dezembro de 2019 com validade até 17/05/2026. Conforme mencionado na nota explicativa nº 19 "Provisões Socioambientais", a Controlada atende adequadamente todas as condicionantes previstas nas Licenças de Instalação e Operação garantindo sua manutenção e renovação. Em 01 de outubro de 2023, em consequência das baixas vazões registradas no rio Madeira, aproximadamente 50% abaixo da média histórica, a Controlada interrompeu a sua operação, em alinhamento com o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). Esta medida visou preservar as condições operativas das unidades geradoras da usina, atendendo os limites de parâmetros específicos definidos na fase de projeto pelos fabricantes, de acordo com a configuração da usina aprovada pelo Poder Concedente. Independentemente dessa condição, o rio Madeira permaneceu seguindo seu curso natural, com passagem da vazão concentrada no vertedouro principal da usina, sem qualquer impacto em seu fluxo normal. Igualmente, durante este período, as receitas dos contratos de venda não foram impactadas pois estão vinculadas à Garantia Física (certificado do volume comercializável de energia) que independe da performance de geração, por estar inserida no MRE-Mecanismo de Realocação de Energia (nota explicativa nº 3.2 (v)). Mesmo detendo relevante importância para o sistema elétrico, no período de baixas vazões naturais do rio Madeira, já é esperado que a Usina opere com geração reduzida, podendo ser paralisada, caso os limites operativos das unidades geradoras sejam atingidos. Neste cenário, o ONS opera o sistema de forma a manter condições sistêmicas adequadas atuando junto aos demais agentes. Em 16 de outubro de 2023, em alinhamento e sob comando do Operador Nacional do Sistema Elétrico, a operação foi gradativamente retomada devido ao aumento da vazão do rio Madeira e consequente restabelecimento dos limites operacionais mínimos das unidades geradoras da Usina. Em 2023, a UHE Santo Antônio gerou 14.199 GWh, o que corresponde a uma redução de 20% em relação ao montante gerado em 2022, 17.844 GWh. Tal redução foi decorrente sobretudo da seca histórica vivida no Rio Madeira, somado às restrições de geração ocasionadas pelas indisponibilidades do sistema de transmissão. Contudo, manteve-se na posição de 4ª maior geradora hídrica do país, com base nas informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS. Em 31 de dezembro de 2023, a UHE Santo Antônio possui 50 unidades geradoras em operação comercial, com 2.313,3 MW médios de garantia física (2.424,2 MW médios em 31 de dezembro de 2022). Referida redução decorreu do processo de Revisão Ordinária de Garantia Física - ROGF, regulamentado pelo Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998. **1.3. Comercialização de energia elétrica:** A UHE Santo Antônio (controlada) iniciou a sua operação comercial, em 2012, com a entrada da 1ª unidade geradora e a sua geração plena deu-se em janeiro de 2017, quando a 50ª unidade geradora entrou em operação comercial. A energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (44 unidades geradoras - 2.218 MW médios) foi comercializada 70% na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, correspondendo a 1.552 MW médios, com vencimento no ano de 2041. Os 30% restantes da energia assegurada foram negociados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - CCEALs correspondendo a 665 MW médios, com vencimento no ano de 2027. A energia adicional, referente às 6 novas unidades geradoras (206,2 MW médios), foi comercializada da seguinte maneira: a SAESA adquiriu do 19º leilão de energia A-3 no qual vendeu 129,6 MW médios de energia, cujos CCEARs começaram a ser entregues a partir de janeiro de 2017, com vencimento em dezembro de 2046. Os 70 MW médios restantes foram comercializados no Ambiente Livre - CCEALs com 2 grandes clientes, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2029. A implantação destas 6 unidades adicionais, possibilitou estabilidade no fornecimento de energia ao sistema Acre-Rondônia, com suprimento de aproximadamente 40% dos estados da região. **1.4. Principais Aspectos do Compromisso Socioambiental (ESG - Environmental, Social and Governance) - Não auditado:** Desde a sua concepção, a Hidrelétrica Santo Antônio, localizada em Porto Velho, estado de Rondônia, com capacidade instalada para atender a 45 milhões de brasileiros com energia de fonte limpa e renovável, projetada para alcançar a máxima eficiência com o mínimo impacto socioambiental, demandando soluções inovadoras em engenharia e tecnologia voltadas à geração de energia elétrica de forma sustentável na Amazônia sendo a Santo Antônio Energia (companhia) a concessionária responsável pela operação da Hidrelétrica. As características tecnológicas e os investimentos realizados em sustentabilidade garantiram, ainda na etapa de construção da hidrelétrica, a conquista do maior número de notas máximas em sustentabilidade entre todas as usinas avaliadas pela *International Hydropower Association (IHA)*, em 2014. E obteve posição de destaque como finalista do Prêmio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de Infraestrutura Sustentável, em 2015. O início da construção da UHE, a partir de 2008, e da operação, a partir de 2012, seguiu o cumprimento de um rigoroso processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). No âmbito do licenciamento, a Controlada desenvolveu 28 programas socioambientais que integram o Plano Básico Ambiental (PBA). A evolução e os resultados dos compromissos firmados para cada programa continuam sendo, periodicamente, submetidos ao IBAMA. Além dos compromissos legais, a Controlada também atende, desde 2009, aos Princípios do Equador, composto por um conjunto de critérios socioambientais, referenciado nos Padrões de Desem-

que seguem firmes na construção da nova Eletrobras. Seguimos comprometidos em ser uma empresa segura que maximiza o retorno do capital empregado, persegue maior eficiência, maior retorno para seus acionistas, clientes e profissionais e impacta positivamente a sociedade e o planeta. **Vicente Falconi** - Presidente do Conselho de Administração Eletrobras; **Ivan Monteiro** - Presidente da Eletrobras.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Desde a sua concepção, a Usina Hidrelétrica Santo Antônio foi projetada para alcançar a máxima eficiência com o mínimo impacto socioambiental, demandando soluções inovadoras em engenharia e tecnologia voltadas à geração de energia elétrica, de forma sustentável, na Amazônia. Com capacidade instalada para atender a 45 milhões de brasileiros, contribui para a redução da utilização da energia gerada pelas termoeletricas que configuram a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa (GEE) do setor elétrico brasileiro. Além dos compromissos legais e do licenciamento, a Santo Antônio Energia também atende, desde 2009, aos Princípios do Equador, um conjunto de critérios socioambientais referenciado nos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social da International Finance Corporation (IFC), aos quais os bancos financeiros do empreendimento são signatários. Para assegurar o atendimento, as questões socioambientais são auditadas externamente por Consultoria Independente, que realiza verificações periódicas e recomenda as melhorias necessárias. Este monitoramento é desenvolvido há mais de dez anos e vem contribuindo de forma significativa, não apenas com a evolução dos temas socioambientais, mas também na Governança da empresa. No relatório da última auditoria independente socioambiental realizada em 2023, pela empresa JGP, foram indicadas 08 recomendações, sendo 07 atendidas e 01 está atualmente em atendimento, não havendo recomendações pendentes. Comprometida com as boas práticas de mitigação de riscos socioambientais e comprometida com uma eficiente gestão de riscos, a Santo Antônio Energia, desde 2016, conta com o SGI (Sistema de Gestão Integrado) que aplica melhores práticas em processos nas áreas de meio ambiente, de saúde e segurança do trabalho, buscando a melhoria contínua dos processos relacionados a estes temas. No decorrer de 2023, houve a implementação de um plano de ação definido por empresa de consultoria externa para uma maior sedimentação e permeabilidade do SGI em todas as áreas da empresa. Mesmo sendo fonte geradora de Energia Limpa, a Companhia realizou, em 2013, ainda na fase de construção do empreendimento, o seu primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) que derivou em um Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas. Este tema também vem sendo acompanhado no âmbito das auditorias externas dos Princípios do Equador e Padrões de Desempenho em Sustentabilidade do IFC. O Inventário de Emissões GEE foi retomado em 2021 com periodicidade anual, sendo uma importante ferramenta estratégica da Companhia para conhecer melhor seus processos, avaliar e aprimorar seu Sistema de Gestão. Ao analisar os dados e indicadores de emissões do último Inventário de Emissões GEE em 2023, foi possível observar o resultado satisfatório da Companhia dentro do seu processo de geração de energia. Na comparação realizada, a média anual do fator de emissões decorrentes do consumo de eletricidade do Sistema Integrado Nacional (SIN) foi de 42,600 KgCO2e/MWh em 2022 e a emissão média da Santo Antônio Energia, no mesmo ano, foi de 0,155 KgCO2e/MWh. Devido à sua geração renovável, a UHE Santo Antônio desloca a geração de eletricidade por fontes fóssiles (mais intensiva em carbono), reduzindo as emissões de gases de efeito estufa do Sistema Interligado Nacional (SIN). Por isso, a UHE Santo Antônio recebeu Carta de Aprovação do governo brasileiro, que confirma sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do país e foi registrada na UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change) como projeto MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) em 28 de dezembro de 2012. Conforme o registro no MDL, estima-se que a geração de energia da UHE Santo Antônio reduz 4.015,16 tCO2e/ano. Em linha com a Agenda Global 2030, tendo Mudanças Climáticas como um tema material para a Companhia, a Santo Antônio Energia se tornou signatária da maior iniciativa universal de sustentabilidade empresarial: o Pacto Global das Nações Unidas sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, priorizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como destaque para o ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima. Em abril de 2023, foi consolidado e publicado o primeiro Relatório de Sustentabilidade padrão Global Report Initiative (GRI) da empresa, o qual também foi validado e encaminhado para atendimento ao Relatório Anual ANEEL. É importante destacar que nas referidas agendas de alinhamento com o Controlador, também foi validada a materialidade dos indicadores 2023 como base para elaboração dos Relatórios Anuais no padrão GRI das empresas do grupo no novo contexto de transição da empresa.

São Paulo, 14 de Março de 2024

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita Operacional Líquida	25	—	—	4.363.248	4.137.130
Receita líquida de venda de energia				4.363.248	4.137.130
Custos do Serviço de Energia Elétrica	26.1	—	—	(2.812.257)	(3.450.424)
Custo com energia elétrica				(1.619.217)	(2.163.416)
Custo de operação				(1.193.040)	(1.287.008)
Lucro Operacional Bruto				1.550.991	686.706
Despesas gerais e administrativas	26.2	(140)	(16)	(136.440)	(162.054)
Outras receitas				3.580	1.826
Resultados das participações societárias	10	1.641.891	(2.944.526)	—	—
Resultado Operacional				1.641.751	(2.944.542)
Receitas financeiras	27	279	767	74.478	361.215
Despesas financeiras	27	(103)	(358)	(2.304.755)	(3.801.327)
Receitas/Despesas Financeiras, Líquidas				176	409
Resultado Antes do IR e da CS				409	(2.230.277)
1.641.927				(2.944.133)	(812.146)
IR e CS correntes				(6)	(70)
IR e CS diferidos	9	8.154	8.161	2.462.227	(222.338)
Resultado do Exercício				1.650.075	(2.936.042)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)				6,29	(142,28)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					



Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integrações dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://www.jornalodiasp.com.br/> leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

SEXTA-FEIRA 15 DE MARÇO DE 2024
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Página 7

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA E CONTROLADA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

de desconto médio do custo de capital de terceiros e própria, e a partir deste valor, compara com o valor contábil do ativo. A projeção do fluxo de caixa operacional contemplou as seguintes premissas: (a) todo o período remanescente da concessão, considerando a extensão da concessão em 04 anos e 05 meses (nota explicativa nº 1.1); (b) balanço energético com efeitos do GSF; (c) montantes e preços de energia contratados no ACR e no ACL; (d) custos e despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros, encargos setoriais, compra de energia, com hedge estrutural nos períodos de 2024 a 2039, encargos de transmissão, tributos e outras despesas e projeção de provisões a realizar após a data-base do teste. A taxa de desconto utilizada para calcular o valor presente do fluxo de caixa operacional foi o custo médio ponderado de capital próprio e de terceiros da controlada na data-base de realização do teste. O cálculo do WACC toma por base o custo do capital de terceiros (inclusive o impacto do benefício fiscal da dedutibilidade dessa despesa financeira) e o custo do capital próprio, este último calculado com base na metodologia "Capital Asset Pricing Model (CAPM)", conforme premissas do acionista controlador indireto, Eletrobras. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, com base nos testes realizados, não foram identificados indicadores que pudessem requerer o registro de perdas para os ativos de longo prazo. As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram nas seguintes:

	Barragens, reservatórios, obras civis e adutoras	Edificações, benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a.	3,36%	3,32%	4,18%	22,48%	4,02%		
Custo	8.980.583	4.766.439	10.085.664	160.940	2.319	457.543	24.453.488
Depreciação							
Acumulação	(2.476.103)	(1.303.605)	(2.916.375)	—	(623)	(91.455)	(6.788.161)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.504.480	3.462.834	7.169.289	160.940	1.696	366.088	17.665.327
Adição	(19.232)	—	(494)	(10.293)	—	(38)	(30.057)
Baixas	(264.682)	(139.368)	(335.381)	—	(504)	(15.803)	(755.738)
Depreciação	5.332	—	6.614	(143.193)	—	—	—
Transferências	—	—	—	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro 2023	6.225.898	3.323.466	6.840.028	253.376	1.305	481.494	17.125.567
Custo	8.960.124	4.766.439	10.090.387	253.376	2.432	589.425	24.662.183
Depreciação							
Acumulação	(2.734.226)	(1.442.973)	(3.250.359)	—	(1.127)	(107.931)	(7.536.616)

As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

	Barragens, reservatórios, obras civis e adutoras	Edificações, benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a.	3,24%	3,32%	4,17%	22,48%	4,02%		
Custo	8.809.882	4.766.218	10.077.729	136.047	2.403	433.812	24.226.091
Depreciação							
Acumulação	(2.173.153)	(1.164.057)	(2.581.608)	—	(190)	(79.409)	(5.998.417)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.636.729	3.602.161	7.496.121	136.047	2.213	354.403	18.227.674
Adição	—	—	—	—	—	—	—
Baixas	(56.658)	—	(448)	(9.713)	(84)	(262)	(67.165)
Depreciação	(319.500)	(139.548)	(336.625)	—	(433)	(13.059)	(809.165)
Transferências	243.909	221	10.241	(279.406)	—	—	(29.191)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.504.480	3.462.834	7.169.289	160.940	1.696	366.088	17.665.327
Custo	8.980.583	4.766.439	10.085.664	160.940	2.319	457.543	24.453.488
Depreciação							
Acumulação	(2.476.103)	(1.303.605)	(2.916.375)	—	(623)	(91.455)	(6.788.161)

(*) Reclassificações efetuadas para outras rubricas patrimoniais.

12. Intangível - Consolidado: A Composição do intangível é como segue:

	Taxas anuais de depreciação %	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Intangível em Serviço					
Direito de Concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,20%	199.339	(72.576)	126.763	132.081
Licença de Operação - GSF (i)	18,34%	186.887	(66.393)	120.494	99.965
Direito de Concessão - GSF (i)	3,88%	906.436	(78.127)	828.309	863.159
Serviço permanente	3,07%	10.226	(2.649)	7.577	7.895
Software	20,49%	32.022	(30.778)	1.244	—
Total do intangível em serviço		1.334.910	(250.523)	1.084.387	1.103.425
Total do intangível em curso		7.317	—	7.317	7.212
Total do intangível		1.342.227	(250.523)	1.091.704	1.110.637

(i) Extensão do Prazo da Concessão (nota explicativa nº 1.1).

As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram as seguintes:

	Conces-ões Públicas	Bem Público	Servi-Intangível	Outros	Total
Taxa média de amortização a.a.	20,57%	3,85%	3,20%	3,10%	16,87%
Custo	30.812	906.436	199.339	10.226	7.212
Amortização Acumulada	(30.487)	(43.277)	(67.258)	(2.331)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	325	863.159	132.081	7.895	7.212
Adições	—	—	—	—	—
Amortizações	(289)	(34.851)	(5.318)	(318)	—
Transferências	1.209	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.245	828.308	126.763	7.577	7.317
Custo	32.022	906.436	199.339	10.226	7.317
Amortização Acumulada	(30.777)	(78.128)	(72.576)	(2.649)	—

As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

	Conces-ões Públicas	Bem Público	Servi-Intangível	Outros	Total
Taxa média de amortização a.a.	20,57%	3,85%	3,20%	3,10%	16,87%
Custo	30.773	890.351	199.339	10.226	3.901
Amortização Acumulada	(29.955)	(8.570)	(61.933)	(8.212)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	818	881.781	137.406	8.014	3.901
Adições	—	—	—	—	—
Amortizações	(532)	(34.707)	(5.325)	(319)	—
Transferências	39	16.085	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	325	863.159	132.081	7.895	7.212
Custo	30.812	906.436	199.339	10.226	7.212
Amortização Acumulada	(30.487)	(43.277)	(67.258)	(2.331)	—

(*) Reclassificações efetuadas para outras rubricas patrimoniais.

	Consolidado
31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Circulante	
Suprimento de energia elétrica	103.872
Encargos de energia elétrica	92.156
Materiais e serviços	47.468
Retenções contratuais	18.941
	251.252
Não Circulante	
Retenções contratuais	5.413
	5.413
	256.665

Prática Contábil: A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, sendo os passivos baixados mediante a liquidação do título e as variações monetárias quando aplicável são reconhecidas no resultado financeiro. A Companhia e sua controlada reconhecem nesta rubrica as obrigações relacionadas com encargos de uso da rede elétrica, suprimento de energia elétrica, compras de energia elétrica e compras de bens, mercadorias e de serviços. Além disso, também são reconhecidas as compras de energia elétrica no âmbito da CCEE, 14. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Eletrobras: Em 13 de novembro de 2023, a Controlada, em conjunto com o seu controlador indireto Eletrobras, concluiu a reestruturação das dívidas dos contratos do BNDES FINEM, reduzindo o seu endividamento em R\$ 13.547.326 (nota explicativa nº 1.5c), restando um saldo de R\$ 6.237.175 em 31 de dezembro de 2023, referentes ao contrato de financiamento junto ao FNO e às escrituras de debêntures da 1ª e 3ª Emissões. 14.1 Empréstimos e financiamentos - Consolidado: Composição:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Passivo circulante		
BNDES - Indireto	R\$ 305.108	305.108
BNDES - Direto	R\$ 300.504	300.504
Custos de transação a amortizar - BNDES	R\$ (601)	(601)
Banco da Amazônia S.A. - FNO (a)	R\$ 50.350	50.350
	54.635	655.361
Passivo não circulante		
BNDES - Indireto	R\$ 6.769.731	6.769.731
BNDES - Direto	R\$ 6.354.524	6.354.524
Custos de transação a amortizar - BNDES	R\$ (10.062)	(10.062)
Banco da Amazônia S.A. - FNO (a)	R\$ 431.831	431.831
	378.897	13.546.024
	433.532	14.201.385

(*) Bônus de Adimplência de 15%; Taxa real 8,5% a.a.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos: Em 31 de dezembro de 2023:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2022	655.361	13.546.024
Encargos financeiros provisionados	1.096.519	338.415
Encargos financeiros pagos	(1.107.273)	—
Amortização de principal (i)	(558.489)	—
Amortização de principal - renegociação (ii)	(2.042.554)	—
Transferências	13.515.294	(13.515.294)
Renegociação - Assunção (ii)	(11.504.772)	—
Custos de transação	9.752	9.752
Transferências de custo de transação	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	54.635	378.897

(i) Pagamento "cash sweep" amortização antecipada por meio do excedente de caixa, conforme contrato.

(ii) Pré-pagamento e assunção mencionados na nota explicativa 1.5c. Em 31 de dezembro de 2022:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2021	116.120	12.827.607
Encargos financeiros provisionados	459.624	1.312.873
Encargos financeiros pagos	(463.613)	—
Amortização de principal	(51.927)	—
Transferências	595.057	(595.057)
Custos de transação	601	—
Transferências de custo de transação	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	655.361	13.546.024

(a) Banco da Amazônia S.A. - FNO: As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento firmado entre a Controlada e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com intervenção da Controlada e dos acionistas da Companhia, no valor total de R\$ 433.894, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento teve como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (nota explicativa nº 1). O financiamento do FNO não foi objeto de reestruturação da dívida ocorrida em 2023, sendo, em 31 de dezembro de 2023, o único financiamento da Controlada. Vencimento das parcelas - não circulante (principal):

	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
	57.970	63.845	70.322	77.382	76.730	32.958	379.207

Esta composição não considera o custo de transação. (i) Condições: Tendo em vista que a dívida junto ao FNO não foi abrangida na assunção da dívida do BNDES FINEM (Nota explicativa nº 1.5c), as condições do financiamento do FNO (único financiamento da Controlada em 31 de dezembro de 2023) foram mantidas. (ii) Garantias: No âmbito da negociação da assunção do BNDES FINEM em 2023, restou acordado que parte da dívida assumida pela Eletrobras, no montante de R\$ 9.591.733, permaneceria garantida pela MESA e pela SAESA. Dessa forma, foram mantidas as seguintes garantias prestadas ao BNDES e aos Agentes Repassadores: (1) Penhor da totalidade das ações da Controlada de propriedade da Madeira Energia S.A. - MESA; (2) Contas Reservas dos Serviços da Divisão do BNDES e AGENTES (itens iii e iv da nota explicativa nº 6 "Caixa restrito"); (3) Composição equivalente a três vezes do valor da última prestação vencida do contrato de Assunção de dívida do BNDES de longo prazo e dos AGENTES, podendo variar de acordo com o valor da última parcela; (4) Será acessada somente em eventual não pagamento da parcela, pela Eletrobras; (5) Condição mantida até o final da amortização do contrato de financiamento. Ademais, para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento do FNO e 1ª e 3ª Emissões de Debêntures, foram constituídas as seguintes garantias: (a) Penhor da totalidade das ações da Controlada de propriedade da Madeira Energia S.A. - MESA, acionista e Controladora integral da SAESA; (b) Cessão fiduciária entre a Controlada e os credores, envolvendo os direitos de titularidade da mesma e todas as suas contas reservas (itens i, v e vi da nota explicativa nº 6 "Caixa restrito"); em decorrência do Contrato de Concessão de Uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (COVEs) e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono (CCRECs), se vierem a ser firmados, e cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. (c) Suporte de acionistas para cobertura de insuficiências que vierem a ocorrer na execução do projeto, além de frustrações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do projeto. (d) Fiança da controladora indireta Eletrobras para assegurar o pagamento integral de quaisquer obrigações do contrato de financiamento do FNO e da 1ª e 3ª Emissões de Debêntures. (iii) Cláusulas restritivas: O contrato de financiamento do FNO e

e das Debêntures (nota explicativa nº 14.2), possuem cláusulas restritivas ("covenants") financeiras e não financeiras. Adicionalmente, considerando que a SAESA é uma *Project finance* e que, mesmo após a assunção da dívida, foram mantidas garantias específicas ao BNDES e aos Agentes Repassadores, foram mantidas determinadas cláusulas restritivas financeiras e não financeiras atribuídas à MESA e à SAESA. "Covenants" são cláusulas contratuais, exigidas nos contratos de financiamentos e empréstimos, que controlam as atividades da Companhia e sua controlada, criadas para proteger o interesse do credor. Estes indicadores estabelecem condições que não podem ser descumpridas. Caso isso ocorra, se configurando o descumprimento de quaisquer "covenants", o credor poderá exigir o montante antecipado da dívida ("default"). Os principais covenants são referentes à: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida mínimo em 1,2 até 2024, e em 1,3 de 2025 até o final da liquidação do financiamento do FNO e 1ª e 3ª Emissões de Debêntures; (b) Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,25 (aplicável apenas para a 3ª emissão de debêntures); (c) Índice de Dívida Líquida/Patrimônio líquido menor ou igual a 3,5 (aplicável apenas para a 1ª emissão de debêntures); (d) cumprimento de condicionantes socioambientais; e (e) limitação de endividamento da SAESA no montante de R\$ 7.500.000. Conforme obrigação do contrato de financiamento do FNO e nas escrituras das debêntures (nota explicativa nº 14.2), os indicadores financeiros (*covenants*) são apurados anualmente, a partir do exercício social encerrado. Contudo, a Companhia e sua controlada realiza o monitoramento destes indicadores trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada atenderam a todos os "covenants" exigidos, conforme obrigações previstas nos Contratos de Financiamentos e Escrituras de debêntures.

14.2 Debêntures - Consolidado: Composição:

	Série	Valor unitário (em reais)	Remuneração	Principal	Encargos	Custos de transação	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Passivo circulante								
1ª emissão	1ª	R\$ 1.000,00	de 6,5% a.a.	240.518	118.020	(50)	358.488	145.792
3ª emissão	2ª	R\$ 10.000,00	de 7,49% a.a.	166.280	125.938	(390)	291.828	353.112
				406.798	243.958	(440)	650.316	498.904
Passivo não circulante								
1ª emissão	1ª	R\$ 1.000,00	de 6,5% a.a.	2.638.316	—	(330)	2.638.986	2.515.097
3ª emissão	2ª	R\$ 10.000,00	de 7,49% a.a.	—	—	(330)	2.637.986	2.515.097
				5.153.987	—	(660)	5.153.327	5.034.159
				5.560.785	243.958	(1.100)	5.803.643	5.840.063

Movimentação: Em 31 de dezembro de 2023:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	498.904	5.341.159
Encargos financeiros provisionados	411.214	228.816
Encargos financeiros pagos	(355.637)	—
Amortização	(322.199)	—
Transferências	417.088	(417.088)
Amortização de custos de transação	1.386	—
Transferências de custo de transação	(440)	440
Saldo em 31 de dezembro de 2023	650.316	5.153.327

Em 31 de dezembro de 2022:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	541.358	5.205.414
Encargos financeiros provisionados	254.320	459.142
Encargos financeiros pagos	(200.389)	—
Amortização	(421.970)	—
Transferências	324.830	(324.830)
Amortização de custos de transação	2.188	—
Transferências de custo de transação	(1.433)	1.433
Saldo em 31 de dezembro de 2022	498.904	5.341.159

1ª Emissão: Em setembro de 2012, a Controlada celebrou contrato para emissão de 1.520.120 debêntures não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, com garantias adicionais divididas em duas séries, sendo a 1ª série recebida em 25 de outubro de 2012, no valor de R\$ 760.060 (R\$ 770.448 atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série recebida em 28 de junho de 2013, no valor de R\$ 760.060 (R\$ 809.346 atualizados até a data de recebimento), tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e representante do debenturista e a Controladora como interveniente anuente. O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (nota explicativa nº 1). O FI-FGTS, na qualidade de único debenturista, compartilhou das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 14 (i) e (ii). Conforme previsto no contrato de cessão fiduciária, após a liquidação das debêntures da 3ª emissão (em abril de 2024), ao final de cada semestre considerando a data-base de dez/23, o excedente a R\$ 450.000 de caixa livre (valor a ser atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA anual), será repassado ao debenturista para amortização extraordinária dos juros capitalizados (cash sweep). Em 08 de fevereiro de 2024, a agência de classificação de risco *Fitch* elevou os *ratings* Nacionais de Longo Prazo de BBB- (bra) para AAA (bra)/Perspectiva Estável. Os debenturistas compartilham das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 14.1 (ii) e (iii). O valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 15 (quinze) parcelas anuais, sendo: (i) 1ª série a partir de outubro/2023 e (ii) 2ª série a partir de junho/2024. Vencimento das parcelas de debêntures - não circulante (principal e encargos):

	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
	381.964	381.964	381.964	381.964	3.244.167	5.153.987	939.937

1ª Juros e atualizações monetárias. 3ª Emissão: Em 15 de abril de 2014, a Controlada emitiu 70.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas, da espécie quirográria com garantia adicional real e fidejussória, divididas em duas séries, totalizando o montante de R\$ 700.000, para distribuição pública, nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e representante dos debenturistas e a MESA como interveniente anuente. As duas séries foram recebidas entre os dias 02 e 05 de maio de 2014, sendo a 1ª série de R\$ 200.000 (R\$ 201.000, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série no valor de R\$ 500.000 (R\$ 504.000, atualizados até a data de recebimento). O objetivo desta emissão foi de captar recursos para viabilização e implementação das 50 unidades geradoras da UHE Santo Antônio. Os debenturistas dessa 3ª emissão compartilham das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº



NOTAÇÃO
★ **CONTINUAÇÃO**
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA E CONTROLADA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia estima que a realização do tributo diferido passivo se dará da seguinte maneira:
Passivo **Saldo em 31 de dezembro de 2023 2024 2025 2026 2027 Após 2027**
Amortização de encargos financeiros capitalizados 194.347 8.154 8.154 8.154 8.154 161.731
194.347 8.154 8.154 8.154 8.154 161.731

23. Patrimônio Líquido: Capital subscrito e integralizado: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de novembro de 2023, foi aprovado por unanimidade, o aumento de capital da Controladora "MESA" para posterior integralização na Controlada "SAESA", no valor mínimo de R\$ 13.547.324 e máximo de R\$ 14.174.550, mediante a emissão de, no mínimo 1.782.542.646,522, e, no máximo, 1.865.072.366,739 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo uma parcela de R\$ 2.669.778 a ser integralizada exclusivamente em dinheiro e uma parcela no montante de R\$11.504.772 mediante capitalização de créditos a serem dotados por Furnas Centrais Elétricas S.A. decorrente da assunção, por sua controladora, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"), da totalidade das dividas da sua subsidiária integral, Santo Antônio Energia S.A. ("SAESA"), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Hitachi e Banco de Investimento do Brasil S.A. e do Banco da Amazônia S.A., na forma do artigo 171, §2º, da Lei das S.A. As integralizações de aumentos de capital acima mencionados foram realizadas pelo acionista Furnas na Companhia, em 09 e 13 de novembro de 2023, nos montantes de R\$ 2.042.554 e R\$ 11.504.772, respectivamente (nota explicativa nº 1.5c). Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 25.749.664 dividido em 1.807.339.393,647 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cuja titularidade está distribuída pelos seguintes acionistas:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023
	Quantidade (%)	participações	Quantidade (%)	participações
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1.801.513.804.506	99,6777	17.943.812.941	12,3642
Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia Novonor Energia do Brasil S.A. em recuperação judicial SAAG Investimentos S.A. Cemig Geração e Transmissão S.A.	2.361.732.742	0,1307	2.361.732.742	9,5244
	2.196.411.452	0,1215	2.196.411.452	8,8577
	1.267.444.947	0,0701	1.267.444.947	5,1114
	—	—	1.027.134.241	4,1423
	1.807.339.393.647	100,00	24.796.536.323	100,00

Em 20 de março de 2024, a Cemig Geração e Transmissão S.A. deixou de fazer parte do rol de acionistas, pois suas ações foram adquiridas pelo acionista Controlador, Furnas Centrais Elétricas S.A. **Prática Contábil:** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. **24. Resultado Por Ação:** A tabela a seguir estabelece o cálculo do resultado por lote de mil ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (em milhares, exceto valor por lote de mil ações, apresentado em reais):

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022
Resultado do exercício	1.650.075	(2.936.042)
Média ponderada do número de ações ordinárias	262.158.414.072	20.635.608.022
Resultado básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)	6,29	(14,28)

Prática Contábil: A Companhia e sua Controlada efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação. A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

25. Receita Operacional Líquida - Consolidado:

	2023	2022
Fornecimento de energia à indústria (i)	327.394	148.133
Suprimento de energia elétrica (ii)	4.560.299	4.466.177
	4.887.693	4.614.310
(-) Deduções da receita		
P & D	(42.606)	(40.205)
ICMS	(32.748)	(11.186)
PIS e COFINS	(449.081)	(425.789)
	(524.435)	(477.180)
Receita operacional líquida	4.363.258	4.137.130

(i) Vendas destinadas a consumidores finais. (ii) Vendas destinadas a revendedores de energia. **Prática Contábil:** Receita de energia elétrica: A receita com energia elétrica é reconhecida no resultado mensal, de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Controlada, podendo ser confiativamente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

DIRETORIA

Caio Pompeu de Souza Brasil Neto
Diretor Presidente e Financeiro

Francisco José Artoeiro de Oliveira
Diretor de Operações

Daiana Santos de Oliveira
Contadora - CRC: 1SP255699/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, com participação por videoconferência, pelo aplicativo da Microsoft Teams®, após análise das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, e do Relatório da Administração da Companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e respectivo parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, por unanimidade, opinou favoravelmente para o encaminhamento e aprovação destes documentos pela Assembleia Geral de Acionistas.

Glauco Dourado dos Santos

Heider Aquino Nascimento

Jairo Machado de Oliveira

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Madeira Energia S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Madeira Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras

individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominada pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção no nosso relatório de auditoria para essas respectivas divulgações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

São Paulo, 14 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Vinicius Ferreira Britto Rego
Contador - CRC 1BA024501/O-9

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 124967-33.2019.8.26.01000. (a) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda Perez Jacomini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) Martha Elva Virginia Griesbach, Isilda Vieira Cassiano Carvalho, Reserva dos Clântoros Incursão Ltda, Manuel de Sousa Carvalho, Martha Elze Kapory, Cláudio Pascher, Dalva Mello Pascher, Eugeni Suliman Grudinski, Elfriede Karoline Knopke, Elisabeth Suliman Grudinski, Vladimir Ernst Romualdo Suliman Grudinski, Georg Suliman Grudinski, e c/emprios, Ney Donizete do Nascimento, Henry David Azuay, Flavio Resende de Andrade, CHARLOTTE ERNA KNIPSCH, FRITZ KNIPSCH, IRMGARD ERNA KAUFMANN, MANFRED KAUFMANN, EGON LUDWIG SCHAAF, Eugenil Oliveira Nascimento, Bruno Eduardo de Moura Nascimento e Milla Hyana Oliveira Nascimento, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Freitas Oliveira Administração Eireli ajoudu(m) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Rosalvo Ribeiro, nº 73, Tremembé, São Paulo/SP, CEP 03237-080, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Este, em termos, expede-se e presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado réu, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afluado e publicado na forma da lei. N - 14 a 15

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1012527-07.2018.8.26.01001. O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional dos Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr. Diego Ferreira Mendes, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao corréu OTTO GUILHERME GARCÊZ HUFFENBACH, Nº 6522-108, CPF 990.647.668-00, que Francisco Américo Mamede, ajouzu uma Ação de Despejo Por Falta de Pagamento c/c. Cobrança, tendo como corréis Daniela Quintela Hufenbacher e Debora Quintela Hufenbacher, objetivando o recebimento de R\$ 139.353,15 (05/2021), corrigidos monetariamente e acrescido de juros, referente aos alugueres e encargos locacionais do imóvel situado na Rua José Jannarelli, nº 770 7 sala 3, bem como ao pagamento de custas, honorários e demais cominações. Encontrando-se os requeridos em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, conteste o feito ou purgue a mora. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado réu, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afluado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de novembro de 2023. N - 14 a 15

BRAIN SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DIGITAL S.A.

CNPJ/ME nº 34.849.124/0001-68 - NIRE 3530054396

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE JANEIRO DE 2024
Data, Hora, Local: 29.01.2024, às 19h30, na sede social, Avenida Presidente Vargas, 2921, 6º andar, sala 611, Indaiatuba/SP. **Presença:** Totalidade (100%) do capital social. **Mesa:** Presidente: **Emiliano Augusto Tozetto**. **Secretaria:** **Mariana de Carvalho Vissentini dos Santos. Deliberações Aprovadas:** A distribuição e o pagamento da parcela do resultado apurado em 31.03.2023 e não distribuído na AGO realizada em 17.07.2023 no montante de R\$ 986.264,40 a título de dividendos, o qual está alocado na conta "Resultado à disposição da as-sembleia" conforme demonstrado no balanço patrimonial de 30.11.2023. Autorizam a tomada de todas as providências necessárias para a efetivação das deliberações aprovadas nesta AGE, inclusive perante órgãos e repartições públicas. **Encerramento:** Nada mais. **Mesa:** Presidente: Emiliano Augusto Tozetto; e Secretária: Mariana de Carvalho Vissentini dos Santos. **Acionistas:** Sersa S.A. representada por Valdemir Bertolo e Tatiana Machado de Campos; Renato Whibly Giroto; Guilherme de Almeida Costa; e Celso Armando Fugolin Junior. JUCESP nº 78.171/24-6 em 19.02.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Companhia Provincia de Securitização

CNPJ/MF nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Provincia de Securitização
Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Provincia de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissora", respectivamente), a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consonância com o disposto na cláusula 12.2.3 do termo de securitização dos CRA da Emissão, celebrado em 29 de abril de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a ser reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em segunda convocação, aos **25 de março de 2024, às 15h00**, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Concessão de waiver para o descumprimento, durante o ano fiscal de 2023, da relação "Divida Líquida/EBITDA", menor ou igual a 2,00 e, "Divida Líquida/Condição de Caixa Molida" ("Índices Financeiros"), menor ou igual a R\$90,00, conforme cláusula 7.2 - item (xxvii) (da Cédula de Crédito Rural com Liquidação Financeira) de 01/2022, conforme aditado ("CPR-F"), de modo a manter a classificação antecipada não automática da CPR-F, por conseguinte, dos CRA; (ii) deliberar acerca da alteração da cláusula 12.5.13 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Provincia de Securitização, celebrado em 29 de abril de 2022 ("Termo de Securitização") conforme aditado, de modo a atualizar a previsão de publicação dos editais de convocação de assembleias especiais de investidores para que estas passem a ocorrer nos termos do artigo 26 da Resolução CVM nº 60. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (<http://provinciassecuritizadora.com.br/>). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser encaminhados aos dados de contato das cópias: (i) dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciassecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 14 de março de 2024

Companhia Provincia de Securitização
Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 18ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 18ª Emissão da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Genrativá, 207, 16º andar, q 162, Butantã, BRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reuirm-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral de Titulares dos CRA a ser realizada em **05 de abril de 2024 às 16h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams ("Assamblea")**, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula **14.2** do Termo de Securitização de Recebíveis do Imobiliários da Emissão, celebrada em 13 de julho de 2022, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: (a) A não declaração do vencimento antecipado das Debêntures e, consequentemente dos CRA, em razão da falta de registro da Devedora dos contratos de locação na matrícula dos imóveis, nos termos da cláusula 3.6.1.1 da Escritura de Emissão, bem como a dispensa da substituição dos imóveis e a exclusão da obrigação prevista na cláusula supracitada e na cláusula 3.6.1 do mesmo instrumento; (b) Aprovar a alteração do prazo de 90 (noventa) para 120 (cento e vinte) dias contados do término do exercício social para envio pela Devedora: (i) da cópia de suas demonstrações financeiras auditadas completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, além da memória de cálculo do índice financeiro; (ii) declaração firmada por representantes legais da Emissora, na forma de seu estatuto social, atestando (1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (2) a não ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (3) que não foram praticados atos em desacordo com seu estatuto social; e (iii) cópia da declaração de imposto de renda do Fiodar, com a consequente alteração da alínea (a) do item (viii) e da alínea (b) do item (ix) da cláusula 6.1 da Escritura de Emissão, assim como a exclusão da alínea (a) do item (ix) da cláusula 6.1 da Escritura de Emissão, passando as cláusulas supracitas a vigorarem a forma do Anexo II do Material de Apoio; (c) Aprovar a celebração de aditamento à Escritura de Emissão para alterar os Empreendimentos imobiliários, indicados no Anexo I, com vistas a incluir os contratos de locação cujas características estão previstas no Anexo IV do Material de Apoio, de forma que os contratos de locação celebrados pelas filiais da Devedora passem a integrar a Destinação de Recurso de Emissão, com a aprovação da presente assembleia, assim como, incluir as filiais da Devedora como signatários do instrumento supracitado; O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. A Emissora devedora registrada, para fins de esclarecimento, que o quorum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de qualquer número de Titulares de CRA presentes, conforme cláusula 14.6 do Termo de Securitização, já as deliberações dos itens (a) será tomado em primeira convocação por Titulares dos CRA, que representem, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares dos CRA em Circulação, ou a maioria simples dos titulares dos CRA presentes em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos CRA em Circulação, nos termos da cláusula 8.1.4 do Termo de Securitização e os itens (b) e (c) serão tomadas pelos votos favoráveis de Titulares de CRA que representem a 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares de CRA em Circulação, desde que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos CRA em Circulação, em primeira convocação ou 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares de CRA presentes em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos CRA em Circulação, nos termos da cláusula 14.9 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via Internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora através dos Titulares de CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gastao@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para agente@fiduciario@vortex.com.br e jsc@vortex.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; (c) Quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRA ("Titular de CRA") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto à distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (<https://virgo.inc>) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRA ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela CP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, (iii) conter declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM nº 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05; e (iii) no caso de o Titular do CRA ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 15 de março de 2024.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE 2ª CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 48ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única, da 48ª Emissão da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Genrativá, 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissora", respectivamente) e a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reuirm-se em **segunda convocação**, para Assembleia Geral ("Assamblea"), a ser realizada em **02 de abril de 2024 às 16h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams**, conforme Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: (i) Anuir previamente com a dispensa do cumprimento do Índice Financeiro disposto na cláusula 9.2, item (xxvii), subitem "a" da Escritura de Emissão de Debêntures, qual seja o a resultado da "Razão entre EBITDA e Resultado Financeiro Líquido igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos)" ("Perda Temporária"), exclusivamente em relação à verificação referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, sendo certo que caso seja concedido o Perda Temporária e o Índice Financeiro qual seja observado no período, não será configurado um Evento de Inadimplimento Não Automático; (ii) Caso não seja aprovada a matéria proposta no item (i) do ordem do dia, anuir previamente com a dispensa do envio da comunicação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, para realização do Resgate Antecipado Voluntário das Debêntures, nos termos da cláusula 8.3 da Escritura de Emissão de Debêntures; (iii) Autorizar a Devedora, o Agente Fiduciário e a Emissora a praticarem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para efetivação e implementação das matérias aprovadas acima, às exclusivas expensas da Devedora. A Emissora devedora registrada, para fins de esclarecimento, que a Assembleia Geral de Titulares dos CRA instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, a maioria absoluta dos CRA em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 13.4 do Termo de Securitização. Já as deliberações serão tomadas, em relação ao item (i) da ordem do dia, pelos votos dos Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos CRA em circulação, nos moldes da cláusula 5.0.1 do Termo de Securitização. Por sua vez, as deliberações concernentes ao item (ii) da ordem do dia, serão tomadas pela maioria simples dos Titulares dos CRA presentes na Assembleia, conforme cláusula 13.11 do Termo de Securitização. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para juridico@virgo.inc e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definido) impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; **caso representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identificação do representante legal; **caso representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos juridico@virgo.inc e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (<https://virgo.inc>) e



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023



Santo Antônio Energia S.A.
CNPJ 09.391.823/0001-60



Mensagem do CONTROLADOR

Gostaria de compartilhar o resultado do primeiro ano de operação do novo modelo de governança e negócios da Eletrobras. Acreditamos que tudo o mais que a Eletrobras faz se subordina a uma cultura de alta performance, pautada pela segurança das pessoas, ativos e do meio ambiente, o que é inegociável.

O CAPEX da Eletrobras consolidada, que atingiu R\$ 9 bilhões, um crescimento superior a 60% em relação a 2022 e quase o dobro em relação a 2021. Estamos concluindo projetos importantes com as obras da linha de transmissão Manaus Boa Vista, com investimento total de R\$ 3,3 bilhões e o parque eólico de Coxilha Negra, o maior investimento em geração da Companhia, de cerca de R\$ 2,1 bilhões, composto por 72 aerogeradores e com 302,4 MW de capacidade instalada, já iniciou a operação em fase de testes. Além disso temos 199 empreendimentos de transmissão de grande porte em implantação, prevendo R\$ 7,0 bilhões em CAPEX até 2027.

Com a nossa capacidade de investimentos ampliada, participamos de forma ativa do calendário de leilões de transmissão do setor em 2023. No leilão de junho, fomos o único participante que fez lances nos novos lotes, sempre de forma competitiva e com disciplina de capital. Da mesma forma, nos próximos leilões, as decisões de investimento considerarão sempre o planejamento estratégico, sinergias e a criação de valor, com os retornos adequados para o risco de execução de cada lote, garantindo que o conjunto dos nossos ativos continue sendo de alta qualidade, contribuindo para uma efetiva transição energética e para o desenvolvimento da infraestrutura do país.

O ano passado foi marcado pelo avanço significativo no processo de simplificação da estrutura societária. A incorporação de Furnas foi recentemente aprovada na Assembleia Geral Extraordinária e estamos aguardando as anuências necessárias para sua efetivação. Destaque para a conclusão de transações importantes como a aquisição de Retiro Baixo Energética e a consolidação de 100% de Teles Pires e da UHE Baguari. Tivemos avanços na otimização da estrutura de capital de Santo Antônio Energia, que passou pelo processo de reestruturação de suas dívidas, trazendo uma solução definitiva a situação financeira da empresa, com a melhora do perfil de crédito garantindo sua perenidade e viabilidade econômica.

A melhoria da alocação de capital está sendo implementada através da gestão de portfólio, dos ativos, destacando-se o início do processo de venda de térmicas a gás do grupo Eletrobras, iniciativa que materializa o compromisso de sermos uma empresa com matriz de geração 100% renovável. Em 2024 foi concluída a alienação da UTE Candiota, único ativo de geração utilizando carvão do grupo, responsável por aproximadamente um terço das emissões totais, representando importante marco para a Eletrobras na busca pela redução das emissões de CO2 e em linha com a meta net zero em 2030, de acordo com as diretrizes do Science Based Targets Initiative. Queremos que a Eletrobras seja referência e líder reconhecida na transição energética.

Os resultados financeiros da Santo Antônio Energia no ano de 2023 mostraram a busca por sólidos resultados financeiros mostrando a disciplina de capital e pela maior eficiência de custos e despesas. As despesas de pessoal, material, serviços e outros tiveram uma redução de 15,9% em relação a 2022. O EBITDA ajustado totalizou R\$ 2.240 milhões, 4,4% maior que R\$ 2.145 milhões de 2022. O lucro líquido anual atingiu R\$ 1,6 bilhões devido, principalmente, ao reconhecimento do lucro diferido (R\$ 2.454) apurado em decorrência da assunção da dívida, ante o prejuízo de R\$ 2.921 milhões em 2022.

A disciplina financeira e na alocação de capital possibilitou a Eletrobras uma proposta de distribuição de dividendos cerca de R\$ 1,3 bilhão, adicionado ao montante de R\$ 2 bilhões com o programa de recompra de ações realizadas em 2023.

Ao mesmo tempo, temos avançado na construção da Eletrobras do futuro. Os pilares da nossa visão são três: cultura e segurança, clientes e uma atuação empresarial responsável. Esses são os valores sobre os quais a Eletrobras construirá uma empresa perene, resiliente, engajada e capaz de entregar valor para a sociedade e seus acionistas.

O mercado de energia tem passado por constantes mudanças. A comercialização de energia no ambiente de mercado livre ganhou tração e será acelerada em 2024. Somente nos meses de janeiro e fevereiro, cerca de 3.900 consumidores migraram para essa modalidade. Estamos construindo uma Companhia voltada para o atendimento do cliente. Nesse contexto é fundamental que sejamos uma empresa orientada ao mercado, que desenvolve soluções adaptadas as suas demandas e alinha seus processos para expandir constantemente a sua base.

Avançamos na estrutura da área de comercialização de energia, agora atua no mercado de forma integrada e coordenada pela holding. A Eletrobras possui um ciclo de comercialização anual com base em metas e diretrizes de aprovação da estratégia, nível de contratação dos ativos, decisões orçamentárias e de planejamento. Chegamos a uma base de cerca de 400 clientes no mercado livre, desse total, cerca de 270 representam consumidores finais, um avanço de 484% quando comparado aos 46 consumidores finais de 2022. Num cenário de melhora dos preços de energia, como o que se desenha atualmente, o impacto dessas iniciativas deve ser ainda mais visível nos resultados da Companhia.

Estamos comprometidos em promover a transformação cultural da Eletrobras. Ao longo de 2024, a atração de novos talentos, a valorização daqueles que estão conosco e a garantia que temos um time engajado, aliado à melhoria constante dos indicadores de segurança serão as prioridades na pauta de pessoas.

A responsabilidade em cuidar do planeta segue como foco das ações ESG. Em 2023, a Eletrobras continuou tendo suas práticas reconhecidas - permanecemos no S&P Global Sustainability Yearbook 2024 pelo 4º ano consecutivo, estamos no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 e avançamos para a categoria de Leadership nas dimensões de Climate Change e Water Security do CDP. Mas o compromisso é incorporar a visão ESG na tomada de decisões de negócio. Isso já se materializa, por exemplo, com o fortalecimento das relações com comunidades e povos indígenas.

Destaque para aprovação pelo Conselho de Administração das diretrizes estratégicas para o hidrogênio verde, com foco em suprir a demanda elétrica da cadeia produtiva com energia limpa e estabelecer parcerias com o objetivo de aumentar a competitividade de projetos de produção de hidrogênio verde de tal forma que possamos oferecer soluções para parceiros que queiram migrar para uma matriz energética limpa. Esta estratégia nos permitirá, inclusive, aumentar o nível de eletrificação, gerando novas fontes de demanda.

Estamos preparados e animados com os desafios na jornada para criação de valor sustentável para a Eletrobras. Há muito a fazer, mas percebemos com satisfação, que todos os dias, a Eletrobras avança de forma consistente com a visão que hoje uma seu Conselho de Administração e corpo executivo.

Agradecemos o apoio, dedicação e esforço dos nossos colaboradores que seguem firmes na construção da nova Eletrobras. Seguimos comprometidos em ser uma empresa segura que maximiza o retorno do capital empregado, persegue maior eficiência, maior retorno para seus acionistas, clientes e profissionais e impacta positivamente a sociedade e o planeta.

Vicente Falconi
Presidente do Conselho de Administração da Eletrobras

Ivan Monteiro
Presidente da Eletrobras



Nosso Negócio: ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL

A Santo Antônio Energia é a concessionária responsável pela implantação e exploração da Hidrelétrica Santo Antônio, uma das cinco maiores obras do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal do Brasil. A construção foi iniciada em janeiro de 2008 e está localizada no rio Madeira, em Porto Velho, estado de Rondônia.

Com 50 unidades geradoras em operação comercial e capacidade instalada de 3.568 MW e 2.424 MWm de garantia física ao fim de 2022, a UHE Santo Antônio destaca-se pela utilização de turbinas do tipo "Bulbo" - que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água, como barragem a fio d'água.

Sua construção foi iniciada no segundo semestre de 2008, e a primeira unidade geradora entrou em operação comercial em março de 2012, nove meses antes do previsto em seu Contrato de Concessão, que inicialmente tinha duração de 35 anos a partir de sua assinatura, efetuada em 13 de junho de 2008. Em 2021, com a aplicação da Lei 14.052/2020, a vigência da concessão foi ampliada em 4 anos e 4 meses, passando para 17 de outubro de 2047.

Em fase de geração plena, com todas as unidades em operação comercial desde janeiro de 2017, a hidrelétrica produz energia de fonte limpa e renovável, com índices de rendimento comprovados perante o Poder Concedente, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros.

A UHE Santo Antônio está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio de duas linhas de transmissão em alta tensão (525 kV) e corrente contínua, além de ter outra linha de 230kV construída para atender ao consumo exclusivo dos estados de Rondônia e Acre. Com extensão de 2.400km, as mais longas do mundo, essas linhas ligam a subestação conversora construída na cidade de Porto Velho, em Rondônia, a subestação de Araraquara, no estado de São Paulo, atravessando cinco estados e 90 municípios.



Composição ACIONÁRIA

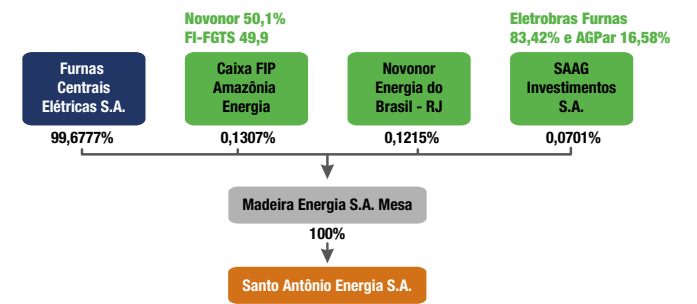
A Santo Antônio Energia é controlada pela Madeira Energia S/A - MESA, que detém 100% do seu capital total.

Considerando o alto grau de alavancagem e buscando uma solução definitiva da situação financeira da empresa, foi realizada a reestruturação da dívida, o que melhorou o crédito da Companhia e garantiu sua perenidade e viabilidade econômica.

O processo de reestruturação da dívida foi conduzido da seguinte forma: Em 09 de novembro de 2023, foi aprovado em AGE o aumento de capital no montante de R\$ 2.042 milhões, para realização do pré-pagamento dos bancos repassadores do contrato do BNDES FINEM. Em 13 de novembro, foi realizada a assunção da dívida do BNDES FINEM no montante de R\$ 11,5 bilhões para Eletrobras, fazendo com que ela passasse a ser credora da Santo Antônio Energia, o que resultou na extinção do crédito por confusão entre credor e devedor, considerando que eles foram capitalizados em Eletrobras Furnas e, em seguida, na Madeira Energia, finalizando na Santo Antônio Energia.

Após a reestruturação, a Eletrobras Furnas passou a deter 99,73% da MESA, que detém 100% das ações da Santo Antônio Energia.

Após subscrito e integralizado, o capital social da MESA é de R\$24.794 milhões dividido em 1.801.134.793.836 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, tendo a seguinte composição acionária:



Conjuntura ECONÔMICA

O resultado da atividade econômica estimado para 2023 conta com a contribuição positiva da agroindústria, indústria e, principalmente, dos serviços, que continuam sendo o principal motor da economia. O crescimento previsto do PIB de 2023 será de 3,0% e a projeção para 2024 é estimada em 1,68%.

Em razão das incertezas do cenário mundial e interno, o real deve permanecer depreciado com projeção de R\$ 4,93/US\$ em 2024.

A inflação em 2023 foi de 4,62%, uma redução ao ser comparada com a de 2022. Isso ocorreu devido à política monetária, que impôs juros altos na economia em 2023 e ao preço dos alimentos e bebidas. A inflação esperada para 2024 gira em torno de 3,81%. Cabe destacar que esse índice, através do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) é utilizado pela Companhia para atualização dos preços de seus contratos de venda de energia, serviços contratados, debêntures emitidas.

Durante o ano, a SELIC foi mantida elevada, em combate à alta da inflação. Ao final de 2023, a Selic era de 11,75%. A projeção da taxa SELIC tem previsão no ano de 2024 de 9%.

Segundo o Painel El Niño 2023-2024, as previsões dos modelos climáticos indicam a continuidade da manifestação do fenômeno El Niño com intensidade forte nos próximos três meses e permanência até, pelo menos, abril. No rio Madeira, as vazões naturais em Porto Velho (RO), em janeiro de 2024, permanecem baixas para o período, sendo 62% na UHE Santo Antônio. De acordo com as projeções do International Research Institute for Climate and Society (IRI), as anomalias de temperatura da superfície do mar atingirão a neutralidade no outono, com possibilidade da formação do fenômeno La Niña no segundo semestre deste ano. O La Niña, ao contrário do El Niño, é um fenômeno que consiste no resfriamento anormal das águas do Oceano Pacífico e é responsável tanto por chuvas fortes no Norte e Nordeste do Brasil quanto por secas no Sul.



Setor Elétrico e REGULAMENTAÇÃO

Em grande parte do ano de 2023, as condições hidrológicas apresentaram-se favoráveis. O GSF (Fator de Escalonamento de Geração) registrou uma média de 89,7%, representando um aumento de 4,3 pontos percentuais em relação a 2022. Contudo, o término desse ano foi marcado por uma intensa estiagem, afetando várias regiões do Brasil, com maior intensidade a geração do Complexo do Rio Madeira, atingindo diretamente a geração da UHE Santo Antônio.

Vale lembrar que durante os meses de agosto, setembro e outubro, o rio Madeira atinge as vazões mínimas do seu ciclo hidrológico. No período de seca de 2023, as vazões observadas foram consideravelmente inferiores à média histórica, resultando em condições operacionais extremas para as unidades geradoras. Diante desse cenário, em 2 de outubro, a UHE Santo Antônio teve suas operações interrompidas devido à baixa vazão na bacia do rio Madeira. O retorno gradual às operações ocorreu de acordo com a disponibilidade hídrica a partir de 16 de outubro, restabelecendo-se completamente em 4 de dezembro. Os impactos desse período de pausa, originados pela escassez hídrica, foram eficazmente mitigados pela empresa, ante sua participação no MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), evitando qualquer perda nas receitas operacionais.

A seca que afetou os últimos meses de 2023 teve impactos significativos no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Após manter-se estável, com média de R\$ 69,04 até agosto de 2023, o PLD apresentou elevação para R\$ 84,40 em novembro (média do PLD no referido mês). A convergência entre a escassez hídrica e o intenso calor de novembro, desencadeou o acionamento de usinas termelétricas, ultrapassando os 13 GW provenientes desse tipo de fonte de geração. Destaca-se que, devido ao impacto do calor intenso, a demanda instantânea no Sistema Interligado Nacional - SIN superou os 100 GW no dia 14 de novembro de 2023, estabelecendo um novo recorde.

O ano de 2023 registrou um notável crescimento de oferta para o Setor Elétrico, indicando a contínua consolidação da busca por fontes renováveis. Em um período de recordes, a matriz energética brasileira expandiu-se substancialmente, atingindo 10,3 GW.

A transição energética está catalisando inovações e investimentos no setor, promovendo uma mudança positiva em direção a fontes de energia mais limpas e sustentáveis. Este movimento não apenas reconfigura a paisagem energética, mas também representa um compromisso com práticas mais responsáveis e ecologicamente equilibradas, em linha com práticas ESG.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Santo Antônio Energia avalia o risco de seu portfólio de energia com periodicidade mínima mensal considerando resultados de projeções de preços e exposições ao GSF (Generation Scaling Factor), fator que degrada o valor da Garantia Física da UHE Santo Antônio. De forma diligente, é constituído previamente hedge para proteção às exposições de preços e volumes nas liquidações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Para o ano de 2023, a Companhia contou com um volume de hedge da ordem de 309 MW médios.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

Como um marco de segurança, durante o ano de 2023, a Companhia realizou a operacionalização do Plano de Ação de Emergência (PAE), sendo estruturado em três etapas: cadastro das famílias na Zona de Autossalvamento (ZAS), instalação das placas de orientação e alarmes sonoros, e realização de exercícios simulados.

Com o apoio da população local, na 1ª etapa de instalação do PAE, no primeiro semestre, foi possível cadastrar cerca de 90% dos imóveis previstos. Foram 3.500 imóveis, localizados ao longo de 10 quilômetros abaixo da barragem da Hidrelétrica Santo Antônio, em regiões de Porto Velho próximas às margens do rio Madeira.

Na 2ª Etapa do PAE, entre setembro e novembro, 19 torres de sirenes de alerta e mais de 270 placas sinalizadoras foram instaladas na ZAS. Por fim, como forma de garantir a difusão da cultura de segurança em Porto Velho, foram realizados os simulados de evacuação previstos na 3ª Etapa do PAE. Mais de 2 mil pessoas participaram dos eventos, que contaram com apoio da Defesa Civil Municipal, Prefeitura de Porto Velho, Secretarias de Estado, Polícia Militar e Exército como parceiros.

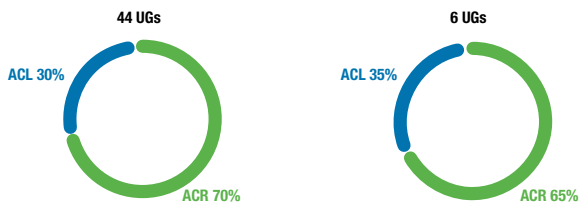


Desempenho da COMPANHIA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Companhia apresentou, no exercício de 2023, receita operacional líquida de R\$ 4.363 milhões, alta de 5,5% ou R\$ 226 milhões maior em relação ao mesmo período de 2022 (R\$ 4.137 milhões), devido ao reajuste das tarifas.

A garantia física foi comercializada em sua totalidade por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (ACR) e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (ACL), conforme abertura a seguir:



CUSTOS OPERACIONAIS

Desconsiderando os impactos pela decisão da arbitragem junto ao CCSA em 2022, os custos operacionais no exercício social de 2023 apresentaram um aumento de 3,6%, passando de R\$ 2.692 milhões para R\$ 2.788 milhões, principalmente impactados pela atualização do contrato da TUST em 2023.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2023



★ continuação

RS MM	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
CCEE/Energia Comprada	(312)	(321)	-2,8%	(934)	(933)	0,1%
Encargos Setoriais	(180)	(180)	-0,2%	(777)	(602)	29,0%
Pessoal	(27)	(25)	6,5%	(78)	(76)	2,4%
Material	(9)	(8)	24,7%	(32)	(25)	28,9%
Depreciação e amortização	(200)	(199)	0,6%	(797)	(848)	-6,0%
Serv. de terceiros/Outros	(68)	(118)	-42,0%	(171)	(208)	-18,0%
Subtotal	(796)	(850)	-6,4%	(2.788)	(2.692)	3,6%
(-) Perda Arbitragem CCSA	-	-	-	-	(734)	-100,0%
Total	(796)	(850)	-6,4%	(2.788)	(3.426)	-18,6%

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

RS MM	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Pessoal	14	15	-7,4%	36	38	-4,5%
Serv. de Terceiros	38	0	-	67	51	31,4%
Seguros	-	0	-100,0%	0	1	-24,3%
Litígios	7	17	-58,5%	28	50	-43,5%
Amortização e depreciação	0	0	7,9%	1	1	-7,7%
Outros	0	1	-81,5%	4	4	-14,8%
Subtotal	59	37	60,3%	136	148	-8,0%
Arbitragem CCSA	-	-	0,0%	-	14	-100,0%
Total	59	37	60,3%	136	162	-15,9%

RESULTADO FINANCEIRO

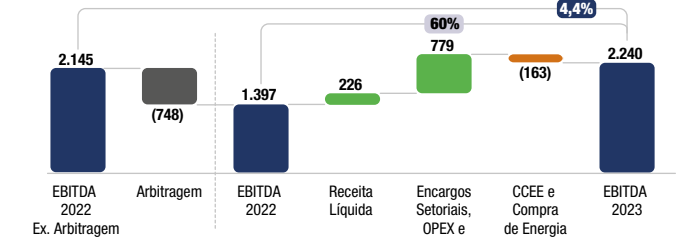
O resultado financeiro líquido negativo passou de R\$ 3.241 milhões em 2022 para R\$ 2.230 milhões em 2023. A variação aconteceu, principalmente, devido à perda da arbitragem CCSA em 2022, a assunção da dívida para Eletrobras, a redução da variação monetária e dos juros das dívidas, devido à diminuição do IPCA em 2023.

RS MM	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receitas Financeiras	16	43	-63,7%	74	360	-79,4%
Receita de aplicações financeiras	17	41	-58,6%	72	134	-45,9%
Outras receitas financeiras	3	(2)	-281,3%	3	171	-98,3%
Variações monetárias	(4)	4	-202,5%	(1)	56	-102,0%
Despesas Financeiras (ex. Arbitragem)	(442)	(523)	-15,4%	(2.305)	(2.926)	-21,2%
Juros de dívidas	(301)	(433)	-30,7%	(2.075)	(2.486)	-16,5%
Variações monetárias	(12)	(36)	-66,5%	(90)	(374)	-75,8%
Outras despesas financeiras	(130)	(53)	142,7%	(139)	(66)	110,9%
Resultado Financeiro (ex Arbitragem)	(427)	(480)	(1)	(2.230)	(2.565)	(1)
(-) Perda Arbitragem CCSA (ii)	-	-	0,0%	-	(675)	-100,0%
Resultado Financeiro	(427)	(480)	-11,1%	(2.230)	(3.241)	-31,2%

EBITDA

No ano de 2023, o EBITDA Ajustado (sem efeito da arbitragem CCSA) da Companhia alcançou o montante de R\$ 2.240 milhões (margem de 51%), maior em 4,4% quando comparado com o mesmo período de 2022.

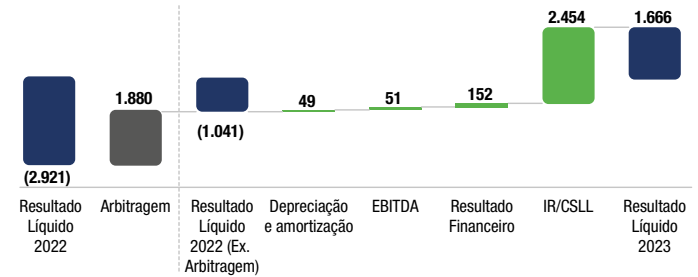
RS MM	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Lucro/Prejuízo líquido	2.392	(250)	-	1.666	(2.921)	-157,0%
(-) IR e CS	2.454	0	-	2.454	(230)	-
(-) Depreciação e amortização	(200)	(197)	1,5%	(797)	(847)	-5,8%
(-) Resultado Financeiro	(427)	(480)	-11,1%	(2.230)	(3.241)	-31,2%
EBITDA	565	428	32,1%	2.240	1.397	60,3%
Arbitragem CCSA	-	-	0,0%	-	748	-100,0%
EBITDA Ajustado	565	428	32,1%	2.240	2.145	4,4%



RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

A Companhia registrou lucro de 1.666 milhões em 2023 ante o prejuízo de R\$ 2.921 milhões em 2022, devido, principalmente, ao reconhecimento de IR e CSLL, diferidos sobre prejuízos acumulados decorrente da melhoria de perspectiva de resultados futuros em função do reequilíbrio patrimonial da companhia trazido com a reestruturação das dívidas.

As principais variações podem ser observadas no gráfico a seguir:

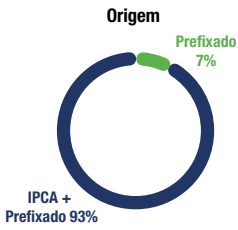
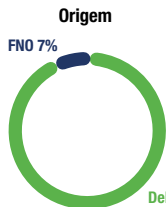


PERFIL DO ENDIVIDAMENTO

O saldo correspondente à dívida da SAE em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 6.239 milhões, conforme demonstrado no detalhamento por tipo de financiamento e por forma de indexação. O Custo Médio da dívida é de IPCA + 6,69%.

A redução do endividamento está relacionado com a pré-pagamento aos bancos repassadores e à assunção da dívida para o BNDES FINEM, em novembro de 2023.

Origem	Custo	Dívida Bruta	%	Venc.
FNO	8,5% Pré-fixado*	434	7,0%	dez-30
Debêntures		5.805	93,0%	-
1ª Emissão		5.513	88,4%	-
1ª Série	IPCA + 6,5%	2.669	42,8%	out-37
2ª Série		2.844	45,6%	jun-38
3ª Emissão	IPCA + 7,49%	292	4,7%	abr-24
Total		6.239	100,0%	



DEMAIS ASSUNTOS

Covenants

A SAESA possui contratos de financiamentos junto a FNO e Escrituras de Debêntures que possuem cláusulas restritivas, além disso, apesar da dívida do BNDES FINEM não fazer parte da Companhia, os credores da SAESA continuam compartilhando a garantia junto com o BNDES FINEM, e, por ser um Project Finance, a Companhia mantém obrigações junto ao BNDES e aos bancos repassadores.

No ano de 2023, a Companhia cumpriu adequadamente seus covenants, mantendo o acompanhamento integral dos mesmos por meio de um sistema para gestão eficiente e maior controle das obrigações. O sistema reforça a gestão e o controle das obrigações assumidas nos Contratos de Financiamentos.

Abaixo, quadro de covenants financeiros:

Covenants	2023	2022	Instrumentos
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido < 3,5x			
Dívida Líquida	5,5	19	1ª Emissão debêntures
Patrimônio Líquido	14,8	0,5	
Apurado	0,4	38	
Patrimônio Líquido / Ativo Total >=25%			
Patrimônio Líquido	14,8	0,5	BNDES FINEM e 3ª Emissões de debêntures
Ativo Total	23	22	
Apurado	65%	2,3%	
ICSD > 1,2x			
EBITDA	2.240	1.397	FNO e 1ª e 3ª Emissões de debêntures
Serviço da Dívida	1.808	1.138	
Apurado	1,2	1,2	

Rating

Em janeiro de 2023, a Fitch Rating divulgou a manutenção do rating em BBB-(bra) em relação à 3ª emissão de Debêntures e da 1ª Emissão Privada de Debêntures. Posteriormente, em abril de 2023, foi reafirmado o rating, porém, com uma observação positiva, mantendo-se em setembro de 2023.

Em fevereiro de 2024, devido à assunção da dívida, e consequente redução do endividamento, a agência de rating elevou o rating da SAESA de BBB-(bra) em observação positiva, para AAA(bra) com perspectiva estável.

Governança CORPORATIVA

A Santo Antônio Energia pauta sua atuação pela transparência nas relações, com metas claras de desempenho e compromissos assumidos com nossos investidores, clientes, Integrantes, fornecedores e a sociedade, de modo geral. De acordo com o Estatuto Social da Santo Antônio Energia, o Conselho de Administração é composto da seguinte forma:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MANDATO

Mandato unificado de um ano. Permite reeleição.

COMPOSIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Santo Antônio Energia era composto por 5 membros efetivos, sendo um conselheiro independente.

Observação: conforme estabelecido no Estatuto Social vigente em 31 de dezembro de 2023, e atendendo às boas práticas de governança, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, no mínimo, 20% deverão ser conselheiros independentes e expressamente declarados como tais na ata de Assembleia Geral que os eleger.

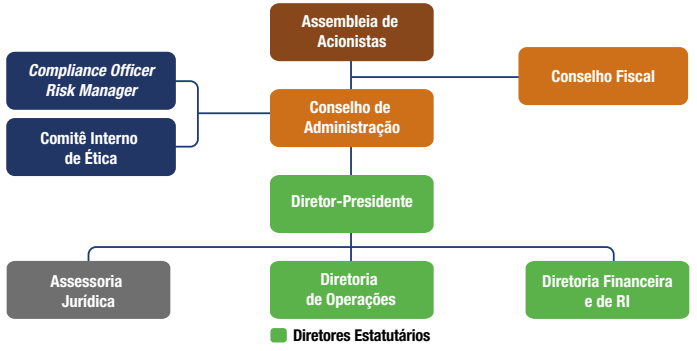
A Companhia possui um sistema de governança formal, com os seguintes instrumentos em vigor:

- Estatuto Social
- Política de Conflito de Interesses
- Código de Governança, sendo este último documento relativo à controladora MESA e aplicável, no que couber, à Santo Antônio Energia.

Adicionalmente, para melhor desempenho de suas funções, o Conselho de Administração poderá valer-se de Comitês de Apoio, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração cuja última atualização se deu em 18 de maio de 2023.

ESTRUTURA CORPORATIVA E GOVERNANÇA

A partir de 2024, a estrutura organizacional da SAESA se apresenta da seguinte maneira:



O Portal de Governança completou, em 2023, seu quarto ano de operação, garantindo aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria maior transparência e facilidade no acesso às informações necessárias para um melhor desempenho de suas responsabilidades legais e estatutárias.

Diante da atual estrutura apresentada, a Santo Antônio Energia compromete-se a continuar aplicando e aperfeiçoando constantemente todos os procedimentos necessários para o atendimento das melhores práticas de Compliance e de Governança Corporativa.



COMPLIANCE

O programa de Compliance da Santo Antônio Energia objetiva estar em conformidade com as leis e regulamentos externos e internos, além de promover no ambiente corporativo uma cultura da ética e integridade em consonância com as diretrizes estratégicas da empresa.

Além de promover a cultura de conformidade, ética e integridade, o programa tem como propósito avaliar, controlar e monitorar os riscos corporativos que podem afetar os objetivos da Companhia. Durante o ano de 2023, os riscos foram monitorados e devidamente atualizados de forma integrada e multidisciplinar juntamente com as áreas.

A Santo Antônio Energia possui um Canal de Denúncias, que é um ambiente exclusivo e confidencial disponibilizado para que os nossos Integrantes, Fornecedores e/ou Terceiros possam relatar toda e qualquer conduta que, possivelmente, não esteja de acordo com o Código de Ética e Conduta da SAE ou ainda em aparente desacordo com alguma norma legal e regulatória vigente.

No ano de 2023, a Santo Antônio Energia recebeu 173 relatos no Canal de Denúncias, dos quais 100% foram apurados e tratados.

Também merecem destaque outras importantes atividades realizadas ao longo de 2023, como: (i) diligências relacionadas às novas contratações, comercialização de energia e doações e patrocínios; (ii) treinamento de Compliance obrigatório para todos os Integrantes; e (iii) realização de Auditorias de acordo com o Plano Anual de Auditoria Interna aprovado pelo Conselho de Administração.

Em 2023, a Santo Antônio Energia recebeu o prêmio Aberje, considerado um dos maiores prêmios de comunicação corporativa do país. A campanha "Faça o Que é Certo", escopo do prêmio, foi realizada em 2022 tanto na usina em Porto Velho quanto no escritório administrativo em São Paulo, contando com atividades dinâmicas junto aos Integrantes reforçando a cultura de Compliance.

Por fim, a Santo Antônio Energia também recebeu o prêmio "Empresa Pró-Ética", sendo o mais importante reconhecimento da área de Compliance no Brasil. O prêmio é uma parceria entre o Instituto Ethos e a Controladoria-Geral da União (CGU) para avaliar e divulgar as companhias que voluntariamente se engajam na construção de um ambiente de integridade e de confiança nas relações comerciais.



Responsabilidade SOCIAL E AMBIENTAL

Desde a sua concepção, a Usina Hidrelétrica Santo Antônio foi projetada para alcançar a máxima eficiência com o mínimo impacto socioambiental, demandando soluções inovadoras em engenharia e tecnologia voltadas à geração de energia elétrica, de forma sustentável, na Amazônia. Com capacidade instalada para atender a 45 milhões de brasileiros, contribui para a redução da utilização da energia gerada pelas termoeletricas que configuram a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa (GEE) do setor elétrico brasileiro.

Além dos compromissos legais e do licenciamento, a Santo Antônio Energia também atende, desde 2009, aos Princípios do Equador, um conjunto de critérios socioambientais referenciados nos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social da International Finance Corporation (IFC), aos quais os bancos financiadores do empreendimento são signatários.

Para assegurar o atendimento, as questões socioambientais são auditadas externamente por Consultoria Independente, que realiza verificações periódicas e recomenda as melhorias necessárias. Este monitoramento é desenvolvido há mais de dez anos e vem contribuindo de forma significativa, não apenas com a evolução dos temas socioambientais, mas também na Governança da empresa. No relatório da última auditoria independente socioambiental realizada em 2023, pela empresa JGP, foram indicadas 08 recomendações, sendo 07 atendidas e 01 está atualmente em atendimento, não havendo recomendações pendentes.

Comprometida com as boas práticas de mitigação de riscos socioambientais e comprometida com uma eficiente gestão de riscos, a Santo Antônio Energia, desde 2016, conta com o SGI (Sistema de Gestão Integrado) que aplica melhores práticas em processos nas áreas de meio ambiente, de saúde e segurança do trabalho, buscando a melhoria contínua dos processos relacionados a estes temas.

No decorrer de 2023, houve a implementação de um plano de ação definido por empresa de consultoria externa para uma maior sedimentação e permeabilidade do SGI em todas as áreas da empresa.

Mesmo sendo fonte geradora de Energia Limpa, a Companhia realizou, em 2013, ainda na fase de construção do empreendimento, o seu primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) que derivou em um Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas. Este tema também vem sendo acompanhado no âmbito das auditorias externas dos Princípios do Equador e Padrões de Desempenho em Sustentabilidade do IFC.

O Inventário de Emissões GEE foi retomado em 2021 com periodicidade anual, sendo uma importante ferramenta estratégica da Companhia para conhecer melhor seus processos, avaliar e aprimorar seu Sistema de Gestão.

Ao analisar os dados e indicadores de emissões do último Inventário de Emissões GEE em 2023, foi possível observar o resultado satisfatório da Companhia dentro do seu processo de geração de energia. Na comparação realizada, a média anual do fator de emissões decorrentes do consumo de eletricidade do Sistema Integrado Nacional (SIN) foi de 42,600 KgCO2e/MWh em 2022 e a emissão média da Santo Antônio Energia, no mesmo ano, foi de 0,155 KgCO2e/MWh.

Devido à sua geração renovável, a UHE Santo Antônio desloca a geração de eletricidade por fontes fósseis (mais intensiva em carbono), reduzindo as emissões de gases de efeito estufa do Sistema Interligado Nacional (SIN). Por isso, a UHE Santo Antônio recebeu Carta de Aprovação do governo brasileiro, que confirma sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do país e foi registrada na UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change) como projeto MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) em 28 de dezembro de 2012. Conforme o registro no MDL estima-se que a geração de energia da UHE Santo Antônio reduz 4.015,16 tCO2e/ano.

Em linha com a Agenda Global 2030, tendo Mudanças Climáticas como um tema material para a Companhia, a Santo Antônio Energia se tornou signatária da maior iniciativa universal de sustentabilidade empresarial: o Pacto Global das Nações Unidas sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, priorizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como destaque para o ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima.

Em abril de 2023, foi consolidado e publicado o primeiro Relatório de Sustentabilidade padrão Global Report Initiative (GRI) da empresa, o qual também foi validado e encaminhado para atendimento ao Relatório Anual ANEEL.

É importante destacar que nas referidas agendas de alinhamento com o Controlador, também foi validada a materialidade dos indicadores 2023 como base para elaboração dos Relatórios Anuais no padrão GRI das empresas do grupo no novo contexto de transição da empresa.



Desenvolvimento - P&D

A Santo Antônio Energia é a concessionária responsável pela implantação e operação de uma das maiores usinas hidrelétricas do país na Amazônia Legal. Pelo pioneirismo na implantação de um projeto inédito sob os aspectos ambientais e tecnológicos na fronteira do Amazonas, surgem enormes desafios para melhor exploração energética e correta gestão do meio ambiente. Assim, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel (P&D), desponta um mundo de possibilidades de iniciativas para o desenvolvimento de projetos.

Por isso, a Santo Antônio Energia vai muito além de se enquadrar no rol das empresas que investem em Pesquisa e Desenvolvimento. A Companhia estimula uma gestão voltada para a inovação, alinhada à eficiência operacional das usinas hidrelétricas, crescimento e eficiência, abarcando cultura, pessoas e ferramentas. Acima de tudo, tem como linha mestra atuar com transparência junto à sociedade e aos seus públicos de relacionamento.

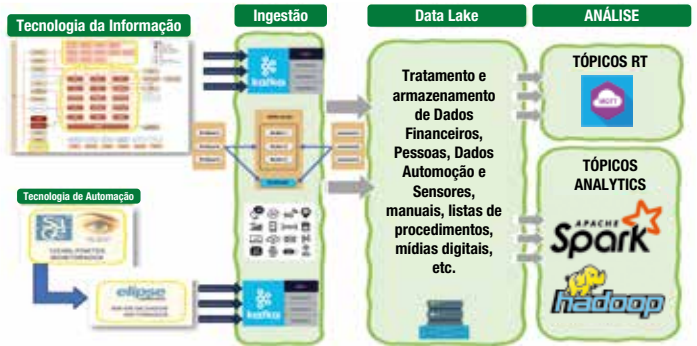
Neste último exercício, a Companhia deu início à execução de mais dois novos projetos de P&D, a seguir destacados:

SANTO ANTÔNIO iCONNECT 5.0: CONECTANDO DADOS À TOMADA DE DECISÕES INTELIGENTES COM EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE.

Iniciado em outubro de 2023, o projeto de P&D denominado Santo Antônio iConnect 5.0:

Conectando Dados à Tomada de Decisões Inteligentes com Eficiência e Sustentabilidade, tem como principais objetivos criar uma infraestrutura de comunicação e armazenamento de dados de alta capacidade e oferecer soluções avançadas de auxílio à tomada de decisões que irão impulsionar a integração de dados.

A estratégia é projetar e aplicar tecnologias de integração digital, 5G mobile privado e DataLakes compartilhados em aplicações inteligentes.



PROJETO DE GERAÇÃO FOTOVOLTAICA EM MULTITECNOLOGIAS E ESTUDO DE ALBEDO PARA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA E MOBILIDADE COM VEÍCULOS ELÉTRICOS

Em maio de 2022, foi dado início à execução do Projeto de Geração Fotovoltaica em MultitecnoLOGIAS e Estudo de Albedo para Geração Distribuída e Mobilidade com Veículos Elétricos.

Os objetivos deste projeto são: implementação de planta solar fotovoltaica multitecnologia com painéis bifaciais em diferentes tipos de condições de albedo (tipos de solo), visando a redução dos custos com consumo interno de energia elétrica e a utilização de veículos elétricos como carga, avaliando os benefícios da troca da mobilidade com combustíveis fósseis para mobilidade elétrica.

Geração de EMPREGOS DIRETOS

Em 2023, a Santo Antônio Energia contratou cerca de 80 pessoas, sendo quase 25% de mulheres. Até dezembro, a Santo Antônio Energia contava com 378 Integrantes (incluindo aprendizes e estagiários), dos quais 80% estavam localizados em Porto Velho.

O perfil educacional do seu quadro de Integrantes contempla 54% com nível superior completo, 8% em formação superior, além de 25% com formação técnica e 13% com ensino médio.

A empresa mantém programas de treinamentos para todos os seus níveis hierárquicos, tendo investido cerca de R\$ 950 mil em desenvolvimento.

Com base nos pilares da Cultura SER+ (Sinergia, Eficiência, Resultados Sustentáveis e Inovação), a Companhia deu continuidade às ações de engajamento e fortalecimento da cultura, com o objetivo de promover ainda mais o sentimento de pertencimento dos seus Integrantes. Ainda olhando para o cenário dos anos anteriores do país, a empresa reforçou todos os cuidados com saúde, segurança e bem-estar.

A empresa retomou em 2023 alguns treinamentos e encontros presenciais, mas adotou o modelo híbrido para alcançar todos os públicos.



Demais ASSUNTOS

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria Estatutária da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que foram apresentadas ao Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração, em reuniões realizadas em 13 de março de 2024 e que serão oportunamente submetidas à deliberação em AGOE.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da Santo Antônio Energia, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o seu Estatuto Social, a Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em cada exercício social, no montante de 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% de reserva legal.

Em função de restrições previstas em contratos de financiamentos em que figura como devedora e nas escrituras de debêntures de sua emissão, a Santo Antônio Energia somente poderá distribuir os dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, após a conclusão física e financeira do projeto. Igualmente, somente poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório após a expressa autorização do Banco da Amazônia e da aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas ou após a liquidação total do financiamento e debêntures.

Constituída em 2008, a Companhia contabiliza prejuízos acumulados até o exercício concluído em 31 de dezembro de 2023. Por esta razão, assim como pelas restrições previstas nos contratos de financiamentos acima referidas, não houve pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

De acordo com os termos do Estatuto Social da Santo Antônio Energia, cabe ao Conselho de Administração a escolha e a substituição dos auditores independentes.

A fim de evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos auditores externos independentes, a Santo Antônio Energia adota constantemente procedimentos, como consultar os referidos auditores para assegurar que a realização da prestação desses e de outros serviços não venha a afetar a sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.



Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integrações dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://www.jornalodiasp.com.br/> leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

SEXTA-FEIRA 15 DE MARÇO DE 2024
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Página 11

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	355.171	923.146
Contas a receber	5	546.977	474.234
Caixa restrito	6	125.181	135.203
Imposto de renda e contribuição social		24.050	25.539
Impostos e contribuições		4.948	4.949
Estoques		93.257	91.215
Despesas pagas antecipadamente	7	35.658	37.193
Outros ativos	8	89.651	126.649
Total do ativo circulante		1.274.893	1.818.248
Não Circulante			
Caixa restrito	6	214.422	37.314
Imposto de renda e contribuição social		12.775	12.034
Impostos e contribuições		94	92
Despesas pagas antecipadamente	7	9.969	37.978
Outros ativos	8	16.967	7.974
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	4.531.856	2.077.782
		4.786.103	2.173.174
Imobilizado	10	16.553.956	17.069.734
Intangível	11	1.091.704	1.110.637
Total do ativo não circulante		22.431.763	20.353.545

Total do Ativo 23.706.656 22.171.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2022				
Capital Integralizado em 03.06.2022	21	681.374	–	681.374
Capital Integralizado em 10.06.2022	21	901.178	–	901.178
Resultado do exercício		–	(2.920.523)	(2.920.523)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		11.246.908	(10.743.139)	503.769
Saldos em 1º de Janeiro de 2023				
Capital Integralizado em 09.11.2023	21	2.042.554	–	2.042.554
Capital Integralizado em 13.11.2023	21	11.504.772	–	11.504.772
Resultado do exercício		–	1.665.874	1.665.874
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		24.794.234	(9.077.265)	15.716.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. Contexto Operacional: 1.1. A Companhia: A Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia", "SAE" ou "SAESA") é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, "Categoria B", nos termos da instrução 480, constituída em 17 de janeiro de 2008, com sede no município de São Paulo, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio ("UHE") e de seu sistema de transmissão, em trecho do rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. Em 29 de setembro de 2008, a Companhia recebeu de sua Controladora, Madeira Energia S.A.-MESA ("Controladora" ou "MESA"), por meio de transferência anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a concessão de geração de energia, tornando-se responsável pela construção e operação da usina, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora. Desde julho de 2022, a "MESA" passou a ser controlada diretamente pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A., que por sua vez é controlado pela companhia Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. A Companhia tem como segmento de negócio a geração e comercialização de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, localizada no rio Madeira, município de Porto Velho - RO, na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. O prazo do Contrato de Concessão é de 39 anos e 04 meses, com vigência até outubro de 2047 (prazo original: 35 anos, prazo adicional Lei 14.052/2020: 04 anos e 04 meses), contados a partir da data de assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008. **1.2. Capacidade de geração:** A Usina Hidrelétrica ("UHE") Santo Antônio tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo "bulbo" que operam em rio de baixa queda e grande vazão de água. A Licença de Operação vigente (nº 1044/2011 - 1ª Renovação de 2ª Retificação) foi publicada em dezembro de 2019 com validade até 17/05/2026. Conforme mencionado na nota explicativa nº 18 "Provisões Socioambientais", a Companhia atende adequadamente todas as condicionantes previstas nas Licenças de Instalação e Operação, garantindo sua manutenção e renovação. Em 01 de outubro de 2023, em consequência das baixas vazões registradas no rio Madeira, aproximadamente 50% abaixo da média histórica, a Companhia interrompeu a sua operação, em alinhamento com o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). Esta medida visou preservar as condições operativas das unidades geradoras da usina, atendendo os limites de parâmetros específicos definidos na fase de projeto pelos fabricantes, de acordo com a configuração da usina aprovada pelo Poder Concedente. Independentemente dessa condição, o rio Madeira permaneceu seguindo seu curso natural, com passagem da vazão concentrada no vertedouro principal da usina, sem qualquer impacto em seu fluxo normal. Igualmente, durante este período, as receitas dos contratos de venda não foram impactadas pois estão vinculadas à Garantia Física (certificado do volume comercializável de energia) que independe da performance de geração, por estar inserida no MRC-Mecanismo de Realocação de Energia (nota explicativa nº 3.2 (v)). Mesmo detendo relevante importância para o sistema elétrico, no período de baixas vazões naturais do rio Madeira, já é esperado que a Usina opere com geração reduzida, podendo ser paralisada, caso os limites operativos das unidades geradoras sejam atingidos. Neste cenário, o ONS opera o sistema de forma a manter condições sistêmicas adequadas atuando junto aos demais agentes. Em 16 de outubro de 2023, em alinhamento e sob comando do Operador Nacional do Sistema Elétrico, a operação foi gradativamente retomada devido ao aumento da vazão do rio Madeira e consequente restabelecimento das vazões operacionais mínimas das unidades geradoras da Usina. Em 2023, a UHE Santo Antônio gerou 14.199 GWh, o que corresponde a uma redução de 20% em relação ao montante gerado em 2022, 17.844 GWh. Tal redução foi decorrente sobretudo da seca histórica verificada no Rio Madeira, somado às restrições de geração ocasionadas pelas indisponibilidades do sistema de transmissão. Contudo, manteve-se na posição de 4º maior geradora hídrica do país, com base nas informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS. Em 31 de dezembro de 2023, a UHE Santo Antônio possui 50 unidades geradoras em operação comercial, com 2.313,3 MW médios de garantia física (2.424,2 MW médios em 31 de dezembro de 2022). Referida redução decorreu do processo de revisão "Ordinária de Garantia Física - ROGF", regulamentado pelo Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998. **1.3. Comercialização de energia elétrica:** A UHE Santo Antônio iniciou a sua operação comercial, em 2012, com a entrada da 1ª unidade geradora e a sua geração plena deu-se em janeiro de 2017, quando a 50ª unidade geradora entrou em operação comercial. A energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (144 unidades geradoras - 2.218 MW médios) foi comercializada 70% na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, correspondendo a 1.552 MW médios, com vencimento no ano de 2041. Os 30% restantes da energia assegurada foram negociados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - CCEALs correspondendo a 665 MW médios, com vencimento no ano de 2027. A energia adicional, referente às 6 novas unidades geradoras (206,2 MW médios), foi comercializada na seguinte maneira: a SAE participou do 19º leilão de energia A-3, no qual vendeu 129,6 MW médios de energia, cujos CCEARs começaram a ser entregues a partir de janeiro de 2017, com vencimento em dezembro de 2046. • Os 70 MW médios restantes foram comercializados no Ambiente Livre - CCEALs com 2 grandes clientes, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2029. A implantação destas 6 unidades adicionais, possibilitou estabilidade no fornecimento de energia ao sistema Acre-Rondonia, com suprimento de aproximadamente 40% dos estados da região. **1.4. Principais Aspectos do Compromisso Socioambiental (ESG - Environmental, Social and Governance) - Não auditado:** Desde a sua concepção, a Hidrelétrica Santo Antônio, localizada em Porto Velho, estado de Rondônia, com capacidade instalada para atender a 45 milhões de brasileiros com energia de fonte limpa e renovável, foi projetada para alcançar a máxima eficiência com o mínimo impacto socioambiental, demandando soluções inovadoras em engenharia e tecnologia voltadas à geração de energia elétrica de forma sustentável na Amazônia sendo a Santo Antônio Energia (companhia) a concessionária responsável pela operação da Hidrelétrica. As características tecnológicas e os investimentos realizados em sustentabilidade garantiram, ainda na etapa de construção da hidrelétrica, a conquista do maior número de notas máximas em sustentabilidade entre todas as usinas avaliadas pela *International Hydropower Association (IHA)*, em 2014. E obteve posição de destaque como finalista do Prêmio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de Infraestrutura Sustentável, em 2015. O início da construção da UHE, a partir de 2008, e da operação, a partir de 2012, seguiu o cumprimento de um rigoroso processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). No âmbito do licenciamento, a Companhia desenvolveu 28 programas socioambientais que integram o Plano Básico Ambiental (PBA). A evolução e os resultados dos compromissos firmados para cada programa continuam sendo, periodicamente, submetidos ao IBAMA. Além dos compromissos legais, a Companhia também atende, desde 2009, aos Princípios do Equador, composto por um conjunto de critérios socioambientais, referenciado nos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social da *International Finance Corporation (IFC)* aos quais os bancos financiadores do empreendimento são signatários. Para assegurar o cumprimento, as questões socioambientais vêm sendo auditadas, há mais de 10 anos, por Consultoria Independente que realiza verificações periódicas, contribuindo, de forma significativa, com a evolução dos temas socioambientais e gestão organizacional. Desde dez/2012, a Companhia possui registro na Organização das Nações Unidas - ONU para participar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL. Com esta autorização a UHE Santo Antônio foi a primeira usina de grande porte em operação comercial no Brasil a gerar efetivamente créditos de carbono para o mercado global. De acordo com a metodologia do MDL, o volume de créditos equivale à quantidade de gases de efeito estufa não emitidos na atmosfera, atendendo a oferta de energia gerada de fonte limpa e renovável, além disso, o MDL se trata do comércio desses créditos de carbono com o objetivo de renovar as iniciativas sustentáveis e renováveis. Graças ao uso de turbinas do tipo "bulbo", uma tecnologia inovadora com baixo impacto ambiental, que viabilizou a implementação da UHE no rio Madeira, e que possui uma potência instalada/área de reservatório de 8,88 W/m², o dobro da eficiência energética mínima para gerar créditos de carbono (4 W/m²). As referidas turbinas possibilitaram o aproveitamento da alta vazão do rio para gerar energia, dispensando a formação de um grande reservatório. Comprometida com as boas práticas de mitigação de riscos socioambientais, em 2016, a Companhia concluiu a implantação do seu Sistema de Gestão Integrada (SGI) que consolida a aplicação das melhores práticas de meio ambiente, saúde e segurança do trabalho através do princípio da melhoria contínua. Em 2020, a Companhia se tornou signatária do Pacto Global das Nações Unidas sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, priorizando Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. ODS da Agenda 2030. Contando com uma estrutura formal de governança corporativa, a Companhia mantém em vigor instrumentos como: Estatuto Social e Política de Conflito de Interesses. Além disso, são adotadas diversas diretrizes recomendadas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Desde o exercício de 2021, a Companhia tem sido reconhecida com o Prêmio Pró Ética, uma distinção significativa em Compliance no Brasil, promovida pelo Instituto Ethos em parceria com a Controladora Geral da União (CGU). Além disso, a Companhia também tem mantido o selo *Great Place to Work (GPTW)*, destacando-se no ranking de indústrias de médio porte. Adicionalmente, alinhado com as diretrizes éticas do Controlador, o Conselho de Administração aprovou em 21 de dezembro de 2023 a adesão ao Programa de Compliance do Grupo Eletrobras, a partir de 2024. Periodicamente a Companhia realiza a doação de resíduos recicláveis da usina para a Cooperativa Rondoniense de Catadores de Material Recicláveis (Catonoré), localizada na comunidade da Vila Princesa, em Porto Velho. No ano de 2023, foram doadas, aproximadamente, 12 toneladas de resíduos recicláveis, conforme parceria firmada, com o objetivo de ampliar a renda da comunidade. Mais uma vez a Santo Antônio Energia foi parceira patrocinadora do Clássicos do Mundo, espetáculo musical que em 2023 promoveu sua 7ª edição com o objetivo de arrecadar recursos para a manutenção da Casa de Apoio do Núcleo de Apoio à Criança com Câncer (NACC), em Porto Velho. Em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo de Porto Velho foi criado, em maio de 2023, o Circuito Energia e o Programa de visita turística gratuita na Hidrelétrica Santo Antônio que já recebeu mais de 1.200

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	12	251.252	248.848
Obrigações com pessoal		23.449	23.131
Empréstimos e financiamentos	13.1	54.635	655.361
Debêntures	13.2	650.316	498.904
Impostos e contribuições	14	70.648	57.286
Adiantamentos	15	42.872	64.270
Encargos setoriais	16	72.118	69.254
Concessões a pagar	17	29.210	27.963
Provisões socioambientais	18	143.225	158.794
Outros passivos	19	47.560	8.135
Provisões para litígios	20	233.542	–
Total do passivo circulante		1.618.827	1.811.946
Não Circulante			
Fornecedores	12	5.413	2.757
Empréstimos e financiamentos	13.1	378.897	13.546.024
Debêntures	13.2	5.153.327	5.341.159
Impostos e contribuições	14	29.663	57.076
Adiantamentos	15	86.612	129.484
Encargos setoriais	16	30.307	30.662
Concessões a pagar	17	296.370	289.817
Provisões socioambientais	18	77.228	174.245
Outros passivos		2.435	–
Provisões para litígios	20	175.341	202.782
Total do passivo não circulante		6.370.860	19.856.078
Total do Passivo		7.989.687	21.668.024
Patrimônio Líquido			
Capital social	21	24.794.234	11.246.908
Prejuízos acumulados		(9.077.265)	(10.743.139)
		15.716.969	503.769
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		23.706.656	22.171.793

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	2023	2022
Receitas		
Receitas operacionais	4.891.366	4.616.163
Outras receitas	4.887.683	4.614.310
	3.683	1.853
Insuomos Adquiridos de Terceiros	(2.209.587)	(2.691.728)
Serviços de terceiros	(1.072.730)	(920.931)
Materiais	(966.219)	(958.853)
Custos arbitragem CCI 21.511/ASM	–	(736.261)
Outros	(170.638)	(75.683)
Valor Adicionado Bruto	2.681.779	1.924.435
Depreciação, Amortização	(797.482)	(848.402)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	1.884.297	1.076.033
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras, líquidas	74.199	360.449
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.958.496	1.436.482
Distribuição do Valor Adicionado	1.958.496	1.436.482
Salários e Encargos		
Remuneração direta	71.120	72.134
Benefícios	21.146	20.218
FGTS	5.390	5.348
Impostos, Taxas e Contribuições	(1.986.633)	669.004
Federais	(2.109.589)	551.897
Estaduais	122.213	116.406
Municipais	743	701
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.181.599	3.590.301
Juros	2.180.443	3.589.585
Aluguéis	756	716
Remuneração de Capital Próprio	1.665.874	(2.920.523)
Resultado do exercício	1.665.874	(2.920.523)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

pessoas com a oportunidade de conhecer de perto a Usina Hidrelétrica Santo Antônio e entender o conceito de energia limpa e sustentável. Ainda como iniciativa voltada para a sustentabilidade, a Companhia associou-se ao Instituto Amazônia + 21, com o objetivo de articular projetos inovadores na região Amazônica sendo parceira no projeto do Centro de Bioeconomia e de Conservação da Amazônia. A Sustentabilidade é um pilar estratégico, que se mantém através das ações ESG propiciando uma trilha promotora de um modelo de gestão e divulgação das práticas em sintonia com as melhores práticas de mercado. **1.5. Destaques 2023: a) Revisão Ordinária de Garantia Física - ROGF:** A partir de 1º de janeiro de 2023, a garantia física da UHE Santo Antônio, foi estabelecida em 2.313,3 MW médios (2.424,2 MW médios em 31 de dezembro de 2022). Esse valor foi definido no processo de Revisão Ordinária de Garantia Física - ROGF, regulamentado pelo Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998. O referido decreto prevê que o valor da garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadas pelo ONS seja revisado a cada cinco anos, ou na ocorrência de fatos relevantes. Na ROGF, apenas a parcela original da UHE Santo Antônio, referente às 44 UGs, cujo valor era de 2.218 MW médios foi elegível à revisão de garantia física. Assim, o valor foi revisado para 2.107,1 MW médios. Esse valor, somado à garantia física das 6 UGs, de 206,2 MW médios, totalizam 2.313,3 MW médios, vigente a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme publicado na PORTARIA Nº 709/GM/MME de 30 de novembro de 2022. Também foi divulgada a revisão dos valores das taxas de indisponibilidade de referência da UHE Santo Antônio, sendo de 1,591% para TEIF (Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada) e de 3,707% para TEIP (Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada). Essa revisão foi definida com base no inciso II do Art. 5º da Portaria MME 42/2022 e o novo Índice de Disponibilidade de Referência é de 94,761% (99,50% em 31 de dezembro de 2022). A revisão dos valores de indisponibilidade agregará uma maior flexibilidade para otimização das manutenções na UHE Santo Antônio e também evitará penalizações no Mercado de Curto Prazo - MCP mantendo a disponibilidade da UHE acima de 94,761% (em 31 de dezembro de 2022 a disponibilidade era de 97,05%). **b) Saída do acionista CEMIG:** Em 20 de março de 2023, o acionista Cemig Geradora e Transmissão S.A. deixou de fazer parte do quadro de acionistas da Controladora (MESA), sendo as ações adquiridas pelo acionista Controlador da MESA, Furnas Centrais Elétricas S.A. **c) Reestruturação da dívida e aumento de capital:** Em 13 de novembro de 2023, a Companhia, em conjunto com o controlador indireto, Eletrobras, concluiu a reestruturação das dívidas dos contratos do BNDES FINEM. Esta reestruturação contou com os seguintes eventos: i. Aprovação em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") do aumento de capital da Companhia, e sua Controladora (MESA), no valor de R\$ 2.042.554, realizada em 09 de novembro de 2023, a fim de suportar o pré-pagamento, pela Companhia aos bancos repassadores, no mesmo montante; ii. Realização, em 10 de novembro de 2023, do pré-pagamento, aos bancos repassadores no montante de R\$ 2.042.554, pela Companhia; iii. Assunção, naquela data, do saldo da dívida do BNDES FINEM (descontado o pré-pagamento referenciado no item "i" acima, pelo seu acionista controlador indireto Eletrobras Centrais Elétricas S/A ("Eletrobras"), no montante de R\$ 11.504.772, fazendo com que a Eletrobras se tornasse credora da Companhia no mesmo montante; iv. Ainda naquela data, a Eletrobras capitalizou os créditos detidos contra a SAESA em Furnas Centrais Elétricas S/A ("Furnas") e, ao contrário, Furnas capitalizou esses mesmos créditos na Madeira Energia S.A. - MESA ("MESA") que, por sua vez, capitalizou esse mesmo crédito em SAESA, fazendo com que ocorresse a extinção do referido crédito em razão de credor e devedor serem a mesma pessoa jurídica (fusão patrimonial da contusão). v. Ao final das capitalizações, Furnas passou a deter 99,73% da MESA, única acionista da Companhia; vi. Os financiamentos da Companhia tiveram uma redução total de R\$ 13.547.326. Indicadores financeiros após a reestruturação da dívida: • Grau de Endividamento (dívida líquida/EBITDA): 2,5x (13,5x em dezembro de 2022); • Estrutura do Capital (% do capital de terceiros): 29,61% (97,55% em dezembro de 2022). Essa reestruturação é resultado do compromisso do acionista controlador indireto Eletrobras, para uma solução definitiva da situação financeira da SAESA, com a melhoria de seu crédito e garantindo a perenidade e viabilidade econômica da Companhia. **1.6 Estrutura de Capital, de Liquidez e continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, em decorrência das obrigações de curto prazo vinculadas às debêntures, (nota explicativa nº 13.2) e às provisões para litígios (nota explicativa nº 20), a Companhia apresentou capital circulante líquido (CCL) negativo de R\$ 343.933 (R\$6.302 positivo em 31 de dezembro de 2022). Neste mesmo período, o Patrimônio Líquido positivo, com um aumento significativo, totalizou R\$ 15.716.969 (R\$ 503.769 positivo, em 31 de dezembro de 2022) e o lucro do exercício foi de R\$ 1.665.874 (R\$ 2.920.523 de prejuízo em 31 de dezembro de 2022), substancialmente em razão do reconhecimento da sentença arbitral CCI 21.511/ASM/JPA em decorrência dos eventos: (i) aumento de capital (nota explicativa nº 21) e, (ii) reconhecimento dos tributos diferidos ativos (nota explicativa nº 9). Como reflexo positivo da reestruturação da dívida, a Companhia conta com uma adequada projeção de geração de caixa para honrar seus compromissos de curto e longo prazo, e a consequente adequação do seu capital circulante líquido (CCL) ainda no exercício de 2024. Ainda, a Companhia conta com Contrato de Suporte de Acionistas para cobertura de insuficiência - ESA ("Equity Support Agreements"); no Aditivo nº 04 ao Contrato de Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiências e Outras Avenças, celebrado em 28 de dezembro de 2023 ("ESA de Insuficiência"), a acionista FURNAS se obriga, em caráter irrevogável e irretroativo, a aportar os recursos necessários, sob a forma de capital, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias do capital da "MESA", na hipótese de ocorrência de um Evento de Capitalização Extraordinário. Considerando que o ESA de Insuficiência é um título executivo extrajudicial e define como um dos Eventos de Capitalização Extraordinária o aporte de capital na "MESA" com recursos necessários para cobrir, de imediato e integralmente, qualquer insuficiência que vier a ocorrer na execução do Projeto ou acréscimos do orçamento global do Projeto, os credores poderão requerer o aporte de capital, podendo, ainda, em caso de descumprimento, requerer tutela específica da obrigação inadimplida. A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e, mesmo sem históricos de inadimplências com credores, fornecedores e clientes, continua adotando medidas para fortalecer a sua posição de caixa e para trazer eficiência e otimização dos custos, retomando assim, o equilíbrio da sua estrutura de capital, de liquidez e de geração de caixa. **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board (IASB)" (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, foram considerados aspectos da legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras companhias do setor elétrico e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e mensuração:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na nota explicativa 2.6. Foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, expressas em milhares de reais, arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Práticas contábeis materiais:** As práticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir: **2.4.1 Adoção de novas normas e interpretações:** As emissões/alterações abaixo de normas IFRS efetuada pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita Operacional Líquida			
Receita líquida de venda de energia	23	4.363.248	4.137.130
Custos do Serviço de Energia Elétrica	24.1	(2.788.273)	(3.426.420)
Custo com energia elétrica		(1.619.217)	(2.163.416)
Custo de operação		(1.169.056)	(1.263.004)
Lucro Operacional Bruto	1.574.975	710.710	
Despesas gerais e administrativas	24.2	(136.300)	(162.040)
Outras receitas		3.580	1.826
Resultado Operacional	1.442.255	550.496	
Receitas financeiras	25	74.199	360.449
Despesas financeiras	25	(2.304.652)	(3.600.969)
Despesas Financeiras, Líquidas	(2.230.453)	(3.240.520)	
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(788.198)	(2.690.024)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.454.072	(230.499)
Resultado do Exercício	1.665.874	(2.920.523)	
Resultado básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)		6,51	(196,36)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	2023	2022
Resultado do exercício	1.665.874	(2.920.52

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.

CNPJ: 24.230.275/0001-80

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO				

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia, por meio de suas controladas, tem por objeto a incorporação e comercialização de empreendimentos imobiliários voltados principalmente para os segmentos de média e baixa renda, com destaque para a consistente atuação no programa “Minha Casa Minha Vida”. Adicionalmente, a Companhia presta serviços relativos à construção, supervisão, estudos e projetos e a execução de quaisquer obras de engenharia civil. A principal região de atuação da Companhia é a região metropolitana de São Paulo.

A Companhia vem acelerando sua expansão, tendo lançado 152 fases de empreendimentos desde 2016 na região metropolitana de São Paulo, em bairros estrategicamente escolhidos com demanda para os segmentos em que atua. Nosso foco principal tem sido no segmento de baixa e média renda devido à boa demanda e rentabilidade para essa modalidade de empreendimentos. A Companhia vem ampliando também o lançamento de empreendimentos para a classe média e buscando crescer sua participação no mix de vendas.

Em 2023, a **Plano&Plano** apresentou um notável progresso, caracterizado por um **crescimento sustentável e a conquista de resultados operacionais e financeiros sem precedentes. Este marco consolida o ano de 2023 como um dos mais significativos na história da Companhia, demonstrando sua resiliência e capacidade de gerar valor aos investidores.** Quando olhamos para os Lançamentos, a Companhia alcançou um novo recorde histórico, atingindo R\$ 3,3 bilhões, estes lançamentos incluem a contratação de R\$ 692 Milhões do “Pode Entrar”. As vendas líquidas totalizaram R\$ 3,1 bilhões , outro recorde histórico, representando um crescimento de 81,7% em relação ao ano de 2022 (R\$ 1,7 bilhões). Esse número foi atingido com as vendas de 14.458 unidades - no período. As vendas sobre oferta (VSO) (últimos doze meses) ao final do 4T23 ficou em 49,5%. Ao final de 2023 a receita líquida totalizou R\$ 2,1 bilhões e a geração de caixa da Companhia ficou em R\$ 262,4 milhões.

Durante o ano de 2023, o programa habitacional “Minha Casa Minha Vida” sofreu alterações nos subsídios federais, juros para financiamento e no valor máximo do imóvel, que para o município de São Paulo, passou de R\$ 264 mil para R\$ 350 mil. Essas modificações impactam positivamente a capacidade de compra dos potenciais clientes, permitindo que mais famílias sejam enquadradas no programa, além de incluir no programa Minha Casa Minha Vida, uma parcela mais relevante dos produtos disponíveis para venda e dos produtos a serem lançados em um futuro próximo. A **Plano&Plano** encara essas alterações de forma otimista dado seu posicionamento de mercado e dado o perfil de seu cliente, e espera continuar contribuindo para a redução do déficit habitacional na cidade de São Paulo.

Conforme detalhado na nota explicativa “20. Receitas de vendas a apropriar e custos orçados de imóveis vendidos a apropriar”, este trimestre demonstra uma manutenção em relação à margem do resultado de exercícios futuros (margem REF). A margem REF de 30/09/2023 apresentava 40,5%, enquanto a de 31/12/2023 traz uma margem REF também de 40,5%, excluindo os empreendimentos do “Pode Entrar”, para os resultados a apropriar.

O patrimônio líquido % **Plano&Plano** encorrou o trimestre em R\$ 6.171 milhões, representando um aumento de R\$ 206,8 milhões sobre o patrimônio do final do mesmo período em 2022 (R\$ 410,2 milhões). A rentabilidade sobre patrimônio líquido médio atingiu 52,3% para os últimos 12 meses, uma das melhores do setor ao considerarmos os resultados das empresas de capital aberto.

No dia 27/12/2023 a Companhia comunicou o mercado sobre a contratação de 3.640 unidades do programa habitacional Pode Entrar. Estas unidades correspondem a um VGV 100% de R\$ 691,8 milhões, e VGV % **Plano&Plano** correspondente a R\$ 566 Milhões.

A margem bruta do 4T23 foi de 34,2%, consolidando uma recuperação que vem sendo observada desde o final da pandemia. É importante ressaltar que o Pode Entrar, devido à natureza de suas contratações, exerce pressão sobre a margem bruta. No entanto, é relevante notar que, no Mercado Privado (ex-Pode Entrar), as margens permanecem saudáveis. O programa Pode Entrar trouxe efeitos positivos no aumento de VSO e receita, pelo fato de que os empreendimentos do programa já saem 100% vendidos na contratação, proporcionando assim um VSO de 55,8% e contribuindo para a forte geração de caixa de R\$ 157 milhões no trimestre.

É importante salientar que a Cia possui, ainda, um saldo aprovado na primeira fase do Pode Entrar e ainda não contratado, de 1.907 unidades. Essas unidades correspondem a um VGV (100%) de aproximadamente R\$ 371 milhões. A contratação dessas unidades está sujeita à eventual e futura manifestação de interesse pela COHAB.

No último trimestre de 2023, a **Plano&Plano** avançou significativamente em suas iniciativas ESG. Aprimoramos os processos internos, revisamos políticas corporativas e fortalecemos o diálogo com stakeholders. Avaliamos nosso desempenho no simulado ISE/B3 e ampliamos nosso compromisso com os ODS da ONU. Os resultados serão detalhados no Relatório de Sustentabilidade 2023.

A Administração continua confiante que seguirá expandindo as operações da Companhia de maneira rentável, com riscos controlados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO OS VALORES POR AÇÃO OU QUANDO MENCIONADO DE OUTRA FORMA)					
ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	92.573	139.556	312.182	254.237
Aplicações financeiras com restrições	4	-	-	113.228	85.794
Contas a receber	5	-	509	418.485	274.341
Imóveis a comercializar	6	-	-	844.451	805.027
Tributos a recuperar	-	7.804	6.174	10.377	10.056
Outros créditos	-	15.142	8.281	32.991	25.987
Total do ativo circulante	-	115.519	154.520	1.731.714	1.455.442
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	4	626	552	626	552
Contas a receber	5	-	208	151.891	114.318
Imóveis a comercializar	6	701	2.519	106.951	275.70
Partes relacionadas	7	34.128	109.445	-	-
Investimentos	8	738.592	644.065	1.061	1.534
Ativos de direito de uso	9	22.688	3.577	23.962	4.005
Imobilizado	10	13.301	11.074	13.399	14.233
Intangível	-	9.250	3.834	9.415	3.980
Total do ativo não circulante	-	819.286	775.274	307.305	166.192
Total do ativo	-	934.805	929.794	2.039.019	1.621.634
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	122.686	81.545	-	134.708
Debêntures	12	-	36.336	-	36.336
Fornecedores	13	3.869	831	-	43.447
Credores a pagar por aquisição de imóveis	14	-	-	-	203.266
Obrigações trabalhistas e sociais	15	18.564	15.469	-	29.071
Obrigações tributárias	-	307	179	-	15.331
Adiantamentos de clientes	16	3.562	208	-	104.832
Impostos e contribuições diferidos	18	-	-	-	20.871
Partes relacionadas	7	56.123	322.662	-	8.250
Provisões diversas	-	7.177	7.107	-	3.196
Dividendos a pagar	21c	63.782	31.749	-	63.782
Arrendamentos a pagar	9	1.630	870	-	1.189
Total do passivo circulante	-	277.700	490.556	-	657.486
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	-	252.827
Credores a pagar por aquisição de imóveis	14	-	-	-	41.256
Impostos e contribuições diferidos	18	-	-	-	7.817
Partes relacionadas	7	2.422	2.143	-	2.143
Outros débitos com terceiros e SCPs	19	2.625	-	-	16.809
Provisões diversas	-	2.848	10.460	-	17.051
Provisão para contingências	17	3.489	3.301	-	4.419
Provisões para perdas em investimentos	8	6.173	10.858	-	-
Arrendamentos a pagar	9	22.401	2.240	-	23.118
Total do passivo não circulante	-	39.958	29.002	-	735.419
Patrimônio líquido					
Capital social	21	175.228	175.228	-	175.228
Custo com emissão de ações	21	(6.997)	(6.997)	-	(6.997)
Ações em tesouraria	21	(19.184)	(19.184)	-	(19.184)
Reserva de capital	21	5.083	2.944	-	5.083
Transação de capital entre sócios	21	(14.547)	(14.547)	-	(14.547)
Reservas de lucros	21	477.564	272.792	-	477.564
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	-	617.147	410.236	-	617.147
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	28.967
Total do passivo e patrimônio líquido	-	934.805	929.794	-	2.039.019

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO OS VALORES POR AÇÃO OU QUANDO MENCIONADO DE OUTRA FORMA)													
			(-) Custo com		Reserva de capital		Reserva de lucros			Patrimônio	Participação	Patrimônio	
	Notas	Capital social	transação de capital	Ações em tesouraria	Opções outorgadas	Transação de capital	Retenção de lucros	Reserva Legal	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	líquido da controladora	dos não controladores	líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021		100.228	(6.997)	(8.175)	867	(14.547)	239.108	6.754	-	-	317.238	(15)	317.223
Aquisição de ações próprias para manutenção em tesouraria	21.b	-	-	(11.009)	-	-	-	-	-	-	(11.009)	-	(11.009)
Reconhecimento de plano de ações	21.f	-	-	-	2.077	-	-	-	-	-	2.077	-	2.077
Aumento de capital com reserva de lucros	-	75.000	-	-	-	-	(75.000)	-	-	-	-	-	-
Movimentação em não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(126)	(126)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	133.679	133.679	(1.113)	132.566
Destinações													
Reserva legal	21. d	-	-	-	-	-	-	6.684	-	(6.684)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21. e	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.749)	(31.749)	-	(31.749)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	95.246	-	-	(95.246)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		175.228	(6.997)	(19.184)	2.944	(14.547)	259.354	13.438	-	-	410.236	(1.254)	408.982
Reconhecimento de plano de ações	21.f	-	-	-	2.139	-	-	-	-	-	2.139	-	2.139
Movimentação em não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.860	21.860
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	268.554	268.554	8.361	276.915
Destinações													
Reserva legal	21. d	-	-	-	-	-	-	13.428	-	(13.428)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21. e	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.782)	(63.782)	-	(63.782)
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-	-	-	36.218	(36.218)	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	155.126	-	-	(155.126)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	175.228	(6.997)	(19.184)	5.083	(14.547)	414.480	26.866	36.218	-	617.147	28.967	646.114
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.													

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO OS VALORES POR AÇÃO OU QUANDO MENCIONADO DE OUTRA FORMA)				
	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	
Receita líquida	22	-	-	2.072.023
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	23	-	-	(1.368.707)
Lucro bruto	-	-	-	703.316
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	24	(6.195)	(4.653)	(235.176)
Despesas administrativas	25	(83.211)	(65.571)	(118.120)
Resultado de equivalência patrimonial	8 (b)	370.461	212.583	(473)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(1.740)	(3.289)	(20.302)
Total receitas (despesas) operacionais	-	279.315	139.070	(382.783)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	-	279.315	139.070	320.533
Receitas financeiras	-	13.929	11.287	36.889
Despesas financeiras	-	(24.690)	(16.678)	(32.884)
Receita (despesas) financeiras líquidas	27	(10.761)	(5.391)	4.005
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda	-	268.554	133.679	324.538
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18 b	-	-	(41.997)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18 b	-	-	(5.626)
Lucro líquido do exercício	-	268.554	133.679	276.915
Atribuível a				
Acionistas controladores	21(c)	268.554	133.679	268.554
Acionistas não controladores	-	-	-	8.361

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022(EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO OS VALORES POR AÇÃO OU QUANDO MENCIONADO DE OUTRA FORMA)				
	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	
Receitas				
Receita de imóveis vendidos/serviços prestados	-	-	-	2.117.779
(-) Deduções de vendas	-	-	-	(45.756)
	-	-	-	2.072.023
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo de imóveis vendidos/serviços prestados	-	-	-	(1.368.707)
Serviços de terceiros	(18.078)	(12.792)	(40.123)	(26.832)
Outras receitas (despesas) operacionais	(60.357)	(16.550)	(208.291)	(108.453)
	(78.435)	(29.342)	(1.617.121)	(1.197.569)
Valor adicionado bruto	-	(78.435)	(29.342)	454.902
Retenções				
Depreciações e amortizações	(4.011)	(7.019)	(17.029)	(22.306)
Valor líquido produzido pela entidade	-	(82.446)	(36.361)	451.373
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	370.461	212.583	(473)	(464)
Receitas financeiras	13.929	36.889	28.812	
	384.390	223.870	36.416	28.348
	301.944	187.509	474.289	300.678

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO OS VALORES POR AÇÃO OU QUANDO MENCIONADO DE OUTRA FORMA)				
	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	
Lucro líquido do exercício	-	268.554	133.679	276.915
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	-	268.554	133.679	276.915
Atribuível a				
Acionistas controladores	-	268.554	133.679	268.554
Acionistas não controladores	-	-	-	8.361
Resultado abrangente total do período	-	268.554	133.679	276.915

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO OS VALORES POR AÇÃO OU QUANDO MENCIONADO DE OUTRA FORMA)				
	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda	-	268.554	133.679	324.538
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	1.572	1.586	1.708	1.338
Amortização de estandes de vendas	-	3.152	12.000	18.129
Amortização de direito e uso	2.439	2.281	3.321	2.839
Resultado de equivalência patrimonial	(370.461)	(212.583)	473	464
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	18.388	14.014	19.936	14.014
Encargos financeiros sobre debêntures	2.146	4.024	2.146	4.024
Encargos financeiros sobre arrendamentos	1.215	271	1.191	355
Tributos diferidos sobre as receitas	-	-	11.803	7.871
Reversão (provisão) para distrato	-	-	76.681	(2.539)
Receita de indenização por distrato	-	-	(2.470)	241
Ajuste a valor presente em clientes	-	-	5.574	8.882
Provisão para distratos em custos	-	-	(49.043)	



→ continuação

Balanços Patrimoniais - 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)											
	Controladora				Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Notas	2023	2022	2023	2022		Notas	2023	2022	2023	2022
Ativo											
Circulante						Passivo					
Caixa e equivalentes						Circulante					
de caixa	3.a	110.228	90.317	181.704	197.833	Emprestimos e financiamentos	8	46	626	305.188	183.722
Caixa restrito	3.b	17.082	30.040	17.082	30.040	Fornecedores		1.555	1.509	62.398	51.125
Contas a receber	4	—	—	599.084	423.814	Obrigações trabalhistas e tributárias		13.216	12.787	20.570	19.802
Imóveis a comercializar	5	—	—	820.079	825.047	Tributos correntes com recolhimento diferido	9	—	—	21.523	14.566
Tributos a recuperar		13.382	9.687	19.812	12.832	Adiantamentos de clientes	11	—	—	111.913	165.804
Adiantamentos gerais		712	481	8.044	1.423	Partes relacionadas	6	1	208	—	—
Outros ativos		9.426	502	12.346	2.754	Contas a pagar por aquisição de terrenos		—	—	—	—
Total do ativo circulante		150.830	131.027	1.658.151	1.493.743	Passivos de arrendamento		1.515	1.440	2.888	2.532
Não circulante						Provisão para perdas com investimentos	7	12.401	29.654	—	—
Caixa restrito	3.b	1.576	1.436	1.869	1.436	Provisão de garantia de obra	13.a	—	—	2.404	2.438
Contas a receber	4	—	—	188.743	199.254	Contas correntes de consórcios	12	—	—	11.967	21.371
Imóveis a comercializar	5	—	—	176.046	294.952	Outros passivos		566	19.637	16.278	40.269
Partes relacionadas	6	672.173	803.996	36.144	14.736	Outros débitos com terceiros - SCsPs	10	2.213	1.645	13.425	3.421
Adiantamentos gerais		—	—	2.572	—	Dividendos a pagar	15.b	3	—	3	—
Outros ativos		12.384	1.968	13.296	13.421	Total do passivo circulante		31.511	67.506	631.277	526.628
Investimentos	7	451.755	384.460	30.128	3.131	Não circulante					
Imobilizado		13.770	17.079	35.814	28.280	Empréstimos e financiamentos	8	276.755	275.741	351.479	315.230
Intangível		11.502	11.862	22.474	12.198	Tributos correntes com recolhimento diferido	9	—	—	7.606	6.620
Total do ativo não circulante		1.163.160	1.220.801	507.086	567.408	Adiantamento de clientes	11	—	—	100.429	150.874
Total do ativo						Conta corrente de consórcios	12	—	—	2.224	8.996
						Provisão de garantia de obra	13.a	—	—	6.982	4.332
						Outros débitos com terceiros - SCsPs	10	4.771	1.923	5.767	14.278
						Contas a pagar por aquisição de terrenos		—	—	17.531	13.436
						Passivos de arrendamento		3.157	4.524	5.383	7.501
						Provisão para demandas judiciais	13.b	7.389	7.613	10.350	9.223
						Total do passivo não circulante		292.072	289.801	507.751	530.490
						Patrimônio líquido					
						Capital social	15.a	959.493	959.493	959.493	959.493
						Reservas de capital	15.c	4.740	18.940	4.740	18.940
						Reservas de lucros	15.b	26.174	16.098	26.174	16.098
						Total do patrimônio líquido		990.407	994.521	990.407	994.521
						Participação de não controladores		—	—	35.802	9.512
						Total do patrimônio líquido consolidado		990.407	994.521	1.026.209	1.004.033
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.313.990	1.351.828	2.165.237	2.061.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023						(Em milhares de reais)				
		Reser- va de capital	Reser- va esta- tutária	Reser- va de lucros	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumu- lados	Total do patrimônio líquido da controladora	Participa- ção de não con- troladores	Total do patrimônio líquido consolidado
	Notas									
Saldo em 31 de dezembro de 2021		959.493	12.426	–	5.230	10.661	–	987.810	7.123	994.933
Lucro líquido do exercício	15.b	–	–	–	–	–	34.830	34.830	2.389	37.219
Destinação do resultado do exercício										
Reserva legal	15.c	–	–	–	1.741	–	(1.741)	–	–	–
Dividendos adicionais propostos	15.b	–	–	–	–	9.117	(9.117)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	15.b	–	–	–	–	–	(8.272)	(8.272)	–	(8.272)
Dividendos adicionais propostos distribuídos	15.b	–	–	–	–	–	(15.700)	(15.700)	–	(15.700)
Dividendos distribuídos - anos anteriores	15.b	–	–	–	–	(10.661)	–	(10.661)	–	(10.661)
Plano de remuneração baseado em ação	15.c	–	6.514	–	–	–	–	6.514	–	6.514
Aumento de capital de não controladores										
Saldo em 31 de dezembro de 2022		959.493	18.940	–	6.971	9.117	–	994.521	9.512	1.004.033
Lucro líquido do exercício	15.b	–	–	–	–	–	90.383	90.383	4.513	94.896
Destinação do resultado do exercício										
Compra/Venda de participação de não controladores	7d.6	–	–	–	–	–	–	–	25.561	25.561
Reserva legal	15.c	–	–	–	4.519	–	(4.519)	–	–	–
Reserva de lucros	15.b	–	–	–	–	–	(14.684)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	15.b	–	–	–	–	–	(24.466)	(21.466)	–	(21.466)
Dividendos adicionais propostos distribuídos	15.b	–	–	–	–	–	(49.714)	(49.714)	(3.784)	(53.498)
Dividendos distribuídos - anos anteriores	15.b	–	–	–	–	(9.117)	–	(9.117)	–	(9.117)
Plano de remuneração baseado em ação	15.c	–	(14.200)	–	–	–	–	(14.200)	–	(14.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		959.493	4.740	–14.684	11.490	–	–	990.407	35.802	1.026.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia ou Controladora"), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede localizada na Alameda Santos, nº 700 - 5º andar, Jardim Paulista na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. Para atender os propósitos societários, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm por objeto social a incorporação, construção, venda de unidades imobiliárias residenciais e comerciais. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis:** 2.1. **Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. As demonstrações financeiras individuais "Controladora" estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCF 07, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.3.2. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para arquivamento em 14 de março de 2024. 2.1.1. **Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Os aspectos relacionados ao reconhecimento da receita desse setor, bem como de determinados assuntos relacionados ao significativo e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias pelas Companhias de incorporação imobiliária no Brasil, base para o reconhecimento de receitas seguem o entendimento da CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15), conforme incluído em detalhes na Nota Explicativa nº 2.3.1. As sociedades controladas incluídas no processo de consolidação estão detalhadas na Nota Explicativa nº 7. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil que estão sujeitas às normas da CVM, em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos recursos aplicados em investimentos em sociedades controladas para as quais possam efetuar a construção dos empreendimentos. Para fins de IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, a capitalização de juros somente é permitida para ativos qualificáveis, não sendo caracterizado como ativos qualificáveis os investimentos mantidos nas sociedades controladas, apresentadas nas demonstrações financeiras separadas. 2.1.2. **Continuidade operacional:** As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando o equilíbrio observado do seu capital circulante líquido, o cumprimento de cláusulas restritivas ("covenant") em seus contratos de empréstimos e financiamentos, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, o capital circulante líquido da Controladora é positivo em R\$119.319 (R\$63.521 em 2022) e o capital circulante líquido consolidado é positivo em R\$1.026.874 (R\$967.115 em 2022). A gestão do capital circulante leva em conta os números consolidados uma vez que a Companhia conta com mecanismos para movimentar recursos entre as Companhias de forma eficiente, sem prejudicar o atendimento dos compromissos de cada uma das entidades que compõem as demonstrações consolidadas. Por essa razão, qualquer análise que tenha por base o capital circulante da Controladora não refletirá a real liquidez da Companhia. 2.1.3. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.1.4. **Apresentação de informações por segmento e natureza:** A Companhia possui apenas um segmento operacional (incorporação e venda de imóveis) de acordo com as regras da NBC TG 22 (R2) que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 22 (R2) Informação por segmento. Por esse motivo, não estão sendo apresentadas informações por segmento. A Companhia não possui clientes que representem mais de 10% da receita total consolidada, não havendo, assim, grau de dependência de clientes específicos a ser divulgado. 2.2. **Base de consolidação:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia, e das controladas descritas na Nota Explicativa nº 7. Todas as demonstrações saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores. i) **Controladas:** As demonstrações financeiras de controladas, preparadas de acordo com as políticas contábeis consistentes com as da Controladora, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixar de existir. Nesse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são consolidados integralmente e o valor patrimonial da participação dos sócios não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido das controladas. Nas demonstrações financeiras individuais, referidas participações são registradas usando o método de equivalência patrimonial. ii) **Investimentos em coligadas e controladas em conjunto (joint ventures):** Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. A Companhia apresenta suas participações em coligadas e controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial. iii) **Participações em operações em conjunto - consórcios:** Operação em conjunto (joint operation) na Companhia está representada pelo sócio terreno - responsável pelo aporte no consórcio da participação dos sócios não controladores e responsável (lider consórcio) responsável pelo desenvolvimento do empreendimento. Nos consórcios, as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Quando a Companhia realiza atividades como operações em conjunto, a Companhia reconhece em relação à sua participação em uma operação em conjunto: i) Seus ativos e passivos, incluindo sua participação sobre quaisquer ativos detidos e passivos assumidos em conjunto; ii) Sua participação nas receitas de venda advinda da operação em conjunto; iii) Suas despesas, incluindo sua participação nas despesas incorridas em conjunto. A Companhia contabiliza os ativos, os passivos, as receitas e as despesas relacionados à sua participação em uma operação em conjunto de acordo com as normas aplicáveis a ativos, passivos, receitas e despesas específicos. 2.3. **Principais práticas contábeis:** 2.3.1. **Aquirição e apropriação do resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis:** Os resultados são registrados pelo regime de competência. As receitas e custos são apresentados, de acordo com o objeto social específico de cada Companhia. i) **Venda de bens (incorporação imobiliária):** Nas vendas de unidades concluídas, a receita é reconhecida no

Demonstrações dos Resultados					
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	16	17	–	926.392	758.626
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	17	–	–	(742.275)	(637.194)
Lucro bruto	17	–	–	184.117	221.432
Recargas/despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	17	(75.533)	(93.933)	(89.328)	(105.899)
Despesas comerciais	17	(1.643)	(3.879)	(52.473)	(67.108)
Outras despesas e receitas operacionais	18	65.357	4.401	61.294	945
Apropração malvia-vel	7	(1.283)	(403)	(653)	–
Equivalência patrimonial	7	118.381	138.964	1.277	(58)
Total das despesas e receitas operacionais		105.459	45.150	(79.883)	(172.120)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		105.476	45.150	104.234	49.312
Recargas financeiras	19	20.461	19.081	31.105	32.259
Despesas financeiras	19	(35.554)	(29.401)	(19.547)	(26.410)
Resultado financeiro		(15.093)	(10.320)	11.558	5.849
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		90.383	34.830	115.792	55.161
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	9.b	–	–	(20.896)	(17.941)
Lucro líquido do exercício		90.383	34.830	94.896	37.220
Lucro líquido atribuído aos controladores		90.383	34.830	90.383	34.830
Lucro líquido atribuído aos não controladores		–	–	–	–
Lucro líquido por ações - R\$ - básico	22	0,85449	0,32928	0,85449	0,32928
Lucro líquido por ações - R\$ - diluído	22	0,85449	0,32928	0,85449	0,32928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	90.383	34.830	94.896	37.220
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	90.383	34.830	94.896	37.220
Lucro líquido atribuído aos controladores	90.383	34.830	90.383	34.830
Lucro líquido atribuído aos não controladores	–	–	–	–

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	–	–	931.713	765.519
Outras receitas	–	–	6.338	3.328
Insuano adquirido de terceiros	–	–	937.349	768.847
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	–	–	(697.794)	(523.419)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(24.696)	(25.038)	(86.350)	(98.057)
Valor adicionado (absorvido) bruto	(24.696)	(25.038)	(784.144)	(621.476)
Retenções	(24.696)	(25.038)	153.205	147.371
Depreciação, amortização e exaustão	(6.578)	(4.973)	(8.094)	(5.341)
Total	(6.578)	(4.973)	(8.094)	(5.341)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	–	–	931.713	765.519
Outras receitas	–	–	6.338	3.328
Insuano adquirido de terceiros	–	–	937.349	768.847
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	–	–	(697.794)	(523.419)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(24.696)	(25.038)	(86.350)	(98.057)
Valor adicionado (absorvido) bruto	(24.696)	(25.038)	(784.144)	(621.476)
Retenções	(24.696)	(25.038)	153.205	147.371
Depreciação, amortização e exaustão	(6.578)	(4.973)	(8.094)	(5.341)
Total	(6.578)	(4.973)	(8.094)	(5.341)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

parte dos compradores entre a data da venda e a data de obtenção do financiamento, determinados contratos vêm sendo objeto de cancelamento ("distritos"), motivo pelo qual as seguintes provisões vêm sendo constituídas para fazer face à margem de lucro apropriada de contratos firmados por ocasião do reconhecimento da receita, para aqueles contratos que apresentem evidências objetivas de que possam ser objeto de distrito, afetando as rubricas de Receita e Custo das vendas realizadas. Tais provisões são constituídas como redutora das contas a receber de clientes tendo contrapartida as rubricas (i) imóveis a comercializar; e (ii) a rubricas anteriormente mencionadas, na demonstração do resultado. Eventual passivo financeiro devido pelo potencial devolução de valores recebidos, está apresentado na rubrica "Outros passivos", no balanço patrimonial. 2.3.2.3. **Tributos:** A Companhia e suas controladas são periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades, incluindo fiscais, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que essas autoridades não autuaram a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais. 2.3.2.4. **Provisões para demandas judiciais (tributárias, cíveis e trabalhistas):** A Administração da Companhia revisa trimestralmente a provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a natureza das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As avaliações para possíveis provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.3.2.5. **Valor realizável líquido dos imóveis a comercializar:** a administração revisa trimestralmente o valor contábil de seus imóveis a comercializar para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda referente ao valor realizável líquido. Uma perda por valor realizável líquido existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor realizável líquido, o qual é o maior entre o valor de realização menos custos de venda. O cálculo do valor de realização menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado. 2.3.3. **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.3.4. **Contas a receber:** A comercialização das unidades é efetuada, substancialmente, durante as fases de lançamento e construção dos empreendimentos. As contas a receber de clientes, nesses casos, são constituídas ao longo do período de construção, aplicando-se a porcentagem de conclusão ("PoC") sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda (acrescido da variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC); sendo assim, o valor das contas a receber é determinado pelo montante das receitas antes do reconhecimento das despesas das parcelas recebidas. As contas a receber de unidades vendidas são ajustadas segundo os critérios mencionados na Nota Explicativa nº 2.3.1. Quando concluída a construção, sobre as contas a receber incidem juros e variação monetária segundo índices contratuais, os quais passam a ser apropriados ao resultado financeiro quando auferidos, obedecendo ao regime de competência de exercícios. Com base na carteira total das contas a receber de cada empreendimento, é estabelecido o montante previsto para ser recebido em período de até um ano, sendo o saldo contábil das contas a receber, no limite desse valor, classificado como ativo não circulante. A parcela das contas a receber que exceder os recebimentos previstos no período de até um ano, é apresentada no ativo não circulante. 2.3.4.1. **Provisão para perda esperada para risco de crédito:** A Provisão para perda esperada para risco de crédito é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Adicionalmente, a Companhia também avalia o seu contas a receber de forma prospectiva (sempre considerando as garantias contratuais), de acordo com o conceito de perdas esperadas descrito no IFRS 9/CPC 48 e, por isso, quando material, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Consequentemente, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por "impairment" reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. A Companhia subdivide suas orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, elaborou estudos com objetivo de avaliar a necessidade de registrar os ajustes temporários e preditivos relacionados aos distritos dos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias em construção (provisão para distritos). O estudo considerou a identificação da incerteza de entrada de fluxo de caixa e a evidência objetiva de condições que já existiam na data final do período contábil, para constituir a provisão para distritos. Consequentemente, a Companhia constituiu provisão para distritos para aqueles clientes que possuíam: i) parcelas vendidas a mais de 90 dias em cada exercício findo das demonstrações financeiras; ii) parcelas vendidas em cada exercício findo das demonstrações financeiras; iii) parcelas vendidas em cada exercício findo das demonstrações financeiras e que subsequentemente distratou o contrato de compra e venda; e iii) estavam adimplentes, mas que manifestaram formalmente intenção de distratar o contrato de compra e venda até o término de cada exercício findo das demonstrações financeiras. 2.3.4.2. **Provisão para distritos:** Adicionalmente, a Companhia também preparou estudo que suporta o percentual histórico de devoluções para constituir o montante a ser devolvido para os clientes, quando da efetivação do distrito. Quando do registro da provisão para distritos os valores do contas a receber de clientes são ajustados em contrapartida às receitas de imóveis vendidos, bem como os custos de imóveis vendidos e imóveis vendidos a comercializar, também são ajustados pelos montantes antes do reconhecimento do resultado. A parcela da receita de imóveis vendidos que a Companhia não irá devolver aos clientes é reclassificada para conta específica no resultado como receita de indenização por distrito. Eventual passivo financeiro devido pela potencial devolução de valores recebidos, está apresentado na rubrica "Outros passivos", no balanço patrimonial. 2.3.5. **Imóveis a comercializar:** São avaliados ao custo de construção ou aquisição, ou valor realizável líquido. O custo dos



Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integrações dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal>

→ continuação

Companhia e determinadas controladas que optaram pelo regime de tributação do Lucro Real, o imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e a parcela da compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável em cada exercício fiscal. Regime de lucro presumido: aplicável às sociedades cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$78.000. Nesse contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas à razão de 8% e 12%, respectivamente, sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares dos respectivos impostos e contribuições. Regime especial tributário do patrimônio de afetação: iniciado por meio da Lei nº 10.931/2004 (RET) e suas posteriores alterações, aplicável aos empreendimentos imobiliários que optaram por esse regime, em caráter opcional e irrevogável enquanto perdurarem os direitos e obrigações do incorporador junto aos adquirentes dos imóveis que compõem o empreendimento afetado. Cada empreendimento submetido ao RET prevê uma tributação à alíquota de 1,92 % para o imposto de renda e contribuição social e 2,08% para o PIS e COFINS, aplicável para todos os recebimentos decorrentes das vendas de unidades imobiliárias, bem como as receitas financeiras e variações monetárias, são tributadas pelo regime de caixa. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todas as vendas efetuadas pela Companhia até essa data estavam enquadradas no RET, independentemente do momento das vendas e do recebimento das parcelas. 2.3.13. **Tributos correntes com recolhimento diferido:** A legislação fiscal permite que as entidades de incorporação imobiliária tributem suas receitas de vendas de unidades imobiliárias com base em regime de caixa. Nas controladas e atividades em que a prática contábil difere da prática fiscal, é calculado um passivo ou ativo de impostos e contribuições sociais federais de recolhimento diferido para refletir quaisquer diferenças temporárias. O passivo decorrente da contribuição social sobre o lucro, o PIS e o COFINS de recolhimento diferido são reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante e são decorrentes da diferença temporal decorrente do reconhecimento da receita pelo critério societário, descrito na Nota Explicativa nº 2.3.1, e do critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento (regime de caixa). A Companhia apresenta tais tributos diferidos de forma líquida (antecipações - ativo) e (recolhimento - passivo) nas demonstrações financeiras, por fim, destacamos que a segregação entre curto e longo prazo desta obrigação considera a expectativa de recebimentos futuros e que serão objeto de inclusão no cálculo da apuração dos tributos. 2.3.14. **Ativos e passivos contingentes:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: • Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis em trânsito em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados na nota explicativa. • Provisões para demandas judiciais são provisões efetuadas quando as perdas foram avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões nas montantes estimativas de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. 2.3.15. **Benefícios a empregados:** A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição, assistência médica e odontológica, vale-transporte e remuneração variável. **Participação dos colaboradores e administradores no resultado:** Os colaboradores têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Essas despesas são reconhecidas em base linear, levando em consideração o atingimento esperado das metas e os valores que seriam disponibilizados para esses colaboradores. **Transações que envolvem pagamento em ações:** A Companhia oferece a seus empregados planos de opção de ações, o valor das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido. 2.3.16. **Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 9 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.3.17. **Sociedades com contas de participação – SCP:** Para viabilizar o acesso à informação criada pela Companhia, acordos com parceiros empreendedores em alguns negócios, os quais são denominados como sócios participantes, de acordo com o Art. 991 do Código Civil. As obrigações com os parceiros são constituídas pelos valores aportados pelos mesmos somados aos resultados acumulados que lhes competem nos respectivos empreendimentos, sendo registrado no grupo outros compromissos com terceiros (Nota Explicativa nº 10). As obrigações serão liquidadas na medida em que ocorrer a distribuição de lucros nos empreendimentos imobiliários. Nesses acordos a Companhia figura como o sócio ostensivo, sendo o responsável pelas obrigações e as obrigações do empreendimento imobiliário conforme previsto na Lei, logo todos os ativos e passivos relacionados a estes acordos são apresentados integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 2.3.18. **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) **Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxo de caixa que seja exclusivamente pagamente de "principal e juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a que ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados; (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento; ou (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, contas a receber com partes relacionadas e outros ativos financeiros (vide Nota Explicativa nº 20). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (b) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo financeiro, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O passivo associado é o passivo associado ao ativo, sendo utilizado a maior entre elas. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia efetuou o cálculo a valor presente, considerando a taxa de desconto de 6,67% a.a. (5,91% a.a. em 31 de dezembro de 2022). A Companhia adota os procedimentos para reconhecimento contábil dos resultados auferidos nas operações imobiliárias realizadas. Em decorrência disso, o saldo de conta a receber das unidades imobiliárias vendidas e ainda não concluídas está limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía o saldo das contas a receber da carteira financeira consolidada, da parcela circulante e não circulante, distribuído da seguinte forma:

Em carteira	31/12/2023		31/12/2022	
	Em processo de repasse bancário (a)	Total	Em carteira	Em processo de repasse bancário (a)
914	–	914	–	1.493
484	–	484	–	421
240	–	240	518	–
384	–	384	324	–
245	–	245	433	–
368	–	368	2.480	–
5.569	–	5.569	8.376	–
8.204	–	8.204	14.045	–
226.255	278.573	504.828	15.765	80.467
8.485	–	8.485	13.067	–
9.272	–	9.272	29.835	–
9.414	–	9.414	19.205	–
14.973	–	14.973	55.215	–
75.187	–	75.187	237.041	–
218.689	–	218.689	210.166	–
562.275	278.573	840.848	580.294	80.467
(278)	–	(278)	(1.107)	(1.107)
(34.297)	–	(34.297)	(24.904)	(24.904)
(26.970)	–	(26.970)	(26.077)	(26.077)
320	–	320	350	–
509.254	278.573	787.827	542.601	80.467

(a) Os empreendimentos em repasse bancário em 31 de dezembro de 2023 eram Haus Mitre Brooklin, Raizes Vila Prudente, Haus Mitre Pinheiros, Haus Mitre Pátio Ipiranga, Raizes Tucuruí, Jacareidã, Raizes Tucuruí Figueira, Raizes VM, Haus Mitre Residências, Raizes Freguesia do Ó Haus Mitre Perdizes, Haus Mitre Residências e Haus Mitre Residências 370 (Em 31 de dezembro de 2022 eram Haus Mitre Alto Butantã, Haus Mitre Brooklin, Haus Raizes Vila Guilherme, Raizes Tucuruí Figueira e Raizes Vila Prudente). **Repasse bancário:** Na fase de conclusão dos seus empreendimentos, quase a totalidade dos clientes passa pelo processo de financiamento bancário (conhecido também como repasse), processo este requerido para a entrega das chaves, bem como tomada de posse da unidade. O processo de repasse é individual e depende das negociações entre o cliente e a instituição financeira, podendo durar até 180 dias entre a data do início do processo de repasse até a conclusão. Atualmente a Companhia trabalha com a modalidade de repasse no pré-habite-se, iniciando até seis meses antes da emissão do habite-se. A Companhia apresenta tais clientes em seu "aging-list" separadamente dos clientes inadimplentes, uma vez que essa operação faz parte do negócio e do processo de venda das unidades. Sobre esse saldo, a Companhia entende que não há risco significativo de não recebimento. Cessão de recebíveis: A Companhia cedeu determinados créditos relacionados aos contas a receber de clientes os quais são atualizados pela variação do IGP-M e possuem juros de 12% ao ano (Tabela "Price"). Em decorrência do direito de regresso previsto em contrato, a Companhia não baixou tais créditos e os mesmos estão sendo apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Cessão de recebíveis	320	350

Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A alienação fiduciária é uma garantia amparada na Lei nº 9.514/97 e que concede ao fiduciário uma maior agilidade na execução da garantia nos casos de inadimplência. A Companhia aliena as suas unidades em construção ou concluídas com alienação fiduciária, sendo a própria unidade objeto da garantia. Para as unidades concluídas, a Companhia projeta o valor de venda da unidade em condições desfavoráveis do mercado, incluiu as

Jornal O DIA SP

SEXTA-FEIRA 15 DE MARÇO DE 2024
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Página 19

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJ nº 07.882.930/0001-65

31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

5. Imóveis a comercializar:

Descrição	Consolidado		MTR-04 Administração de Bens Ltda.	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
Terenos (i)	347.006	568.426	MTR-05 Administração de Bens Ltda.	1.429	1.019
Imóveis em construção (ii)	534.018	483.170	MTR-07 Administração de Bens Ltda.	59.015	34.168
Encargos financeiros capitalizados (iii)	32.723	20.623	MTR-08 Administração de Bens Ltda.	2.296	2.189
Adiantamento para aquisição de terreno	6.017	7.476	MTR-10 Administração de Bens Ltda.	9.885	13.538
Imóveis concluídos	42.400	12.167	MTR-11 Administração de Bens Ltda.	54.989	63.007
Provisão para distratos	21.436	18.618	MTR-12 Administração de Bens Ltda.	34	34
Adiantamentos	12.474	9.468	MTR-13 Administração de Bens Ltda.	164	164
Outros	51	51	MTR-14 Administração de Bens Ltda.	–	1.013
	996.125	1.119.999	MTR-15 Administração de Bens Ltda.	70	22
Circulante	620.079	825.047	MTR-16 Administração de Bens Ltda.	23.107	428
Não circulante	176.046	294.952	MTR-17 Administração de Bens Ltda.	2.296	2.189

Os terrenos para novos empreendimentos estão registrados pelo custo histórico de aquisição e incluem os custos com legalização. Os terrenos cujos empreendimentos têm lançamento previsto a partir de janeiro de 2025 foram classificados no ativo não circulante. (ii) O montante é composto por custo de terrenos acrescido dos custos de regularização, custos incorridos de construção e estoques de materiais não aplicados. Esses valores são transferidos para a conta de "Imóveis em construção" no momento em que o empreendimento é inicialmente comercializado. Conforme orientações descritas no CPC 01 (R1) Entidades imobiliárias, a Companhia capitalizou juros sobre terrenos e unidades em construção, sendo que tais juros são reconhecidos ao resultado na proporção das unidades vendidas segundo o mesmo critério dos demais custos. A administração trimestralmente prepara as análises e testes de avaliação de custo ou valor realizável líquido e registra dos dois o menor em todas as rubricas dos Imóveis a comercializar, sendo que nas datas de encerramento dos balanços não foram apurados ajustes relacionados a este assunto. A movimentação da provisão para distratos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	18.618	9.481
Adições	2.818	9.137
Saldo final	21.436	18.618

A movimentação dos encargos financeiros capitalizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	20.623	915
Atualização de terrenos a pagar	2.271	891
Outros custos	2.519	1.361
Encargos financeiros capitalizados	58.823	38.632
Custos de captação capitalizados	1.227	488
Ajuste a valor presente - permuta financeira	796	1.356
Encargos financeiros apropriados aos custos dos imóveis (Nota Explicativa nº 17)	(53.043)	(23.020)
Efeito vendas de controladas	(493)	–
	32.723	20.623

6. Partes relacionadas: Os montantes abaixo demonstrados possuem o objetivo de aquisição de imóveis para fins de estruturação, desenvolvimento, incorporação e comercialização de empreendimento imobiliário. A gestão do caixa da Companhia é centralizada, de forma que é comum a existência de transações financeiras direta natureza com as SPEs.

Ativo:

Descrição	Controladora		MTR-04 Administração de Bens Ltda.	Ativo circulante	Passivo: Os saldos do passivo referem-se a transações com controladas:
	31/12/2023	31/12/2022			
Mitre Residencial Casa Verde Empreendimento Imobiliário Ltda.	–	15	–	–	–
Residencial Julio Bueno Empreendimentos e Participações Ltda.	40	63	–	–	–
Residencial Alfredo Pujol Empreendimentos e Participações Ltda.	28	–	–	–	–
Residencial Itaipava Empreendimentos e Participações Ltda.	–	32	–	–	3
Residencial Anhélia Mello Empreendimentos e Participações Ltda.	185	230	–	–	18
Mitre Vila Matilde Empreendimentos SPE Ltda.	111	386	–	–	187
Mitre Santo André Empreendimentos SPE Ltda.	137	43	–	–	1
Mitre Tapari Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	65	–	–	–	1
Mitre Drausio Empreendimentos SPE Ltda.	254	–	–	–	208
Borges Lagoa I Empreendimentos e Participações Ltda.	406	4.976	–	–	–
Mitre Vendas Contagem de Imóveis Ltda.	206	1.752	–	–	–
Mitre Livepark Empreendimentos e Participações Ltda.	535	10.250	–	–	–
Mitre Engenharia Ltda.	604	8.204	–	–	–
Mitre José dos Reis Empreendimentos Ltda.	22.303	18.751	–	–	–
Mitre Residencial Roque Petroni Ltda.	59	2.297	–	–	–
Mitre E Empreendimentos Ltda.	–	1.912	–	–	–
Mitre Galeno Empreendimentos Ltda.	685	–	–	–	–
Mitre H Empreendimentos Ltda.	16.067	11.066	–	–	–
Mitre Drausio Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	1	1	–	–	–
Mitre L Empreendimentos Ltda.	–	13.161	–	–	–
Mitre M Empreendimentos Ltda.	868	419	–	–	–
Mitre N Empreendimentos Ltda.	18.366	21.811	–	–	–
Mitre O Empreendimentos Ltda.	115	114	–	–	–
Mitre Q Empreendimentos Ltda.	11.590	25.476	–	–	–
Mitre R Empreendimentos Ltda.	7	7	–	–	–
Mitre S Empreendimentos Ltda.	247	–	–	–	–
Mitre V Empreendimentos Ltda.	8.306	9.425	–	–	–
Mitre W Empreendimentos Ltda.	34.216	48.980	–	–	–
Mitre X Empreendimentos Ltda.	2.787	2.296	–	–	–
Mitre Y Empreendimentos Ltda.	5.321	6.988	–	–	–
Mitre Z Empreendimentos Ltda.	–	47.598	–	–	–
Mitre Michigam Empreendimentos e Participações Ltda.	17.471	55.842	–	–	–
Mitre Residencial Escobar Empreendimentos Ltda.	74	23	–	–	–
Mitre Centro Empresarial Metró Tietê Empreendimentos Imobiliários	3	3	–	–	–
Amaro Bezerra Empreendimentos e Participações Ltda.	33	1.293	–	–	–
MTR-01 Administração de Bens Ltda.	17.850	7.549	–	–	–
MTR-03 Administração de Bens Ltda.	31.860	30.056	–	–	–
			–	–	–

b) Principais informações das participações societárias e a composição dos investimentos:

Investida	% Part.		Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado do exercício		Saldo investimentos		equivalência patrimonial	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Residencial Julio Bueno Empreendimentos e Participações Ltda.														
Mitre Drausio Empreendimentos SPE Limitada	100%	100%	2.132	2.094	497	548	1.635	1.546	89	(33)	1.635	1.546	89	(33)
Mitre Borges Lagoa I Empreendimentos Limitada	100%	100%	1.462	3.215	332	524	1.130	2.691	(1.107)	820	1.130	2.691	(1.107)	820
Mitre Tapari Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	100%	100%	73.573	49.756	56.294	44.226	17.279	5.530	11.749	3.534	17.279	5.530	11.749	3.534
Mitre Michigan Empreendimentos e Participações Ltda.	100%	100%	2.914	20.559	223	1.511	2.691	19.048	803	681	2.691	19.048	803	681
Sapetuba Empreendimentos Imobiliários SPE Limitada	65%	100%	109.597	65.786	34.488	65.860	75.109	(73)	6.250	(20)	48.821	(73)	4.063	(20)
Mitre Raizes Vila Prudente Empreendimentos e Participações Ltda.	75%	75%	6.694	29.585	703	12.007	5.992	17.578	(2.286)	5.176	4.494	13.184	(1.715)	3.882
Mitre Condições Ltda.	100%	100%	5.689	43.708	1.462	17.663	4.227	26.045	(2.327)	10.003	4.227	26.045	(2.327)	10.003
Mitre Ipiranga Empreendimentos SPE Ltda.	100%	100%	2.534	2.869	5.546	13.784	(3.012)	(10.915)	(4.099)	(4.824)	(3.012)	(10.915)	(4.099)	(4.824)
Mitre Q Administração de Bens Limitada	100%	100%	66.850	65.810	39.479	36.286	27.371	29.524	(2.153)	14.872	27.371	29.524	(2.153)	14.872
Mitre S Administração de Bens Limitada	100%	100%	66.304	57.740	57.206	51.502	9.098	6.238	2.860	6.528	9.098	6.238	2.860	6.528
MTR Raizes VM Empreendimentos SPE Ltda.	100%	100%	45.352	65.660	29.144	40.344	16.209	25.316	(4.657)	12.958	16.209	25.316	(4.657)	12.958
Mitre Perdizes SPE Ltda.	100%	100%	41.360	60.145	31.727	35.372	9.634	24.773	(486)	10.860	9.634	24.773	(486)	10.860
Mitre L Administração de Bens Limitada	100%	100%	45.081	64.630	25.721	34.983	19.360	29.647	(10.287)	14.271	19.360	29.647	(10.287)	14.271
Mitre N Administração de Bens Limitada	100%	100%	28.981	45.237	15.030	31.786	13.951	13.451	500	9.661	13.951	13.451	500	9.661
Mitre V Administração de Bens Limitada	100%	100%	75.195	51.819	49.886	37.707	25.308	14.112	11.196	10.871	25.308	14.112	11.196	10.871
Mitre W Administração de Bens Limitada	100%	100%	22.196	36.513	19.870	29.198	2.326	7.315	(4.989)	4.691	2.326	7.315	(4.989)	4.691
Mitre Y Administração de Bens Limitada	100%	100%	94.114	62.501	83.641	63.210	10.472	(709)	11.822	429	10.472	(709)	11.822	429
MTR-06 - Administração de Bens Limitada	100%	100%	20.291	31.448	8.017	24.232	12.274	7.216	5.058	2.824	12.274	7.216	5.058	2.824
MTR-08 - Administração de Bens Limitada	90%	90%	152.012	91.338	71.644	40.162	80.368	51.176	29.192	10.958	72.331	46.058	26.273	9.862
MTR-10 - Administração de Bens Limitada	100%	100%	44.442	33.366	35.652	32.451	8.789	915	7.875	2.384	8.789	915	7.875	2.384
MTR-03 - Administração de Bens Limitada	100%	100%	54.906	32.057	44.965	29.710	9.941	2.347	7.594	2.892	9.941	2.347	7.594	2.892
MTR-01 Administração de Bens Limitada	100%	100%	95.734	92.665	93.321	91.512	2.414	1.153	1.261	1.156	2.414	1.153	1.261	1.156
MTR-01 Administração de Bens Limitada	100%	100%	58.615	51.296	36.786	35.545	21.828	15.751	6.077	8.134	21.828	15.751	6.077	8.134
Share Bela Vista Empreendimentos SPE Ltda.	100%	100%	38.887	23.395	20.990	17.717	17.897	5.678	12.219	966	17.897	5.678	12.219	966
MTR-11 Administração de Bens Ltda.	100%	100%	111.273	99.701	98.296	95.112	12.977	4.589	8.388	4.592	12.977	4.589	8.388	4.592
MTR-18 - Administração de Bens Limitada	100%	100%	57.203	31.332	54.921	33.687	2.282	(2.355)	4.637	203	2.282	(2.355)	4.637	203
MTR-24 Administração de Bens Ltda.	100%	100%	35.507	34.779	37.911	35.279	(2.404)	(499)	(1.905)	(495)	(2.404)	(499)	(1.904)	(495)
MTR-32 Administração de Bens Ltda.	100%	100%	57.563	41.181	46.763	41.210	10.800	(29)	10.829	(24)	10.800	(29)	10.829	(24)
MTR-41 Administração de Bens Ltda.	100%	100%	76.953	70.040	70.512	70.255	6.441	(215)	6.655	(212)	6.441	(215)	6.655	(212)
MTR-43 Administração de Bens Ltda.	100%	100%	82.867	-	84.528	2	(1.661)	(2)	(1.658)	(1)	(1.661)	(2)	(1.658)	(1)
MTR-45 Administração de Bens Ltda. (*)	20%	100%	151.018	1	147.310	3	132.968	(2)	3.708	(1)	26.593	(2)	734	(1)
Mitre D Empreendimentos Ltda. (*)	18%	18%	18.755	20.096	17.564	20.096	15.810	15.398	1.191	346	2.846	2.772	214	32
Outros investimentos			157.881	493.381	162.014	466.869	(147.992)	31.112	(8.957)	8.147	1.216	46.610	15.322	8.403
			1.903.934	1.873.703	1.482.443	1.530.353	421.512	343.350	104.403	142.367	415.558	336.710	120.196	139.919



→ continuação

Empresa	Data da venda	Participação	Valor do % vendido do patrimônio líquido		Valor da venda	Ganho/Perda gerado na venda
			participação	patrimônio líquido		
MTR-07 Empreendimentos Ltda. (d.4)	2023	100%	34.119	31.300		(2.819)
Mitre e Empreendimentos Ltda. (d.5)	2023	100%	11.586	11.541		(45)
Michigan Empreendimentos Ltda. (d.6)	2023	35%	25.560	76.388		50.828
MTR-14 Administração de Bens Ltda. (d.7)	2023	100%	1.691	2.915		1.224
MTR-45 Administração de Bens Ltda. (d.8)	2023	80%	103.408	119.500		16.092

Total com aquisição de investimento em 2023 **176.364** **241.644** **65.280**
(d.1) Em março de 2022, a Mitre Realty concretizou contrato de compra e venda com o Fundo de Investimento em Participações Share Student Living - Multiestratégia, adquirindo 100% das quotas da Share Beta Live Empreendimentos SPE Ltda., pelo valor de R\$533. A aquisição gerou ganho de R\$3.059, registrado no resultado da Companhia. (d.2) Em abril de 2022, a Mitre Realty concretizou contrato de compra e venda com a Sociedade empresária Lucio Empreendimentos e Participações Ltda., comprando 50% das quotas da SPE Lucio MTR Joaquim Guarani Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., pelo montante de R\$224. (d.3) Em junho de 2022, a Mitre Realty concretizou o contrato de compra e venda com a Sociedade empresária Brasil Student Housing Empreendimentos e Participações S.A., cedendo 100% de sua participação das quotas da SPE MTR-33 Administração de Bens Ltda., pelo montante de R\$235. (d.4) Em fevereiro de 2023, a Mitre Realty concretizou o contrato de compra e venda com a CD 06 Desenvolvimento Imobiliários SPE Ltda., cedendo 100% de sua participação das quotas da SPE MTR-07 Administração de Bens Ltda., pelo montante de R\$31.300. (d.5) Em maio de 2023, a Mitre Realty concretizou o contrato de compra e venda com a Econ Desenvolvimento Imobiliário Ltda., cedendo 100% de sua participação das quotas da SPE Mite E Empreendimentos Ltda., pelo montante de R\$11.540. (d.6) Em junho de 2023, a Mitre Realty concretizou o contrato de compra e venda com a Maxi Renda - FI., cedendo 35% de sua participação das quotas da SPE Michigan Empreendimentos e Participações, pelo montante de R\$76.388. (d.7) Em outubro de 2023, a Mitre Realty concretizou o contrato de compra e venda com a Habitramp Empreend. Imobiliários Ltda., cedendo 100% de sua participação das quotas da SPE MTR-14 Administração de Bens Ltda., pelo montante de R\$2.915. (d.8) Em novembro de 2023, a Mitre Realty cedeu 100% da participação das MTR Raizes Revez Empreendimentos SPE Ltda., Raizes Alto Freguesia do O Empreend. SPE Ltda. e OPI-11 São Paulo Empreend. Imobiliários SPE Ltda. e, ato subsequente concretizou o contrato de compra e venda com a Icone - Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Ltda., cedendo 80% de sua participação das quotas da SPE MTR-45 Administração de Bens Ltda., pelo montante de R\$119.500. No momento dessa operação a Mitre Realty passou a tratar esse investimento como investimento em coligada. Para fins de apresentação na demonstração do fluxo de caixa consolidado, demonstramos os efeitos líquidos de caixa e equivalente de caixa na aquisição e venda de investimentos. Adicionalmente, os efeitos que não tiveram efeito caixa foram apresentados na nota explicativa nº 25.

Caixa líquido dos investimentos adquiridos/vendidos **16.685** **176**
Pagamento (recebimento) na aquisição (vendas) de participação **(241.644)** **(1.398)**
Total do caixa líquido das aquisições (vendas) **(222.959)** **(1.222)**

8. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são representados por:

Descrição Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Financiamento à produção - SFH (a)	-	-	304.822	182.796
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI (b)	1.311	1.816	1.311	1.816
Custo de transação (b)	(1.265)	(1.190)	(1.265)	(1.190)
Coobrigação (Nota Explicativa nº 4)	-	-	320	350
	46	626	305.188	183.772

Não circulante
Financiamento à produção - SFH (a)

	Controladora	Consolidado
2025	280.000	280.000
2026	(3.245)	(4.259)
2027	276.755	275.741
	276.801	276.367

(a) Financiamentos à Produção SFH: financiamentos oriundos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) destinados à construção de unidades imobiliárias, garantidos pelas hipotecas dos respectivos empreendimentos imobiliários financeiros. Os financiamentos à produção (SFH) são indexados à Taxa Referencial - TR de juros, poupança ou CDI, variando entre 8,8% a 10,7% acrescida de TR, 2,6% a 3,6% acrescido da taxa de poupança ou 1,85% a 3,5% acrescida de CDI ao ano. (31 de dezembro de 2022 de 1,85%, a 9,50% ao ano). Não houve relevantes custos de transação na captação desses recursos. (b) (i) Emissão de série única de CRI, lastreados pela CCI, que representa a totalidade dos Créditos Imobiliários. O valor total da emissão foi de 150.000.000 quotas com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$150.000, com vencimento da primeira parcela do principal em 2025, finalizando em 15 de março de 2027. Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do O, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 2,30% ao ano. (ii) Emissão de série única de CRI, lastreados pela CCI, que representa a totalidade dos Créditos Imobiliários. O valor total da emissão foi de 150.000.000 quotas com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$150.000, com vencimento da primeira parcela do principal em 2025, finalizando em 15 de setembro de 2027. Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 1,80% ao ano. **Cronograma de vencimentos:** A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos de longo prazo dos financeiros em vigência em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora	Consolidado
2025	76.000	76.000
2026	51.000	51.000
2027	153.000	153.000
	280.000	280.000

Cláusulas restritivas (covenants) - SFH: Os empréstimos contraídos pela controladora e adquirentes específicos para vencimentos antecipados, sendo que na totalidade deles, o que dará ensejo ao vencimento antecipado será o inadimplemento da devedora em relação as cláusulas contratuais de *covenants*. As obrigações contratuais para os contratos de empréstimos e financiamentos não contemplam *covenants* financeiros, as principais cláusulas restritivas que devem ser cumpridas durante o período da dívida são: • Comprovar a destinação imobiliária dos recursos captados nos projetos descritos em contrato; • Auditar livros e registros contábeis através da Companhia terceirizada ou por si mesmo, atendendo, sempre que solicitada, a quaisquer informações sobre sua situação econômico-financeira; • Garantir conclusão da obra dentro do prazo contratual, sendo que retardamento ou paralisação da mesma demandará ddivida justificativa que deve ser aceita pelo agente financeiro para ser válida; • Não vender, hipotecar, realizar obras e, não deixar de manter em perfeito estado de conservação o imóvel oferecido em garantia, sempre com prévio e expresso consentimento do agente financeiro; e • Não ocorrer mudança ou transferência, a qualquer título e forma, do controle acionário ou da titularidade das cotas sociais do devedor, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária, dentre outras. A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o adiantamento dos agentes financeiros que poderão resultar em vencimento antecipado dos contratos. Os compromissos assumidos vem sendo cumpridos pela Companhia nos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia estava integralmente adimplente com as cláusulas específicas para vencimentos antecipados. **Cláusulas restritivas (covenants) - Certificados de recebíveis imobiliários - CRI:** Os certificados de recebíveis Imobiliários possuem cláusulas restritivas ("covenants") relacionadas a índices de alavancagem e de liquidez da Companhia. Essas cláusulas possuem exigibilidade apurada tendo por base as Demonstrações financeiras Consolidadas anuais da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia estava integralmente adimplente com as cláusulas específicas para vencimentos antecipados a seguir listadas:

(a) I)	(Empréstimos e Financiamentos - Caixa e Equivalente de Caixa) + < 0,90.
	Obrigações pela Compra dos Imóveis
	Patrimônio Líquido
	* Deverá ser considerado o financiamento à produção para o cálculo indicado acima.
	(Contas a Receber + Estoque a Valor de Mercado + Terrenos e < 130x ou < 0,00x.
(a) II)	Adiantamentos de Terrenos - Receitas a Apropriar
	(Empréstimos e Financiamentos - Caixa e Equivalente de Caixa + Obrigações pela Compra dos Imóveis + Custo Orçado a Apropriar)
(b) I)	(Empréstimos e Financiamentos - Caixa e Equivalente de Caixa) +>Obrigações pela Compra dos Imóveis <0,50
	Patrimônio Líquido
	*Deverá ser considerado apenas a dívida corporativa

Garantias: Em garantia dos créditos imobiliários foram oferecidos os seguintes ativos:

	31/12/2023	31/12/2022
Hipoteca dos próprios bens financiados e penhor de recebíveis	974.273	922.126
Para as operações de Crédito de Recebíveis Imobiliários - CRI, as garantias são a participação societária nas sociedades controladas, MTR-03 Administração de bens Ltda., MTR-05 Administração de bens Ltda., MTR-11 Administração de bens Ltda. e Mitre Michigan Empreendimentos e Participações Ltda. Movimento dos empréstimos e financiamentos: A movimentação dos empréstimos, financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:		

	Controladora	Consolidado
2025	276.367	276.367
2026	-	-
2027	280.000	280.000
	276.367	276.367

A Companhia possui o montante de R\$ 834.540 de financiamento à produção consolidado e contratado em 31 de dezembro de 2023 (R\$76.884 em 31 de dezembro 2022), sendo que desses valores, o saldo a liberar na data-base de 31 de dezembro de 2023 era de R\$315.954 (R\$510.804 em 2022). As liberações dos financiamentos de obra ocorrem quando do andamento do empreendimento, já as relacionadas a capital de giro, quando da necessidade da Companhia. **9. Tributos correntes com recolhimento diferido:** O imposto de renda, a contribuição social, o PIS e a COFINS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrente de diferenças temporárias entre a base fiscal, que determina a tributação conforme o recolhimento (Instrução Normativa nº 84/79 da RFB), e a efetiva apropriação do lucro imbuído.

a) **Composição dos tributos correntes com recolhimento diferido:**

	Controladora	Consolidado
2025	10.445	10.640
2026	15.727	11.595
2027	(1.053)	(1.049)
	25.119	21.186
	21.523	14.566

Passivo **31/12/2023** **31/12/2022**
Imposto de renda e contribuição social **14.455** **10.640**
PIS, COFINS e ISS **15.727** **11.595**
Provisão para distratos **(1.053)** **(1.049)**
Total **25.119** **21.186**

Resultado **31/12/2023** **31/12/2022**
Imposto de renda e contribuição social corrente **(15.387)** **(15.025)**
Imposto de renda e contribuição social diferido **(5.586)** **(3.183)**
Provisão para distratos **59** **267**
Total **(20.896)** **(17.941)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de Dezembro de 2023
c) Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora	Consolidado
2025	1.992	1.983
2026	4.640	3.571
2027	1.488	1.339
	9.719	12.304
	17.839	18.400
	11.918	13.916
	11.755	13.934
	(1.059)	(1.254)
	(1.786)	(2.887)
	(776)	(1.008)
	612.705	555.994
	(11.764)	(10.676)
	(15.387)	(15.025)
	2%	3%

10. Outros débitos com terceiros - SCPs:

	Controladora	Consolidado
2025	1.834	2.830
2026	2.937	2.937
2027	4.771	5.767

11. Adiantamentos de clientes:

	Controladora	Consolidado
2025	1.834	2.830
2026	2.937	2.937
2027	4.771	5.767

12. Contas correntes de consórcios:

	Controladora	Consolidado
2025	447	2.853
2026	28.084	7.280.91
2027	22.116	22.116

Os Adiantamentos de clientes, originados pela permuta física a valor justo na compra de terrenos, serão reconhecidos ao resultado mediante o mesmo critério contábil de reconhecimento das receitas de vendas com base no POC. A parcela não apropriada é classificada no passivo circulante ou não circulante, levando em consideração o andamento físico da obra.

	Controladora	Consolidado
2025	447	2.853
2026	28.084	7.280.91
2027	22.116	22.116

A Companhia possui participação em consórcios, os quais foram constituídos com os seus parceiros para o desenvolvimento de determinados empreendimentos imobiliários residenciais. Todos os consórcios possuem dois consorciados, sendo um deles líder e incorporador e o outro investidor (terrenista). A contribuição, no início dos projetos, é do consorciado terrenoista, uma vez que a obra se inicia alguns meses após o lançamento. A Companhia (Incorporadora) possui a obrigação de contribuir junto ao consórcio com os gastos referentes à obra. O saldo de contas correntes dos consórcios se equalizará à média em que a incorporadora realizar os seus respectivos gastos.

	Controladora	Consolidado
2025	447	2.853
2026	28.084	7.280.91
2027	22.116	22.116

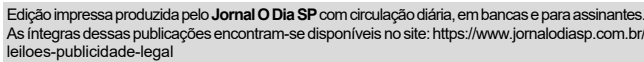
13. Provisões: a) **Provisões para garantia de obras:**

	Controladora	Consolidado
2025	447	2.853
2026	28.084	7.280.91
2027	22.116	22.116

14. Receita de venda de imóveis a apropriar e custos orçados de imóveis vendidos a apropriar - informações e compromissos: Em entendimento aos parágrafos 20 e 21 do ICPQ 02 e ao ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, o resultado das operações imobiliárias é apropriado com base no custo incorrido. Assim sendo, o saldo de conta a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas está refletido parcialmente nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que o seu registro contábil reflete a receita reconhecida, líquida das parcelas já recebidas. As receitas a serem apropriadas decorrentes de unidades imobiliárias vendidas de empreendimentos em construção (não concluídos) e os respectivos compromissos de custos a serem incorridos com relação às unidades imobiliárias vendidas não estão refletidos nas demonstrações financeiras:

	Controladora	Consolidado
2025	447	2.853
2026	28.084	7.280.91
2027	22.116	22.116

Empreendimentos em construção
(i) **Receita de Vendas a Apropriar de Unidades Vendidas**
Promissas **2.543.197** **2.247.650**
Permutas **200.100** **237.158**
(ii) **Receita de Vendas Contratadas** **2.743.297** **2.484.808**
(iii) **Receita de Vendas Apropriadas líquidas** **1.942.511** **1.625.996**
(iv) **Receita de Vendas a Apropriar (a-b)** **800.786** **858.810**
(v) **Receita indenização por distratos** **5.521** **1.083**
(vi) **Receita de vendas a apropriar de contratos não qualificáveis para o reconhecimento de receita** **19.618** **18.957**
(vii) **Custo Orçado a Apropriar de Unidades Vendidas** **7.349** **10.163**
(viii) **Provisões para garantia de obras:**
(a) **Custo Orçado das Unidades** **447** **2.853**
(b) **Custo de construção Incorridos** **2.543.197** **2.247.650**
(c) **Custo de construção Incorridos** **2.743.297** **2.484.808**
(d) **Custo Orçado a Apropriar de Unidades Vendidas** **7.349** **10.163**
(e) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(f) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(g) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(h) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(i) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(j) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(k) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(l) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(m) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(n) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(o) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(p) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(q) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(r) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(s) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(t) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(u) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(v) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(w) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(x) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(y) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(z) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(aa) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(ab) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(ac) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(ad) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(ae) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(af) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(ag) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(ah) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(ai) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(aj) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(ak) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(al) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(am) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(an) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(ao) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(ap) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(aq) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(ar) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(as) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(at) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(au) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(av) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(aw) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(ax) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(ay) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(az) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(ba) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(bb) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(bc) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(bd) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(be) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(bf) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(bg) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(bh) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(bi) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(bj) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(bk) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(bl) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(bm) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros (a-b)** **604.152** **606.130**
(bn) **Custo Orçado a Apropriar em Estoque sem encargos financeiros**



Jornal O DIA SP

		31/12/2023	31/12/2022
	Lucro líquido e lucro por ação		
	Lucro líquido do exercício	90.383	34.830
741	499.002		
	Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	105.774.820	105.774.820
	Lucro básico e lucro por ação (*)	0,85449	0,32928
741	577.859		
(*) Valores expressos em Reais. Não existem valores dilutórios ao lucro nos períodos de apresentação. 23. Seguros: A Companhia e suas controladas manner, em 31 de dezembro de 2023, os seguintes contratos de seguros: a) Risco de engenharia: Obras civis em construção, que oferece garantia contra todos os riscos envolvidos na construção de um empreendimento, tais como incêndio, roubo e danos de execução, entre outros. Esse tipo de apólice permite coberturas adicionais conforme riscos inerentes à obra, entre os quais se destacam responsabilidade de civil geral e cruzada, despesas extraordinárias, tumultos, responsabilidade civil do empregador e danos materiais. b) Seguro de responsabilidade civil geral e de administração: A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir os riscos potenciais de seus ativos e/ou suas responsabilidades.			
Resumo de seguro por modalidade		Cobertura	
	Risco de engenharia (a)		738.155
	Seguro de responsabilidade civil geral (a)		136.504
	Total		874.659

João Andrade Cassa Diretor Jurídico	Diretoria Gustavo Miyabara Gagliardi Diretor de Engenharia	Rodrigo Dir
---	--	-----------------------

Gustavo Andrade Cassa Diretor Jurídico	Diretoria Gustavo Miyabara Agliardi Diretor de Engenharia	Rodrigo
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia		
relacionados aos terrenos, projetos e à construção, em relação aos custos totais orçados do projeto (POC), os quais são revisados periodicamente. O julgamento decorre dos resultados das análises realizadas, considerando a relevância dos montantes envolvidos, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de rentabilidade dos empreendimentos, tendo em vista os controles de acompanhamento da previsão dos custos a serem incorridos até o final da obra, da avaliação do reconhecimento ou não da receita, considerando a transferência de controle e cumprimento das obrigações de performance e aos eventos de alteração e atualização dos orçamentos de obra. Uma mudança no orçamento das obras e respectivamente nas margens, assim como recalculamos os pontos críticos dos orçamentos e custos de demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela Administração para reconhecimento da receita operacional líquida de vendas das unidades imobiliárias em construção; (b) efetuamos comparação dos orçamentos entre exercícios e obtivemos esclarecimentos para variações não usuais; (c) inspecionamos os documentos suportando relacionamentos às adições nos orçamentos, assim como recalculamos os pontos críticos dos orçamentos e custos de construção individualizados por empreendimento; (d) em bases amostrais, envolvemos os nossos engenheiros especialistas para corroborar a existência dos canteiros de obras através de visitas físicas e nos auxiliar na verificação da razoabilidade entre o andamento físico e o percentual dos custos incorridos em relação ao total orçado; (e) inspeção em bases amostrais dos documentos suportando para custos incorridos durante o exercício; (f) em bases amostrais, inspecionamos contratos de venda, comprovantes de liquidação financeira e recalculamos o saldo relativo a receitas e custos de aquisição; (g) entendemos os critérios de reconhecimento da receita no exercício com base nos dados de conclusão apurados e comparamos com aqueles apurados pela administração; e (h) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita operacional líquida de vendas de empreendimentos imobiliários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras e das condições contábeis tomadas em conjunto. Realização do saldo de imóveis a comercializar: A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2023, saldo consolidado de imóveis a comercializar de R\$996.125 mil (Nota Explicativa 5). Conforme descrito na Nota Explicativa 2.3.5, os imóveis a comercializar (terrenos e imóveis construídos ou em construção) são demonstrados pelo seu custo de aquisição ou construção, que não excede seu valor líquido realizável. Quando o custo de construção dos imóveis a comercializar exceder o fluxo de caixa esperado através de suas vendas, o custo de um empreendimento é superior ao valor líquido realizável, uma vez que o valor líquido realizável é reconhecido no exercício em que foi determinado que o valor contábil não seja realizable. O valor líquido realizável dos imóveis a comercializar é revisado pela administração trimestralmente, levando em consideração estudos de viabilidades de projetos já lançados ou planejados, cotações de mercado, proposta de partes não relacionadas para compra de terrenos, projeções internas de vendas futuras e custos a incorrer, dentre outras premissas. A relevância do saldo de imóveis a comercializar e a complexidade e julgamento envolvidos na elaboração das demonstrações financeiras foram considerados relevantes e significativos que requer considerações especiais de auditoria. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo, além das incertezas inerentes às estimativas para a determinação do valor recuperável desse ativo de imóveis a comercializar, dado o julgamento exercido na determinação das premissas utilizadas nas projeções de rentabilidade e geração de caixa, as quais estão descritas na Nota 3. Distorções na determinação do valor recuperável desse ativo poderiam resultar em distorções materiais nas demonstrações financeiras. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para as análises de margem dos empreendimentos e do valor realizável dos imóveis a comercializar; (b) para o valor realizável suportado		

[illegible]

Movimentação durante o exercício:		
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	5.919.463	6.614.450
2º Outorga	-	408.356
Outorgas canceladas (*)	(285.000)	(342.720)
Outorga substituídas	-	(760.623)
Saldo final	5.634.463	5.919.463

(*) O regulamento do plano prevê que, caso haja saída voluntária do participante, este perderá o direito total das opções outorgadas, uma vez que a opção de performance não foi atingida. Despesa do exercício: A despesa contabilizada corresponde ao valor justo do respectivo instrumento financeiro, calculado na data da outorga, com base no método de Monte Carlo, registrado em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquiere o direito ao exercício da opção. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, uma ou mais condições

Movimentação durante o exercício:		
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	5.919.463	6.614.450
2ª Outorga	—	408.356
Outorgas canceladas (*)	(285.000)	(342.720)
Outorgas substituídas	—	(780.623)
Saldo final	5.634.463	5.919.463

(*) O regulamento do plano prevê que, caso haja saída voluntária do participante, este perderá o direito total das opções outorgadas, uma vez que a obrigação de performance não foi atendida. Despesa do exercício: A despesa contabilizada corresponde ao valor just do respectivo instrumento financeiro, calculado na data da outorga, com base no método de Monte Carlo, registrado em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços, ou se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquiere o direito ao exercício da opção. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, uma ou mais condições

Andrégo Coelho Cagali
Diretor Financeiro

Thais Alonso
Diretora de RI

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Desreconhecimento de investimento por perda de controle		
Contas a receber	96.981	–
Imóveis a comercializar	130.041	17.663
Crédito entre consorciadas	140	–
Tributos a recuperar	9.676	(95)
Outros ativos	(6.136)	(30)
Empréstimos e financiamentos	(34.810)	–
Fornecedores	(30.872)	(9.097)
Adiantamento de cliente (dação)	(474)	(1)
Tributos a recolher	(655)	–
Provisão para garantia	(182)	–
Distratos a pagar	(1.673)	–
Créditos compromissados	(532)	–
Outros Passivos	(3.532)	–
Provisão de impostos diferidos	–	(4.155)
Débito entre consorciadas	–	(1)
Provisão para contingência	–	–

	157.972	4.284
Cessão de créditos de recebíveis		
Empréstimos e financiamentos	30	11
Contas a receber de clientes	(30)	(11)
	(34.810)	—
Aquisição Marcas e Patentes		
Outros Ativos	(10.500)	—
Imobilizado/Intangível	10.500	—
26. Eventos subsequentes: Em 30 de janeiro de 2024, a acionista Star Mite Empreendimentos e Participações Ltda. ("Star Mite"), alienou 9.968.491 (nove milhões, novecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e uma) de ações ordinárias de emissões da Mite Realty S.A., representando 9,42% do capital social da Companhia. Após a alienação, a consolidação do controle societário detido pelo grupo formado pelos acionistas majoritários Família Mite, Star Mite Empreendimentos e Participações Ltda. e Mite Partners Participações S.A. ("Grupo de Controle"), passou a ser de 40,78% do total de ações de emissão da Companhia, representado da seguinte forma:		
Família Mite		26,46%
Star Mite		10,49%
Mite Partners Participações S.A.		3,83%
Bloco de Controle		40,78%

Contador
Ricelli Alini Chaves
CRC ISP 304946-A

razão de que, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. A auditoria realizada em nossa opinião, não constatou a existência de distorção relevante. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, o nosso objetivo profissional é e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contúlo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionalmente. O entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se a administração tem a capacidade de continuar a operar a entidade. • A administração tem a capacidade de continuar a operar a entidade, não é uma conclusão que tenha sido tirada significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nas nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. • Comunicamos aos responsáveis pela governança a deterioração de que os controles internos têm existido e que a administração não conseguiu superar a deficiência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC-SP034519/O

Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador - CRC-SP246234/O

STF nega tese de estado de coisas inconstitucional para o país

O STF rejeitou pedido para reconhecer o chamado estado de coisas inconstitucional em matéria ambiental, ou seja, reconhecer que medidas tomadas pelo Brasil são inconstitucionais e justificam a intervenção do Judiciário.

O Paraná ficou com a segunda maior evolução na produção de leite entregue a laticínios no ano. O Estado produziu no ano passado 3.626,37 bilhões de litros nessa modalidade. O crescimento foi de 5,5% em relação a 2022 (3.437.118). Minas Gerais continuou liderando o ranking, com 23,8% da captação nacional, seguido por Paraná (14,8%) e Santa Catarina (13,1%).

O País produziu 24,52 bilhões de litros, com aumento de 2,5% frente a 2022 (604,02 milhões de litros de leite). As variações positivas absolutas mais consideráveis ocorreram em Santa Catarina (+215,37 milhões de litros), Paraná (+189,36 milhões de litros), Sergipe (+64,31 milhões de litros) e Ceará (+53,56 milhões de litros). Em contrapartida, ocorreram decréscimos em sete estados, sendo que os mais expressivos foram verificados em São Paulo (-117,70 milhões de litros), Minas Gerais (-37,22 milhões de litros) e Pará (-22,03 milhões de litros). (AENPR)

Com a decisão do Supremo, o atual governo terá um prazo para cumprir metas contra o desmatamento na Amazônia, por meio da quinta fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm). Até 2027, o desmatamento deverá ser reduzido em 80%, e zerado até 2030.

O plano estava em passos lentos durante o governo Bolsonaro e foi retomado em junho do ano passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os ministros também determinaram a abertura de crédito suplementar para custear a execução do plano e a proibição de contingenciamento orçamentário dos recursos. O Congresso Nacional será notificado sobre a decisão da Corte.

INOVAÇÃO, EXPANSÃO E ESG

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
CNPJ/MF: 60.665.981/0001-18

União Química

farmacêutica nacional S/A

Vocação para a vida

AVISO

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

CARTA DO PRESIDENTE - 2023, INOVAÇÃO, EXPANSÃO E ESG

O ano de 2023 foi altamente desafiador para o setor farmacêutico. Apesar disso, tivemos um desempenho muito positivo, no qual fizemos maior investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), superando R\$ 242 milhões, o que corresponde a 6,12% da receita líquida da companhia e a um aumento de 10% em relação ao ano anterior.

Com a nossa estratégia de investimentos, tivemos uma receita operacional líquida de R\$ 3,96 bilhões, com crescimento de 5,5%, e o EBITDA registrado foi de R\$ 780,1 milhões, com lucro líquido de R\$ 316,4 milhões. Mantivemos nossa classificação no rating ‘AA (BRA)’ com perspectiva estável Fitch Ratings.

Mantivemos nossas estratégias, com nossas fábricas certificadas pelos principais órgãos reguladores do mundo, o que nos permite exportar para mais de 70 países. Em 2023, registramos 237 produtos fora do Brasil, sendo 160 para a saúde humana e 77 para a saúde animal, aprovados em mais de 25 países.

No pilar ambiental, é motivo de orgulho o sucesso do programa Raízes da União. Por meio dele, fizemos o plantio de mudas de árvores nativas nas regiões em que estão instaladas nossas fábricas, totalizando 360 mil mudas plantadas em 2023, segundo ano do projeto, que tem como meta o plantio de 1 milhão de árvores.

No pilar social, o programa atua no fomento à educação ambiental, nos municípios onde estamos localizados, tendo capacitado mais de 2.000 professores de escolas públicas atingindo mais de 30 mil estudantes. Essa ação representa um passo enorme na conservação ambiental, impactando as gerações presentes e futuras.

Avançamos no projeto de energia limpa, em conformidade com os objetivos sustentáveis da ONU. O projeto de autossuficiência energética da companhia teve início com a instalação das placas fotovoltaicas na unidade de Pouso Alegre (MG), para abastecimento de 100% da planta fabril.

Em constante crescimento de investimento na expansão de nossas plantas fabris, para garantir a mais alta tecnologia na produção dos nossos medicamentos, a União Química investiu mais de R\$ 200 milhões na ampliação do parque fabril de Pouso Alegre (MG), com a instalação de cinco novas linhas de alta performance para a produção de colírios e injetáveis.

Foram construídas também uma nova área de controle de qualidade dentro das melhores especificações internacionais e uma nova creche para os filhos de nossos colaboradores.

Nosso êxito é fruto do trabalho conjunto de mais de 7.600 colaboradores, aos quais oferecemos um ambiente de trabalho saudável, onde prevalecem o respeito e a solidariedade. Agradeço a cada um o empenho em fazer seus os valores da União Química, uma das maiores farmacêuticas do Brasil, com vocação para a vida.

Fernando de Castro Marques
Presidente do Grupo União Química

NOSSOS NÚMEROS

R\$ 3,96 bilhões Receita operacional líquida, crescimento de 5,5%	R\$ 780,1 milhões EBITDA
R\$ 242,2 milhões em investimentos na área de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), alta de 10% em relação a 2022, representando 6,12% da receita líquida	R\$ 316,4 milhões Lucro líquido
	7.695 colaboradores 48% mulheres e 52% homens

PARQUE INDUSTRIAL EM EXPANSÃO

Maior parque fabril de indústria farmacêutica do Brasil com nove plantas fabris instaladas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e no Distrito Federal.

+ de 728 mil m² de área total + de 221 mil m² de área construída

A planta fabril de Pouso Alegre (MG) recebeu investimento superior a R\$ 200 milhões para seu projeto de ampliação com a construção de mais de 7 mil m² de área estéril. Os novos espaços contemplam cinco novas linhas estéreis de alta performance para a produção de colírios e injetáveis. O projeto entregou uma nova área de Qualidade com tecnologia de ponta e ainda contempla a construção de uma nova creche para os filhos dos colaboradores.

A planta fabril de Taboão da Serra (SP) está em expansão de área construída para duas novas linhas de produção de pós-estéreis. Na planta fabril de Guarulhos (SP), a expansão abrange uma nova área de almoxarifado e estoque.

ESG - Energia limpa, educação ambiental, desenvolvimento social e transparência

Ambiental

Energia limpa

- Projeto para a instalação de placas fotovoltaicas na unidade de Pouso Alegre (MG), a ser implementado em todas as fábricas da companhia
- Adoção do consumo de energia comprada de fonte comprovadamente limpa e renovável nas plantas fabris

Programa Raízes da União – socioambiental

- 360 mil mudas de árvores nativas plantadas, com objetivo de plantar 1 milhão de árvores

Certificado de Empresa Verde do Município de São Paulo

- Certificado ESG** – Redutor da pegada de carbono para os produtos Lactotropin® e Posilac®

Responsabilidade Social

Mulheres na companhia

- 48% do total de colaboradores
- 31% em posição de direção executiva
- 33% em conselho de administração

Certificado WOB – Women on Board Programa Raízes da União – educacional

- 145 escolas da rede pública de ensino atendidas
- Mais de 2 mil educadores capacitados
- 30,3 mil alunos impactados

Estrutura de apoio aos colaboradores dentro das plantas fabris

- 14 consultórios médicos e odontológicos próprios
- 2 clubes, destinados à recreação dos colaboradores e familiares
- Creches para atender os filhos dos colaboradores
- Mais de 15 mil vidas atendidas pelo Plano de Saúde

Governança Corporativa

- 4º lugar no Ranking Época Negócios 360º na categoria ESG Governança Corporativa no setor de Indústria Farmacêutica
- Classificação de Rating ‘AA(bra)’ com Perspectiva Estável pela Fitch
- Registro como categoria B perante a CVM
- Publicação de 1º Relatório de Sustentabilidade União Química

Plantando o futuro da indústria brasileira desde 2011

Women on Board

DESTAQUES DE MERCADO

- A União Química está entre as **maiores farmacêuticas do Brasil** tanto em saúde humana como em saúde animal
- Certificada pelos mais importantes órgãos reguladores do mundo, está apta a **exportar para mais de 70 países**
- Em 2023 registramos 237 produtos fora do Brasil:** 160 para a saúde humana e 77 para a saúde animal, aprovados em mais de 25 países
- R\$ 242,2 milhões em investimentos na área de P&D**, representando 6,12% da receita líquida



SAÚDE HUMANA

Produzindo medicamentos próprios e para terceiros, a União Química ocupa posição de destaque em produtos hospitalares, de prescrição, para mercado público, genéricos, OTC e outsourcing.

Em suas unidades de negócio:

GENOM

- Oftalmologia, Ginecologia e Obstetrícia, Dor, Sistema Nervoso Central e Dermatologia**
- Manteve a liderança em Oftalmologia no Brasil
 - Conquistou a posição de empresa mais prescrita pelos oftalmologistas
 - Manteve a liderança em contraceptivos hormonais orais no Brasil e na América Latina



- OTC, Marcas e Genéricos**
- Um dos maiores crescimentos no segmento de genéricos
 - Manteve a liderança no mercado OTC no mercado de laxantes e hepatoprotetores



- Hospitais Públicos, Privados e Distribuidores**
- Manteve a liderança no segmento de anestésicos
 - Conquistou a liderança no segmento de antiulcerosos
- Fonte: IQVIA - FMB (R\$ PPP) e IQVIA - Non Retail (R\$ HPP) (Dez'23) Close Up - Close Up Market (Dez'23)

SAÚDE ANIMAL



Animais de Companhia (pets), Animais de Produção (bovinos, equinos, caprinos e suínos) e Reprodução Animal

A divisão Agener Saúde Animal ocupa a 3ª posição no mercado farmacêutico veterinário:

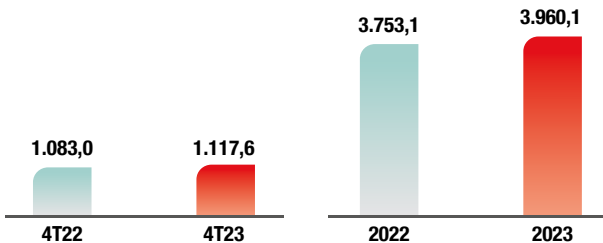
- Detém os produtos de maior faturamento da indústria farmacêutica veterinária no Brasil: Posilac® e Lactotropin®
- Manteve a liderança no mercado de inseminação artificial por tempo fixo por quatro anos consecutivos
- Manteve a liderança na linha de dermatológicos para animais de estimação
- Manteve a liderança no segmento de penicilinas para cães e gatos

Fonte: IQVIA e COMAC SIDAN (Set'23)

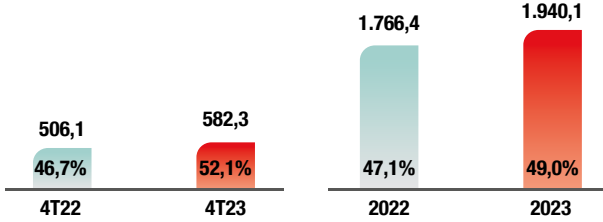


DESTAQUES ECONÔMICOS

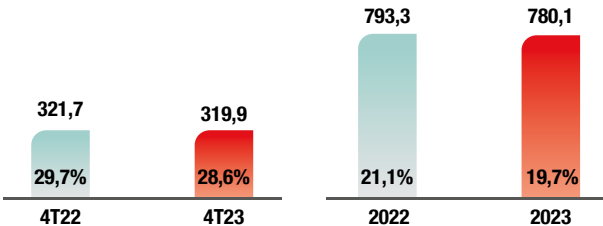
Receita líquida
R\$ 3,96 bilhões



Lucro bruto e margem bruta
R\$ 1,94 bilhão



EBITDA e margem EBITDA
R\$ 780,1 milhões



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

Contas a pagar aos fornecedores:
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.
O prazo médio de pagamento das contas a pagar a fornecedores é de 95 dias, prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes da Companhia, por esse motivo, não foi aplicado qualquer ajuste a valor presente.
Fornecedores - Risco sacado:
Alguns fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "Fornecedores - Risco sacado", embora não exista alteração da natureza da transação ou dos fluxos de caixa vinculadas às faturas originalmente emitidas.
Empréstimos e financiamentos:
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo e capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.
Arrendamentos:
A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.
A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.
Ativo de direito de uso:
A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso).
Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:
• Imóveis: de 3 a 4 anos;
• Veículos e equipamentos: de 2 a 4 anos.
Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ou suas controladas ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.
Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.
Passivos de arrendamento:
Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia e suas controladas exercendo a opção de rescindir o arrendamento.
Os pagamentos variáveis de arrendamento não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos como custo para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.
Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam as suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.
Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:
A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido:
São calculados com base nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exatidão.
As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.
O imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado com base no resultado ajustado ao lucro real, pelas adições e exclusões previstas na legislação, à alíquota vigente de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.
O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O CPC 32 - Tributos sobre o lucro, estabelece condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.
O passivo do IRPJ e da CSLL diferidos é integralmente reconhecido, enquanto o ativo depende da expectativa de realização futura.
Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:
A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos é de responsabilidade única e exclusiva da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais e de responsabilidade única e exclusiva da Companhia.
Moeda funcional e transações em moeda estrangeira:
A moeda funcional da Companhia e de suas principais controladas é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da não reconhecidos no resultado do exercício. Os efeitos da conversão de balanços nas empresas do exterior para o real são contabilizados no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes.
Participação nos resultados:
A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados para os funcionários, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.
Não existem quaisquer outros benefícios para funcionários e dirigentes após sua saída da Companhia e controladas (benefícios pós-emprego).
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.
Os acionistas poderão declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Além disso, dividendos podem ser pagos com utilização do lucro auferido com base nas informações trimestrais da Companhia. Estes dividendos intercalares trimestrais não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital.
Qualquer pagamento de dividendos intercalares será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos intercalares tenham sido pagos. Adicionalmente os acionistas poderão decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, calculado nos termos da legislação aplicável, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório.
Resultado por ação:
O cálculo básico e diluído de resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de 100% das ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.
Subvenções governamentais:
Subvenções são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.
Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.
Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem e/ou benefício, em prestações anuais iguais.
A subvenção governamental é reconhecida ou mensurado inicialmente a valor justo. Sua mensuração é calculada pela diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. A subvenção governamental subsequentemente é mensurada de acordo com a política contábil.
A Companhia possui os benefícios a seguir:
No Distrito federal a Companhia possui o incentivo fiscal, Emprega DF, firmado com o Governo do Distrito Federal através do Decreto Distrital nº 39.803/2019, que concede benefícios para empresas que investem, mantêm e gera emprego no Distrito Federal. Este benefício consiste em um sistema de pontuação, que prevê a concessão de crédito presumido no limite de até 67% na base de cálculo do ICMS, decorrente da saída de produtos de fabricação própria.
No Estado de São Paulo, é beneficiária do da lei complementar 160. Em razão da lei, a Companhia goza de benefício de isenção ICMS na venda de determinados produtos.
A Companhia tem incentivo fiscal no ICMS, concedido através de Termo de Acordo de Regime Especial de Tributação firmado pelo Estado de Minas Gerais, que prevê que os débitos das mercadorias contempladas por essa subvenção sejam estomados da apuração própria e transportados para a sub-apuração e com base no faturamento desses produtos e aplicando a alíquota efetiva que cada regime que apresentará a possibilidade de aproveitamento do crédito presumido.
A companhia reconhece os efeitos desses benefícios no resultado na rubrica "deduções de vendas" e constitui no final de cada exercício e posteriormente são destinadas à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.
Demonstração dos fluxos de caixa:
A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures como atividades de financiamentos, em seu fluxo de caixa. Tal classificação é adotada por se tratar custos e obtenção de recursos financeiros.
Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):
Preparada com base em informações dos registros contábeis e em acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela CVM por meio da Deliberação 557/08. Evidencia a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como não são requeridas pelas IFRS, essa demonstração é tratada como informação contábil suplementar.

Reforma tributária internacional - Regras modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32/IAS 12):
O Grupo aplicou a isenção contábil de impostos diferidos para os impostos complementares do Pilar Dois imediatamente após a liberação das alterações em maio de 2023. O Grupo também forneceu novas divulgações sobre sua exposição a esses impostos.
O Grupo também aplicou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) pela primeira vez em 2023. As alterações exigem que as entidades divulguem suas políticas contábeis "materiais", em vez de suas políticas contábeis "significativas". O impacto das alterações dependerá das informações existentes sobre políticas contábeis fornecidas por cada entidade. Para algumas entidades, o impacto pode ser significativo. Entretanto, aquelas que já divulgam informações específicas da entidade com relação à materialidade podem, em alguns casos, avaliar o impacto como não significativo.
2.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:
As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.
i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)
As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota explicativa 18, a Companhia não tem empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a covenants específicos. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.
B. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)
As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não possui transações de risco sacado.
C. Outras Normas Contábeis:
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:
• Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
• Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).
Dessa forma, não se espera que esta norma tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras.
2.3. Uso de estimativas contábeis:
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas de forma prospectiva.
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

a. Julgamentos:
As informações sobre julgamentos que têm efeito significativo na aplicação das políticas contábeis e valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas explicativas:
• Nota Explicativa nº 2.c - Base de consolidação: se a Companhia detém de fato o controle sobre uma investida.
• Nota Explicativa nº 11 - equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia detém influência significativa sobre uma investida.
• Notas Explicativas nºs 2.d, 12 e 13 - Vidas úteis do ativo imobilizado e prazo de amortização dos intangíveis com vidas úteis definidas.
• Notas Explicativas nºs 2.d, 12 e 20 - Direito de uso e passivo de arrendamentos: se a Companhia tem razoável certeza para exercer opções para prorrogação dos prazos.
b. Incertezas sobre premissas e estimativas:
As informações sobre as incertezas nas premissas e estimativas que possuem um risco de resultado em um ajuste no exercício estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:
• Notas Explicativas nºs 2.d e 5 - Perda de crédito esperado.
• Notas Explicativas nºs 2.d e 6 - Provisão para perdas de estoques.
• Notas Explicativas nºs 2.d e 14 - Análise de indicadores de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.
• Notas Explicativas nºs 2.d e 21 - Provisão para demandas judiciais e passivos contingentes.
• Notas Explicativas nºs 2.d e 19 - Reconhecimento, mensuração e realização de ativos fiscais diferidos.
c. Mensuração do valor justo:
Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado tanto quanto possível e estão apresentados nas seguintes notas explicativas:
• Nota Explicativa nº 28.d - Hierarquia de valores justos: os valores justos são classificados em diferentes níveis utilizando técnicas de avaliação.

3. Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com o estatuto social da Companhia, 6% do lucro líquido anual ajustado como previsto na legislação societária brasileira são destinados para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O cálculo dos dividendos propostos está apresentado a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	316.213	367.411
Reserva legal (5%)	(15.810)	(18.370)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(150.589)	(147.562)
Base de cálculos dos dividendos	149.814	201.479
Dividendos mínimos obrigatórios (6%)	(8.990)	(12.089)
Juros sobre capital próprio	(52.409)	(70.595)
Reserva de lucro	88.415	118.795

A movimentação dos dividendos está apresentada a seguir:
Dividendo a pagar - 31 de dezembro de 2021 19.682
Pagamentos no exercício (19.682)
Dividendo a pagar - 31 de dezembro de 2022 12.089
Pagamentos no exercício (12.089)
Dividendo mínimo obrigatório do exercício 8.990
Dividendo a pagar - 31 de dezembro de 2023 8.990

4. Eventos subsequentes

No dia 05 de fevereiro de 2024 foi celebrado o contrato para a aquisição de marca. A transação visa a comercialização do produto pela Companhia, ampliando seu portfólio no setor farmacêutico. O contrato estabelece as condições precedentes para a conclusão do negócio e implementação da aquisição da marca, dentre elas, a aprovação das autoridades antitruste e regulatórias.

Diretoria		
Fernando de Castro Marques Presidente	Dayane de Souza Duarte Diretora Financeira e de Relações com Investidores	Itacir Alves Nascimento Diretor de Controladoria - CRC 1SP159830/O-9
Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas da Companhia em 31 de Dezembro de 2023		
O Conselho Fiscal da União Química Farmacêutica Nacional S/A ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, por voto da totalidade dos seus membros, é de opinião que os referidos resultados, examinados à luz da legislação societária vigente, refletem a posição financeira e patrimonial, e que encontram-se em condições de serem divulgadas pela Companhia. São Paulo, 05 de março de 2024		
Geraldo Thadeu Pedreira dos Santos - Presidente	Ricardo Gus Maltz	Rostyslav Volodymyrovich Tronenko

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento às disposições constantes no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da União Química Farmacêutica Nacional S/A ("Companhia"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 ("DFP"), e (ii) revisou, discutiu e concordou com a DFP, nos termos da lei e do estatuto social da Companhia.

Fernando de Castro Marques - Presidente	Dayane de Souza Duarte - Diretora Financeira e de Relações com Investidores	Itacir Alves Nascimento - Diretor de Controladoria - CRC 1SP159830/O-9
--	--	---

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento às disposições constantes no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da União Química Farmacêutica Nacional S/A ("Companhia"), declaram que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes Ltda., sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, emitido nesta data.

Fernando de Castro Marques - Presidente	Dayane de Souza Duarte - Diretora Financeira e de Relações com Investidores	Itacir Alves Nascimento - Diretor de Controladoria - CRC 1SP159830/O-9
--	--	---

Relatório Resumido do Auditor Independente

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços eletrônicos: <https://ri.uniaoquimica.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>; <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 08 de março de 2024, sem modificações.

RDA Holding Participações, Investimentos e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 28.509.477/0001-16 | NIRE 35.300.573.277

Certidão de Registro

Certificamos que a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01/03/2024, às 10h, foi devidamente registrada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o registro sob o número 99.184/24-2 em 06/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Juntos Somos Mais Fidelização S.A.

CNPJ nº 29.894.630/0001-39 - NIRE 35.300.534.301

AVISO AOS ACIONISTAS

A Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ("Companhia") comunica que os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, já se encontram à disposição dos Acionistas, na Alameda Santos, nº 1978, Jardim Paulista, 9º andar, CEP: 01418-102, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
São Paulo, 13 de março de 2024.
Juliana Carsoni Fernandes da Silva - Diretora Presidente
Eros Roberto Jussiani Canedo - Diretor

Fupresa S/A

CNPJ 62.576.327/0001-63

Aviso aos Acionistas e Convocação de AGO/AGE

Encontra-se à disposição dos Acionistas na sede da empresa, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76. Ficam convocados os Srs. Acionistas para AGO/AGE a realizar-se no dia 26 de abril de 2024 às 09:00 horas em 1ª convocação e às 10:00 horas em 2ª convocação na sede da empresa à Rodovia Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado, Km 47,6, Bairro Caldeia, Indaiatuba/SP para deliberar s/ as seguintes ordens do dia: a) Exame e aprovação das Demonstrações Financeiras e Relatório da Diretoria; b) Eleição da Diretoria para o período de 2024 a 2026; c) outros assuntos de Interesse da Sociedade. Indaiatuba/SP, 14 de março de 2024.
Antônio Carlos Alves Bevilacqua - Diretor de Operações

O (A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, (Brasil), José Walter Chacon Cardoso, na forma da Lei, etc. PROCESSO Nº 0044185-03.2022.8.26.0100 - EDITAL DE CITAÇÃO - FAZ SABER aos eventuais herdeiros e aos terceiros interessados incerto que nos autos da Herança Jacente do Espólio de NELSON FERREIRA DA SILVA, RG 134.946.9-X e CPF 006.448.806-91, filho de Falciano Ferreira da Silva e Maria da Silva, que procedeu-se a arrecadação dos bens deixados pelo "de cujus" falecido em 10 de agosto de 2012. Nestas condições, foi deferida a publicação de edital na forma do art. 741 do CPC, para, através dele, eventuais herdeiros e terceiros interessados incerto, a fim de que venham habilitar-se nos autos supra, no prazo de 6 meses, contados da 1ª publicação do edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS. EXPEDIENTE NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE ESMERALDA DELALAMO CASTAGNA. REQUERIDO POR ANA MARIA CASTAGNA E OUTROS - PROCESSO Nº 010596-31.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo (Brasil), Elênio da Camara Leite Ferreira na forma da Lei nº 741 do CPC, etc. O presente edital vem ao dele conhecimento ínterem que por sentença proferida em 17/07/2023 foi decretada a INTERDIÇÃO de ESMERALDA DELALAMO CASTAGNA (CPF 04861679699), declarando-a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeando) como CURADOR(a) em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). Ana Maria Castagna. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei NAUJA NAS. Dado o presente nesta cidade de São Paulo, aos 29 de novembro de 2023.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS. EXPEDIENTE NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE Marisa Soares de Queiroz e outro REQUERIDO POR Paulo Queiroz Neto e outro-PROCESSO Nº 0106858-26.2023.8.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional XIV-Butantã, Estado de São Paulo, Dr. FERNANDO DE LIMA LUIZ, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital vem ao dele conhecimento ínterem que por sentença proferida em 15/02/2024 20.4147, foi decretada a INTERDIÇÃO de MARISA SOARES DE QUEIROZ, CPF 9483698287, declarando-a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeando) como CURADOR em caráter DEFINITIVO, o sr Paulo Queiroz Neto. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias e afixado na forma da lei NAUJA NAS. Dado o presente nesta cidade de São Paulo, aos 22 de fevereiro de 2024, 15

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, GARANTINDO A SEGURANÇA JURÍDICA.

AFINAL, O JORNAL É LEGAL.

cenp

ANU

abra

alameda

RDA Importação, Exportação e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 12.647.827/0001-70 | NIRE 35.300.580.788

Certidão de Registro

Certificamos que a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01/03/2024, às 10h, foi devidamente registrada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o registro sob o número 99.042/24-1 em 06/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

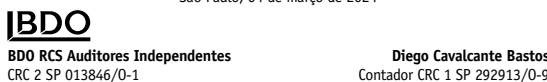
opec@jornalodiasp.com.br

Rua Carlos Comenale, 263

3º andar - Bela Vista

CEP: 01332-030

3258-1822



Aplicações financeiras (a)	482	103
Total	490	111
Aplicações financeiras	2023	2022
Circulante	26.012	15.763
Aplicações financeiras	26.012	15.763
Não Circulante	22.031	24.561
Não reserva (b)	22.031	24.561
	48.043	40.324

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo, e (b) destinados a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionada a debêntures (nota explicativa nº 10).

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,77% do CDI, equivalente a 13,21% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (101,58% do CDI, equivalente a 12,63% a.a., em média em 31 de dezembro de 2022).

7. Tributos a recuperar	2023	2022
IRPJ	4.846	6.611
IRRF	3.389	6.199
	1.457	42
Não Circulante	22.127	12.860
	22.127	12.860

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	96.886	106.405
Conciliação do imposto de renda e contribuição social	(32.914)	(36.178)

Efeito tributário das adições e exclusões permanentes

Equivalência patrimonial	60.944	63.399
Juros sobre capital próprio	(29.794)	(27.031)
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (a)	(1.793)	
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	608	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	1.051	72
Impostos diferidos	1.051	72
Alíquota efetiva de impostos	0,68%	0,68%

(a) Diferenças temporárias não constituídas por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo.

Anexo 1 - Demonstração dos resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						
finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						
A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios						

9. Informações financeiras resumidas						
2023						
Controladora	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido	Ativo circulante e não circulante	Passivo e patrimônio líquido	
VitalSol	2.755.306	1.461.052	1.294.254	1.621.164		
Total	2.755.306	1.461.052	1.294.254	1.621.164		
10. Debêntures						
Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)		Vencimento		
5ª Emissão - Série única	CDI + 1,50% a.a.	1,8059%	a.a.	Outubro de 2026		
2023						
Circulante		44.366	46.611			
Debêntures		45.746	(48.070)			
Custos de transação (a)		(1.380)	1.461			
Circulante		46.430	50.042			
Debêntures		47.250	(50.551)			
Custos de transação (a)		(6.070)	7.070			
Total		510.796	546.535			
O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando o prazo dos juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contrafeitos variáveis para fins de cálculo da TIR, e Garantia; (ii) Garantia real;						
Cronograma de desembolso (não circulante)						
2023						
2024						
2025						
2026						
2027						
2028						
2029 em diante						
(-) Custos de transação						
Total						
Conforme cláusula quarta do contrato firmado das debêntures, a Companhia deve efetuar depósitos em nome da controladora no valor equivalente ao principal e aos juros devidos sobre as debêntures. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo aplicado foi R\$ 22.031. Em dezembro de 2023, houve o não atingimento de 1,3 de LICD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) e isso não implicou em inadimplência, mas impõe restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório, até que o índice retorne ao patamar mínimo de 1,2. A restrição decorre da seguinte forma:						
11. Patrimônio líquido						
11.1. Capital social						
O capital social subscrevido e integralizado da Companhia é de R\$ 385.989, composto por 20 milhões e 953 mil e 953 ações nominativas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. 11.2. Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido acumulado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 153 da lei nº 6.404/76, até atingir 20% do capital social. 11.3. Reserva de retenção de lucros: Foi constituída em razão da retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo nº 196 da lei nº 6.404/76. A retenção de lucros é realizada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. 11.4. Dividendos: Os dividendos são pagos em dinheiro e distribuídos proporcionalmente às ações ordinárias e preferenciais sem voto limitado, sendo pagos em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2023, foram atendidos conforme o quadro a seguir:						
Lucro líquido do exercício						
(-)- Constituição de reserva legal						
Total						

2023				2022			
circulante	Patrimônio líquido	Total das receitas brutas de operação	Lucro líquido do exercício	Total das receitas brutas de operação	Lucro líquido do exercício		
330.500	1.290.664	1.050.542	179.247	903.069	188.033		
330.500	1.290.664	1.050.542	179.247	903.069	188.033		
Custos de transação incorridos							
final		Saldos dos custos a apropriar	2023	2022			
2031	14.017	7.450	510.796	546.659			
	Total	7.450	510.796	546.659			

• Debitures mensuradas ao valor justo (nível 2), caso fosse adotado o critério de reconhecer esse passivo pelo seu valor justo (nível 2), o saldo apurado seria o seguinte:

2023		2022	
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
518.246	546.561	555.370	588.600

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações (valor justo) com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas das spreads contratuais e "spreads" em relação às taxas livres (pre-fixado).

13.2. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade no estabelecimento das bases e premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados de fato e a subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram considerados novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no cenário de base para determinar a sensibilidade das mudanças de risco variáveis. **13.3. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variáveis monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxa pós-fixada, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024, no caso de vencimento final de cada operação, que ocorrer, por exemplo, em 31 de maio de 2025 no resultado

Exposição em	Cenário provável		Cenário A		Cenário B	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Risco CDI	518.246	(69.347)	(84.736)	(100.122)		
Debitures		(69.347)	(84.736)	(100.122)		
Efeito sobre debêntures	48.953	3.657	4.565	3.454		
Efeito sobre as aplicações financeiras		2.901	4.565	3.454		
Total do efeito líquido de ganho/(perda)		(65.880)	(80.171)	(94.668)		

A taxa de juros considerada foi de 10% CDI.

A taxa apresentada acima serve como base para a análise de sensibilidade, não sendo utilizada nos cálculos mensais da taxa; no item (2) Item 2, está detalhada a premissa sobre a taxa utilizada nos cálculos mensais (provável). Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não são deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de 31/12/2023, devido ao fato de que a interferência nos cálculos dos efeitos posteriores, e a análise de cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

14. Demonstrações dos fluxos de caixa: 14.1. Transações que não afetaram caixa: Efeitos na

Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro ajustado		23.241
Total de dividendo mínimo obrigatório aprovado		(23.241)
12. Resultado financeiro		
	2023	2022
Despesas financeiras	(82.121)	(86.927)
Juros sobre débitos	(80.786)	(79.375)
Pis e Confins sobre juros sobre capital próprio	(7.423)	(1.818)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.335)	(204)
Receitas financeiras	(6)	5.699
Rendimento sobre aplicações financeiras	(1.754)	4.511
Juros e outras receitas financeiras	1.788	1.802
Resultado financeiro líquido	(82.127)	(81.228)
13. Instrumentos financeiros: 13.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo:		
valor justo: a tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, classificados de acordo com seu nível na hierarquia do valor justo. Não inclui instrumentos de valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil e uma aproximação razoável do valor justo.		
	Nível	2023
Ativos		48.533
Valor justo através do resultado		48.533
Caixa e bancos	Nível 2	8
Aplicações financeiras	Nível 2	26.494
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	22.031
Custo amortizado		64.486
Dividendos e juros sobre o capital próprio		64.486
Passivos		(559.481)
Custo amortizado		(559.481)
Débitos (a)	(510.796)	(546.659)
Dividendos a pagar	(2)	(2)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(48.683)	(48.683)
		(446.462)

2022. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:	
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	2022
Tributos a recuperar	12,03
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(12,03)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	(12,03)
14.2. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão. Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:	
	Debitou-se
Saldo inicial	(546.635)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	116,64
Pagamento de juros de caixa	118,64
Outras variações que não afetam o caixa	(80,78)
Juros sobre debêntures	(80,78)
Saldo final	(510,79)
15. Eventos subsequentes: Em 8 de março de 2024 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 22,000, que será integralado até 30 de abril de 2024.	
Composição do Conselho de Administração	
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro Efetivo
Composição da Diretoria	
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Presidente
Guilherme Motta Gomes	Diretor
Contadora	
Fabíola da Vez Cruz Campos Stancetti - CRC ISP190868/O-0	

possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe irregularidade relevante, devemos chamar atenção em nossa relatório de auditoria para as suas respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir uma modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão não se fundamenta nas evidências de auditoria antes e até a data do nosso relatório. Todavia, eventuais fatos ou condições futuras podem levar a Companhia a adotar uma ação que não seja a melhor em relação às suas atividades. Avaliamos a apresentação geral, a honestidade e a confiabilidade das demonstrações financeiras. Incluímos as seguintes observações nas demonstrações financeiras para chamar a atenção das transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. O tempo de evidência de auditoria apropriado é suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela gestão da entidade, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das suas respectivas tarefas significativas de auditoria. Inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Das assunções que foram objeto de nossas avaliações, as seguintes são as mais significativas: a) a continuidade da entidade; b) a existência de ativos e passivos que são mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Deveríamos avaliar assuntos e o nosso relatório de auditoria, a menos que o lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de tal assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação



★ continuação

16. Patrimônio líquido: 16.1. **Capital social:** O capital social da Companhia é de R\$ 69.282, representado por 61.660.598 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado. **16.2. Dividendos:** Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a Companhia poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim; A Companhia constituiu o valor de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 401; os acionistas optaram pela não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 1.114 relativos ao ano de 2022. Os valores foram revertidos para a conta de Reserva de lucros. **17. Lucro bruto:**

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de construção da concessão	37.550	202.446
Receita da concessão	139.130	70.403
Receitas acessórias	1.145	441
Receita de reequilíbrio financeiro	8.169	111.395
(-) Deduções sobre receitas acessórias	(206)	(110)
Tributos sobre construção da concessão	(1.363)	(8.055)
Tributos sobre concessão	(9.620)	(4.878)
Tributos sobre receitas acessórias	(102)	(41)
Tributos sobre receita de reequilíbrio	(1.084)	(9.386)
Receita operacional líquida (b)	173.619	362.216
(-) Custo da construção	(33.412)	(180.137)
(-) Custo da operação	(96.772)	(45.994)
Lucro bruto (a)	43.434	136.085
Margem % ((a)/(b))	25,02%	37,57%

Susana Cabarcos Pawletta - Diretora Presidente

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 da Inova Saúde São Paulo SPE S.A. (Em milhares de Reais)

18. Custos:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços contratados	(38.461)	(30.709)
Custo com pessoal	(28.019)	(13.246)
Manutenção predial	(11.131)	(2.281)
Serviços de TI	(5.680)	(2.248)
Reposição do ativo financeiro	(3.701)	(403)
Provisão	(3.085)	(3.112)
Materiais e equipamentos hospitalares	(2.121)	(4.387)
Reversão provisão SPDM	-	11.377
Outros	(4.574)	(1.988)
Custos da operação	(96.772)	(45.994)
(-) Custo de construção da concessão	(33.412)	(180.137)
(130.184)	(226.131)	

O aumento dos custos deve-se ao início da operação no Hospital HCSRM.

19. Despesas gerais e administrativas:

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	(15.275)	(10.949)
Serviços de terceiros	(1.699)	(1.816)
Despesas gerais	(1.421)	(1.353)
Impostos e taxas	(918)	(1.709)
Depreciações e amortizações	(548)	(315)
Outras despesas/receitas administrativas	836	-
(17.025)	(16.142)	

Diretoria Wilson de Brito Malheiros - Diretor Administrativo e Financeiro

Relatório do Auditor Independente

de Referência em Saúde da Mulher; (c) pleito de recomposição patrimonial referente ao equívoco no reajuste do pagamento das contraprestações mensais; (d) aplicabilidade e exigibilidade trienal do Reajuste Complementar da Parcela Variável; e (e) recomposição patrimonial decorrente do atraso do Poder Concedente em liberar as áreas necessárias para o início das obras de construção do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher. Devido à relevância e subjetividade do assunto e o potencial impacto desses assuntos nas demonstrações contábeis da Companhia, consideramos esse assunto significativo para auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (a) avaliação do ambiente de controle interno no que tange ao processo de atualização do Reequilíbrio adotado pela Companhia; (b) avaliação da existência e integridade das informações utilizadas nos cálculos apresentados pela Companhia; (c) teste documental, em base amostral, sobre a base de contraprestações mensais e aportes realizados pelo poder concedente; (d) recálculo da atualização monetária de multa e juros; e (e) Confronto das informações da memória de cálculo com o contrato de concessão e *legal opinion* dos advogados da Companhia; (f) teste documental sobre os recebimentos ocorridos; e (g) avaliação da divulgação das informações nas notas explicativas. Com base nas evidências obtidas, determinamos que as estimativas utilizadas para reconhecimento da receita estão adequadas, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha

20. Receitas financeiras:

	31/12/2023	31/12/2022
Variações monetárias sobre ativo financeiro	73.207	82.009
Variações monetárias sobre reequilíbrio financeiro	3.701	1.139
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.568	3.695
Multa e juros sobre reequilíbrio financeiro	860	257
Outras receitas financeiras	277	352
Impostos sobre receitas financeiras	(3.793)	(4.067)
76.820	83.385	

As variações monetárias ativas referem-se em sua maioria, à atualização do Ativo Financeiro de concessão com base na taxa interna de retorno. **21. Despesas financeiras:**

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com SWAP	(35.543)	(25.013)
Juros sobre empréstimos	(1.595)	(1.530)
Variações monetárias sobre reinvestimento	(1.164)	(313)
Comissões bancárias	(705)	(665)
Custos nas transações com empréstimos	(692)	(266)
Juros de mora	(352)	(266)
IOF sobre operações financeiras	(202)	(136)
Juros sobre leasing	(110)	(58)
Juros sobre arrendamento	(84)	(248)
Outras despesas financeiras	(569)	(1.427)
(41.016)	(29.668)	

22. Informações complementares de Ebitda: Abaixo segue o Ebitda ajustado considerando os pagamentos das contraprestações mensais fixas que representam a remuneração do Ativo Financeiro:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro	26.761	120.115
(+)depreciações/amortizações	548	315
Ebitda	27.309	120.429
(+) Parcela fixa - Ativo financeiro	88.543	40.662
Ebitda ajustado	115.852	161.091

23. Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

	Montante da Cobertura
Fornecedor	
Iokio Marine	325.087
Potencial Seguradora	65.076
Adad Seguros	15.047
Axa Seguros S.A.	54.658
As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não foram revisadas pelo escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes. 24. Eventos subsequentes: Até a data da publicação das demonstrações contábeis, não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 "Evento Subsequente".	

Contadora Cláudia Cavalcante Braga - CRC SP 272540-0-7

Aos Acionistas e Administradores da **Inova Saúde São Paulo SPE S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Inova Saúde São Paulo SPE S.A.**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações". **Principais assuntos de auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Realização do reequilíbrio financeiro:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Companhia reconhece: (a) o pleito de recomposição patrimonial da alíquota de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre a remuneração aportes mensais; (b) reequilíbrio econômico-financeiro decorrente do atraso do início das operações do Hospital Centro

de Referência em Saúde da Mulher; (c) pleito de recomposição patrimonial referente ao equívoco no reajuste do pagamento das contraprestações mensais; (d) aplicabilidade e exigibilidade trienal do Reajuste Complementar da Parcela Variável; e (e) recomposição patrimonial decorrente do atraso do Poder Concedente em liberar as áreas necessárias para o início das obras de construção do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher. Devido à relevância e subjetividade do assunto e o potencial impacto desses assuntos nas demonstrações contábeis da Companhia, consideramos esse assunto significativo para auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (a) avaliação do ambiente de controle interno no que tange ao processo de atualização do Reequilíbrio adotado pela Companhia; (b) avaliação da existência e integridade das informações utilizadas nos cálculos apresentados pela Companhia; (c) teste documental, em base amostral, sobre a base de contraprestações mensais e aportes realizados pelo poder concedente; (d) recálculo da atualização monetária de multa e juros; e (e) Confronto das informações da memória de cálculo com o contrato de concessão e *legal opinion* dos advogados da Companhia; (f) teste documental sobre os recebimentos ocorridos; e (g) avaliação da divulgação das informações nas notas explicativas. Com base nas evidências obtidas, determinamos que as estimativas utilizadas para reconhecimento da receita estão adequadas, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha

Sobre as Demonstrações Contábeis: nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições

que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que foi ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de março de 2024

IBDO
BDO RCS Auditores Independentes S/S
CRC 2 SP 013846/0-1
Diego Cavalcante Bastos
Contador - CRC 1 SP 292913/0-9

Oposição no Senado evita questionar chanceler sobre Israel e Gaza

Os senadores de oposição não questionaram, na quinta-feira (14), o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, sobre as relações entre Israel e Brasil ou sobre a guerra na Faixa de Gaza. Isso, apesar do chanceler ter sido convidado a falar no Senado logo após a repercussão de manifestação feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que comprou as ações de Israel em Gaza às de Hitler na 2ª Guerra. Mundial.

A manifestação do presidente Lula foi duramente criticada por senadores de oposição ao governo no Congresso Nacional, mas Sérgio Moro (União-PR), Hamilton Mourão (Republicanos-RS), Eduardo Girão (Novo-CE), Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) e Espiridião Animim (PP-SC) escolheram questionar o chefe do Itamaraty sobre outros temas, como a guerra na Ucrânia, as eleições na Venezuela e a posição do Brasil em suposta nova ordem mundial.

O senador Mourão, por exemplo, argumentou que a ordem global criada após a 2ª Guerra Mundial estaria em declínio e, com isso, estaria surgindo outra ordem com, de um lado, um grupo formado por China, Rússia e Irã, e, de outro lado, o grupo dos paí-

ses ocidentais. “Onde o Brasil vai se situar nessa nova ordem mundial?”, perguntou.

Vieira respondeu que o Brasil deve promover um mundo multipolar, ou seja, com vários centros de poder, e que o país deve manter relações e contatos com todos os países do planeta.

“Nós temos que ter, o que eu já declarei aqui, relações, e estar em contato, com todos os países, acompanhar todos os movimentos de crescimento mundial”, disse o ministro, acrescentando que o Brasil deve aproveitar “todas essas oportunidades de cooperação, de parcerias e tem feito isso em todos os países.”

Já o senador Sérgio Moro questionou o ministro sobre a posição do Brasil em relação a desabilitação da candidata às eleições presidenciais venezuelanas, Maria Corina Machado. Ela venceu as primárias da oposição na Venezuela, mas foi proibida de concorrer por seu apoio às sanções econômicas contra o país sul-americano.

“Qual a posição do governo brasileiro em relação à candidatura dela? Se o governo brasileiro concorda com essa inabilitação, e se o governo brasileiro dis-

corda dessa inabilitação”, questionou o ex-juiz do Paraná.

O ministro Mauro Vieira destacou que o Brasil tem trabalhado para que possa haver um entendimento entre governo e oposição que possibilite as eleições na Venezuela, marcadas para o próximo dia 28 de julho. Porém, defendeu que o Brasil não deve interferir nas decisões internas de nenhum país.

“Nós não podemos e não devemos interferir internamente em nenhum país, como nunca fizemos, nós não dizemos, não ensinamos a ninguém o que deve fazer”, destacou.

O senador Eduardo Girão, por sua vez, perguntou sobre a guerra na Ucrânia, questionando porque o Brasil não recebeu ainda o presidente do país, Volodymyr Zelenskyy, sugerindo que o governo brasileiro teria uma posição mais pró-Rússia.

Em resposta, Vieira lembrou que o presidente Lula condenou a invasão da Ucrânia pela Rússia e que o governo tem mantido contato com as autoridades de Kiev.

“O presidente Lula recebeu, em Nova Iorque, o presidente da

Ucrânia. Foram duas vezes que eles estiveram juntos em mesmas reuniões. A primeira vez foi no ano passado, ainda na cúpula do G20, no Japão. Foram oferecidos três momentos diferentes para o presidente Zelensky estar com o presidente Lula. E não foi possível. A agenda do presidente Zelenskyy não permitiu”, afirmou.

O senador Espiridião Animim, apesar de também não questionar o ministro sobre Israel ou o conflito na Faixa de Gaza, fez um breve comentário sobre o tema.

“Quero pedir apenas uma atenção especial a esta questão de Gaza, Israel, tanto Palestina quanto Israel, que fazem parte da nossa vida e das nossas relações. Eu acho que o seu relato é ponderado”, destacou.

Em manifestação inicial na Comissão de Relações Exteriores do Senado, na quinta-feira (14), o chanceler Mauro Vieira comentou sobre a posição do Brasil em relação ao conflito no Oriente Médio.

Ele destacou que Israel viola o direito humanitário internacional ao não permitir a entrada de suprimentos e alimentos na Fai-

xa de Gaza e que a fala do presidente Lula comparando a ação em Gaza à Hitler foi feita em um contexto de violação dos direitos e das vidas dos palestinos.

“É nesse contexto de profunda indignação que se inserem as declarações do presidente Lula. São palavras que expressam a sinceridade de quem busca preservar e valorizar o valor supremo que é a vida humana”, afirmou.

Mauro Vieira ainda lamentou que a diplomacia de Israel “tenha se dirigido de forma desrespeitosa a um chefe de Estado de um país amigo” e que as autoridades de Tel Aviv foram informadas que o Brasil “reagirá com diplomacia sempre, mas com toda a firmeza a qualquer ataque que receber, agora e sempre”, acrescentando estar seguro de que “as relações do Brasil com Israel e nossa amizade com o povo israelense sobreviverão ao comportamento do atual governo de Israel”.

O ministro brasileiro ainda informou que irá neste final de semana ao Oriente Médio. Ele deve ir à Ramala, capital da Pa-

lestina ocupada, na Cisjordânia, além de fazer uma visita à Jordânia, ao Líbano e à Arábia Saudita. “A partir de domingo, eu farei essa viagem de quatro dias, um dia, em cada país”, afirmou.

Em nota, o Itamaraty afirmou que Vieira vai se reunir com os ministros das relações exteriores de cada um desses países. “Durante os encontros, o Ministro Mauro Vieira passará em revista os principais pontos da agenda bilateral do Brasil com os respectivos países, sobretudo em temas como cooperação técnica, comércio e investimentos” disse o MRE.

O conflito em Gaza também estará entre os temas tratados. “Tratará, ademais, de questões regionais de relevância e interesse mútuo, em particular o conflito e a aguda crise humanitária que atingem a Faixa de Gaza e sua população, bem como as perspectivas para estabelecimento de um cessar-fogo e eventual retomada de negociações voltadas a alcançar paz duradoura para o Oriente Médio”, diz a nota do Itamaraty. (Agência Brasil)

Governo e montadoras debatem produção de carros bioelétricos no Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu um grupo de empresários do setor automotivo e do segmento de produção de etanol e gás para conversar sobre investimentos no Brasil.

O encontro, no Palácio do Planalto, foi na quinta-feira (14), em Brasília, e contou com as presenças do Vice-Presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, e do ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa.

Nas redes sociais, Lula destacou o potencial brasileiro, que inclui a produção de veículos híbridos flex, como o carro bioelétrico. Trata-se de uma tecnologia exclusiva do Brasil e combina a possibilidade de uso de etanol em carros elétricos, reduzindo a utilização de combustíveis fósseis.

“Já são mais de R\$ 117 bilhões anunciados pelas montadoras até 2028 gerando empregos e crescimento econômico. Acreditamos no Brasil e no seu potencial na transição energética. O país abandonou o discurso do passado e está investindo no futuro”, escreveu Lula.

Além de Lula, Alckmin e Rui Costa, a reunião contou com as presenças dos seguintes empresários e especialistas: Luciano Coutinho (economista e professor da Unicamp); Emanuele Capellano (presidente da Stellantis para a América do Sul); Ciro Possobom (CEO da Volkswagen do Brasil); Evandro Maggio (presidente da Toyota do Brasil); Christopher Podgorski (CEO e presidente da Scania para a América Latina); Stella Li (vice-presidente global da BYD); Tyler Li (CEO da BYD Brasil); Alexandre Baldy (presidente do Conselho da BYD Brasil); Aroaldo Oliveira (presidente da Industriall-Brasil e diretor-executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista); Evandro Gussi (diretor-presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia – Unica); Mário Campos (presidente da Bioenergia Brasil); Carlos Ubiratan Garms (conselheiro da Associação Brasileira do Biogás (ABiogás) e diretor da Cocal); Bruno Moretti (secretário especial da Casa Civil/PR); Roberto Matarazzo Braun (Toyota) e Gustavo Bonini (Scania). (Agência Brasil)